

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAP

RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA ESTÁCIO

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES
DISPONÍVEIS NO PORTAL DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2019

RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA ESTÁCIO

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES
DISPONÍVEIS NO PORTAL DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Elena León Olave

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

E79t Estácio, Raquel da Silva Oliveira
Transparência pública : uma análise das informações
disponíveis no portal do Instituto Federal de Sergipe / Raquel da
Silva Oliveira Estácio ; orientadora Maria Elena León Olave – São
Cristóvão, SE, 2019.
139 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional em Administração Pública)
– Rede Nacional PROFIAP, Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Administração pública – Avaliação. 2. Transparência na
administração pública. I. Brasil. [Lei n. 12.527, de 18 de novembro
de 2011]. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Sergipe. III. Olave, Maria Elena León, orient. IV. Título.

CDU 35.078.3:377(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



ATA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL (TCF)

MESTRANDO(A): RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA ESTÁCIO – MATRÍCULA: 201711009990

TÍTULO FINAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL:

“TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NO PORTAL DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE”

DATA DA DEFESA: 21/06/2019

HORÁRIO: 15:00

EXAMINADORES:

Presidente: Profa. Dra. Maria Elena Leon Olave (PROFIAP/UFS)

Membro Interno ao Programa: Prof. Dr. César Henrique Matos e Silva (PROFIAP/UFS)

Membro Externo ao programa: Prof. Dr. Wanderson Roger Azevedo Dias (IFS)

PARECER CONCLUSIVO: Depois de avaliarmos o Trabalho de Conclusão Final (TCF), intitulado: “PROCESSO ACADÊMICO ELETRÔNICO (e-ACADÊMICO) DE APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES: PROPOSTA DE CRIAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE” e realizados os ritos acadêmicos da defesa, em que o(a) candidato(a) apresentou em sessão pública seu TCF e respondeu às nossas observações críticas, nós, os examinadores, atribuímos, em sessão privada, conceito:

[☒] APROVADO(A)

[☐] REPROVADO(A), na disciplina TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL (TCF), em conformidade com o disposto na Resolução Nº 20/2015/CONEPE.

“Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos”, São Cristóvão/SE, 21 de junho de 2019.

Maria Elena Leon O.
Orientador(a)

[Assinatura]
Membro Interno ao PROFIAP/UFS

[Assinatura]
Membro Externo ao PROFIAP/UFS

Raquel da Silva Oliveira Estácio
Aluno(a) do PROFIAP/UFS

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me conceder a oportunidade de chegar até aqui. Sem Ele, eu não teria conseguido.

Ao meu esposo Thiago, pelo amor, incentivo, carinho e compreensão diante das minhas ausências e inseguranças. Aos meus filhos, Miguel e Elisa, pela compreensão, carinho e orações. Vocês são um presente de Deus para mim.

Aos meus pais, Laudicéia e Gamaliel, que me apoiaram e incentivaram durante toda a vida.

Aos meus irmãos, Paula e Clayton, pelo apoio e orações. Aos meus familiares (cunhados, concunhados, sobrinhos, tios, primos, sogro e sogra) pelo apoio, pela compreensão diante das ausências e pelas orações.

Aos meus pastores Almir e Rosely Dias pelo apoio, carinho e orações. Aos meus irmãos da Igreja Videira de Aracaju pelo apoio e orações durante todo o período de realização desse mestrado.

A professora orientadora, Maria Elena León Olave, pelos preciosos ensinamentos e paciência ao longo do curso, especialmente por aceitar os desafios apresentados na elaboração deste trabalho. Serei eternamente grata.

Aos membros da Banca Examinadora, professores Cesar Henrique Matos e Silva e Wanderson Roger Azevedo Dias pela contribuição na construção deste trabalho. Serei eternamente grata.

Aos professores do curso, pela contribuição para o aumento do conhecimento.

Aos colegas de curso, pelo companheirismo ao longo de todas as atividades desenvolvidas, em especial, Wenia Farias, cuja amizade iniciou no ambiente de trabalho. Muito obrigada, minha amiga pernambucana, pelas palavras de incentivo e pela confiança depositada em mim. Jamais esquecerei de você.

Aos colegas da Auditoria Interna pelo apoio e compreensão durante essa longa jornada.

A todos que colaboraram direta, ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

RESUMO

Com o fortalecimento da democracia e o consequente fomento a participação do cidadão na gestão da coisa pública, diversos princípios foram estabelecidos para tornar possível o exercício do controle social. A constituição brasileira assegurou no seu texto os fundamentos necessários para que se estabelecesse uma cultura de transparência e do acesso à informação, com o intuito de fomentar a participação da sociedade no acompanhamento dos atos de governo. Após a publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI) a transparência passou a ser a regra, e o sigilo passou a ser exceção. A Lei 12.527/2011 (LAI) trouxe a obrigatoriedade de publicação das informações produzidas pelos órgãos e entidades em sítios oficiais da rede mundial de computadores. Nessa obrigatoriedade está inserido o Instituto Federal de Sergipe como autarquia vinculada ao Poder Executivo Federal, portanto, também deve colocar à disposição os seus atos de gestão. Sendo assim, esta pesquisa teve o objetivo de analisar se o Instituto Federal de Sergipe está cumprindo com a Lei de Acesso à Informação e sendo transparente com as informações disponibilizadas em seu portal eletrônico, por meio da utilização do Índice de Divulgação das Universidades Federais - IndexDUF, elaborado por Yuri Pessoa (2013), que teve por foco medir o grau de transparência das informações disponibilizadas em 59 Universidades Federais do Brasil. Esta pesquisa tem caráter descritivo, bibliográfico e documental. Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva simples e análise de conteúdo. Os resultados apresentaram um grau mediano de transparência, como também um cumprimento parcial da Lei de Acesso à Informação por parte da instituição, necessitando de ações intervenção para a intensificação do uso do portal como incremento de transparência na gestão de políticas públicas no âmbito do IFS.

Palavras-chaves: Grau de Transparência. Lei de acesso à Informação. Teoria da Agência. Transparência Pública.

ABSTRACT

The strengthening of democracy is a result of citizens taking part in public affairs, several principles were enforced to ensure the people's right to exercise social control. The Brazilian constitution text ensured the necessary fundamentals required to create a culture of transparency and access to information, in order to encourage society to take an active part in monitoring the government acts. Following the publication of the Law of Access to Information (LAI) transparency became the rule, and secrecy became the exception. The Law 12,527 / 2011 (LAI) was brought so that the Government is obligated to publish the information produced by its bodies and entities on its official websites. As the Federal Institute of Sergipe is an autarchy powered by the Federal Executive Branch, it must also make available its management acts. Thus, this research had the objective of analyzing whether the Federal Institute of Sergipe is complying with the Law of Access to Information and being transparent with the information made available on its website, through the use of the disclosure Index of the Federal Universities - IndexDUF, was made by Yuri Pessôa (2013), who focused on measuring the degree of transparency of the information made available within the 59 Federal Universities of Brazil. This a descriptive, bibliographic and documentary type of research. The data were analyzed using simple descriptive statistics and content analysis. The results presented an average level of transparency, as well as a partial compliance with the Law on Access to Information from the institution, requiring intervention actions to increase the use of the governmental official websites as well as an increase in transparency in the management of public policies within the IFS.

Keywords: Degree of Transparency. Law of access to information. Theory of the Agency. Public Transparency.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	22
Figura 2 - Gastos do Governo Federal com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.....	23
Figura 3 - Elementos da Transparência das contas públicas.....	33
Figura 4 - Principais normativos sobre publicidade e acesso à informação	39
Figura 5 - Organograma do IFS	57
Figura 6 - Área de atuação do IFS	58
Figura 7 - Histórico de alunos matriculados por semestre letivo	60
Figura 8 - Síntese do IndexDUF	72
Figura 9 - Resultado dos demais itens de publicação obrigatória pela Lei de Acesso à Informação	89
Figura 10 - Análise do Elemento Utilidade	92
Figura 11 - Análise da Dimensão Física.....	93
Figura 12 - Análise da Dimensão Intelectual.....	94
Figura 13 - Análise da Dimensão Comunicacional.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mapa da estrutura LAI.....	45
Quadro 2 - Índices de Mensuração de Transparência Pública.....	53
Quadro 3 - Categorias do IndexDUF.....	54
Quadro 4 - Categorias analíticas e elementos de análise	67
Quadro 5 - Protocolo de estudo de caso.....	68
Quadro 6 - Itens de divulgação obrigatória que obtiveram índice 100%	87
Quadro 7 - Dispositivos que tratam sobre divulgação de informações contidos nos regimentos do IFS.....	98
Quadro 8 - Iniciativas contidas no PDI 2014-2019 que promovem a transparência das informações	99
Quadro 9 - Propostas de ações para melhoria para divulgação das informações no portal institucional do IFS	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos Orçamentários do MEC para Sergipe nos anos 2014 a 2018..	24
Tabela 3 - Categoria 1 - Dados gerais da instituição.....	74
Tabela 4 - Categoria 2 - Atividades acadêmicas (ensino)	75
Tabela 5 - Categoria 3 - Atividades acadêmicas (pesquisa)	77
Tabela 6 - Categoria 4 - Atividades acadêmicas (extensão)	78
Tabela 7 - Categoria 5 - Informação financeira e de gestão	79
Tabela 8 - Categoria 6 - Características da informação financeira.....	81
Tabela 9 - Categoria 7 - Informação sobre responsabilidade social.....	82
Tabela 10 - Categoria 8 - Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica	83
Tabela 11 - Categoria 9 - Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web	84
Tabela 12 - Categoria 10 - E- serviços	85
Tabela 13 - Categoria 11 - E-Participação	86
Tabela 14 - Análise do Elemento Transparência.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APF	Administração Pública Federal
CEFET-SE	Centro Federal de Educação e Tecnologia de Sergipe
CGU	Controladoria Geral da União
COSO	<i>Committee of Sponsoring Organizations</i>
CPC	Conceito Preliminar de Curso
DINOVE	Diretoria de Inovação e Empreendedorismo
EAFSC	Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
e-Gov	Governo Eletrônico
IFS	Instituto Federal de Sergipe
IF's	Institutos Federais
IGC	Índice Geral de Cursos
IndexDUF	Índice de Divulgação das Universidades Federais
LAI	Lei de Acesso à Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NGP	Nova Gestão Pública
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TCU	Tribunal de Contas da União
UNED	Unidade Descentralizada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Situação Problemática.....	19
1.2 Justificativa	21
1.3 Objetivos	25
1.4 Estrutura da Dissertação	26
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
2.1 Transparência Pública: Definição, Tipologia e Benefícios.....	27
2.2 Elementos da Transparência Pública.....	31
2.2.1 Elemento Publicidade das Informações	33
2.2.2 Elemento Compreensibilidade das Informações	34
2.2.3 Elemento Utilidade das Informações	34
2.3 Teoria da Agência e a Transparência Pública.....	35
2.4 Aspectos Legais da Transparência Pública no Brasil.....	38
2.4.1 Lei de Acesso à Informação	43
2.5 Informação e Comunicação no Setor Público	47
2.5.2 Portais eletrônicos do Governo	50
2.6 Índices de Mensuração da Transparência.....	51
2.6.1 Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF)	52
3 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: O INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE	56
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	61
4.1 Caracterização da pesquisa	61
4.2 Unidade de análise.....	63
4.3 Questões de pesquisa.....	64

4.4 Levantamento dos dados	64
4.5 Critério para escolha do caso.....	66
4.6 Categorias analíticas e elementos de análise	66
4.7 Protocolo de estudo e confiabilidade da pesquisa	67
4.8 Análise dos dados	69
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	71
5.1 Diagnóstico das informações divulgadas no portal institucional do IFS	71
5.1.1 Síntese dos resultados do IndexDUF	71
5.1.1.1 Dados gerais da instituição	73
5.1.1.2 Atividades acadêmicas (ensino).....	75
5.1.1.3 Atividades acadêmicas (pesquisa).....	77
5.1.1.4 Atividades acadêmicas (extensão).....	78
5.1.1.5 Informação financeira e de gestão	78
5.1.1.6 Características da informação financeira	81
5.1.1.7 Informação sobre responsabilidade social	82
5.1.1.8 Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica.....	82
5.1.1.9 Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página <i>web</i>	83
5.1.1.10 E-Serviços	85
5.1.1.11 E-Participação	86
5.1.2 Presença no portal dos itens considerados obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação	87
5.1.3 Análise da existência dos Elementos de Transparência nas informações divulgadas no portal do IFS.....	90
5.1.4 Análise do nível de transparência das informações divulgadas no portal do IFS sob a ótica das Dimensões da informação.....	92
5.1.5 Atividades realizadas pelo IFS para garantir o cumprimento da Lei de Acesso à Informação	96

5.2. Situação encontrada no portal do IFS	100
5.3. Proposta de ações para melhorias.....	104
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E TRABALHOS FUTUROS	106
ANEXO A – QUESTIONÁRIO 1 - IndexDUF.....	118

1 INTRODUÇÃO

Após o fim do regime militar a sociedade brasileira passou por um amadurecimento da democracia com o fortalecimento das instâncias de participação popular e a participação dos cidadãos e da imprensa no acompanhamento dos recursos públicos (BRAGA, 2011). Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 trouxe diversos dispositivos em seu texto legal que fomentam a participação da sociedade no acompanhamento da gestão pública (CUNHA FILHO; XAVIER, 2014), fundamentados no princípio democrático expresso já no art. 1º, parágrafo único:

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Diante disso foram evocados dentro do texto constitucional princípios fundamentais para o exercício do controle social, quais sejam, publicidade, transparência e acesso à informação. Em seu art. 37, o princípio da publicidade a ser observado pelo Estado no sentido de que a Administração Pública deve dar pleno conhecimento dos seus atos aos cidadãos, constituindo-se assim um instrumento importante para garantir a participação da sociedade no controle das atividades do Estado (PLATT NETO *et al.*, 2006, 2007).

No entanto, a mera publicação de atos públicos não permite aos cidadãos um efetivo exercício desse controle, pois geralmente a linguagem estritamente técnica não possibilita ao cidadão realizar uma análise crítica do que está sendo publicado. Desse modo a publicidade dos atos não implica na presença de transparência, que se constitui em um conceito mais amplo (BATISTA, 2010; FARACO, 2015; GONÇALVES, 2016; PLATT NETTO, 2007).

A transparência pública apresenta como objetivo primordial divulgar às partes interessadas não somente informações previstas em lei ou regulamentos, mas também quaisquer dados que sejam de interesse da população, gerando um clima de confiança e credibilidade entre a administração governamental e os usuários dos serviços públicos (FARACO, 2015).

A transparência pode ser desenvolvida pelos gestores públicos de duas formas. A Administração Pública divulga informações à sociedade por iniciativa

própria, de forma espontânea, independentemente de qualquer solicitação. A Administração Pública divulga informações sob demanda em atendimento às solicitações da sociedade. (CGU, 2011). Como decorrência da instalação da transparência, vivencia-se uma cultura do acesso, onde se preza pela realização do controle social, tratando-se de uma cultura na qual “o fluxo de informações favorece a tomada de decisões, a boa gestão de políticas públicas e a inclusão do cidadão” (BRASIL, 2011).

Sendo assim, a transparência pública é fundamental para o efetivo controle social, característico das democracias contemporâneas, pois não há como a população exercer o controle social no tocante à administração pública, se os atos praticados pelo Estado (políticos e de gestão) não estiverem acessíveis à população (exceto os casos de sigilo previstos em lei). Portanto, para que isso ocorra é necessário que o próprio Estado disponibilize os mecanismos adequados de disponibilização dessas informações (BOBBIO, 1986; O'DONNEL, 1998; FILGUEIRAS, 2011; ZEPEDA, 2012; CUNHA FILHO; XAVIER, 2014). De forma complementar, Araújo (1999) cita que na construção da cidadania, algo de suma importância é o acesso à informação, visto que é crucial que o cidadão tenha acesso à estas, pois depende delas para o conhecimento e exercício de seus direitos e deveres.

Nas últimas décadas o Brasil tem evoluído quanto ao seu arcabouço legal no intuito de implementar a cultura da transparência na Administração Pública. Por meio de diversos dispositivos tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei complementar nº 101 de 2001, passando pela Lei da Transparência, lançamento do Portal da Transparência em 2004, Lei Complementar nº 131 de 2009, Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, e o mais recente Decreto nº 8.777 de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, tem-se observado um movimento do país rumo ao fomento à cultura da transparência e do estímulo à participação da sociedade como protagonista no papel do controle dos atos e execução dos recursos públicos (PLATT NETO *et al.*, 2006, 2007; SILVEIRA; MAZZEI, 2014; CUNHA FILHO; XAVIER, 2014; CGU, 2011).

Neste sentido, a chegada da Lei de Acesso à Informação (LAI), é considerado um marco no processo de amadurecimento do Estado democrático brasileiro, uma vez que a mesma impôs aos órgãos e entidades públicas o dever de promover, no

âmbito de suas competências e independentemente de requerimentos, a divulgação de informações de interesse coletivo, notadamente, aquelas relacionadas à gestão governamental. A referida norma determina ainda que tais informações devem ser divulgadas em local de fácil acesso e em linguagem de fácil compreensão. E, para isso, estabeleceu parâmetros e fixou um *rol* mínimo de informações, cuja transparência e atualização são obrigatórias (CGU, 2011; ALVES, 2012).

Considerando a necessidade de divulgação das informações de forma massiva, ressalta-se a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) a exemplo da internet como um instrumento de aproximação entre a Administração Pública e a sociedade por meio da qual é possível disponibilizar aos cidadãos informações públicas de modo a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, conforme descreve o art. 3º da Lei de Acesso à Informação:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública. (BRASIL, 2011).

Neste contexto, evidencia-se os avanços obtidos na sociedade contemporânea por meio da utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação. O avanço destas tecnologias aumentou a capacidade de a população fiscalizar o poder público e participar dos processos de tomada de decisão, gerando uma demanda ainda maior por informação (MENDEL, 2009). A partir de então os órgãos públicos passaram a disponibilizar informações consideradas de interesse coletivo nos seus respectivos sítios oficiais. No entanto, a forma como os dados são organizados e a qualidade das informações oferecidas estão diretamente relacionadas às reais possibilidades de controle social (NAZÁRIO; SILVA; ROVER, 2012).

A ampla divulgação das informações nos *sites* oficiais gera diversos benefícios, dentre os quais pode-se mencionar: a redução do número de solicitações de acesso à informação; a diminuição do trabalho e dos custos empreendidos no processamento dos pedidos; bem como a facilitação do acesso das informações pelos cidadãos (ALVES, 2012).

Desse modo, com o aparato das novas tecnologias, torna-se possível que exista um maior questionamento sobre o nível de transparência mínimo a ser atendido pela Administração Pública de forma geral, inclusive com base em diversos normativos, que se ampliaram a partir da Constituição de 1988.

Diante disso, a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, representou um marco no reconhecimento e na efetivação do direito de acesso às informações públicas, ao passo que delimitou procedimentos e regras objetivas com vistas a garantir a realização do controle social. Ela estabelece que órgãos e entidades públicas divulguem informações cujo interesse é coletivo, excetuando as de cunho confidencial (CGU, 2011).

Para viabilizar o seu cumprimento, a LAI dispõe que obrigatoriamente essas informações devem estar disponíveis em sítios da internet, da mesma forma a lei determina que os portais eletrônicos de transparência ofereçam condições de acessibilidade a todos, além de uma linguagem clara e objetiva na comunicação com o cidadão (BRASIL, 2011).

Desse modo, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados nos termos da Lei nº 11.892/08, vinculados ao Ministério da Educação, possuem natureza jurídica de autarquia, sendo detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008) estão obrigados ao cumprimento dos dispositivos da Lei de Acesso à Informação no que tange a transparência das informações produzidas no desenvolver de suas atividades.

Neste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar se o Instituto Federal de Sergipe está cumprindo com a Lei de Acesso à Informação e sendo transparente com as informações disponibilizadas em seu portal eletrônico. Metodologicamente analisou-se as atividades realizadas pelos gestores para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelo Instituto Federal de Sergipe no

que diz respeito (i) a divulgação das informações obrigatórias em seu portal eletrônico; (ii) verificar a existência dos elementos da transparência (Publicidade, Compreensibilidade e Utilidade) das informações públicas apresentadas no portal institucional; (iii) verificar o nível de transparência das informações públicas no portal virtual sob as dimensões física, intelectual e comunicacional; (iv) identificar o grau de transparência do portal do Instituto Federal de Sergipe utilizando o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF) criado por Pessoa (2013); e, finalmente, (v) propor ações de intervenção para a intensificação do uso do portal como incremento de transparência no âmbito do IFS.

Na sequência, serão apresentadas as bases que sustentam a fundamentação para a realização desta pesquisa.

1.1 Situação Problemática

Com o amadurecimento da democracia e o fortalecimento das instâncias de controle social, a administração pública depara-se diariamente com exigências da população e dos sistemas de controle externo e interno. A sua obrigação ética e legal de prestar contas não se refere apenas aos recursos despendidos, mas também às demais ações e omissões na sua atuação enquanto gestora da máquina pública, logo, a transparência na gestão dos recursos públicos é fundamental para assegurar aos cidadãos o conhecimento do que acontece no interior da coisa pública.

Nas últimas décadas o Brasil tem evoluído quanto ao seu arcabouço legal no intuito de implementar a cultura da transparência na Administração Pública. Dessa evolução normativa é editada a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação, que representou um marco no reconhecimento e na efetivação do direito de acesso às informações públicas, ao passo que delimitou procedimentos e regras objetivas com vistas a garantir a realização do controle social.

Em seu art. 8º, a Lei nº 12.527/2011 estabeleceu como obrigatória a divulgação na internet de pelo menos algumas informações básicas de interesse coletivo e,

ainda, como dever dos órgãos e entidades públicas mantê-las atualizadas. Dispõe essa Lei que:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I – registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III – registros das despesas;

IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades e;

VI – respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (BRASIL, 2011)

Nesse ambiente legal, norteado pela cultura da transparência e do controle social, o Instituto Federal de Sergipe, está inserido na obrigatoriedade de cumprimento dos dispositivos legais, uma vez que é uma autarquia (BRASIL, 2008), portanto, parte da administração indireta do Poder Executivo Federal (Art. 1º, II, da LAI). Para tanto, o Instituto Federal de Sergipe tem utilizado o seu Portal institucional www.ifs.edu.br como meio de estreitar o relacionamento com a sociedade e fazer cumprir o que determinam os normativos legais vigentes.

Diante do contexto exposto, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa:

De que forma o Instituto Federal de Sergipe está cumprindo com a Lei de Acesso à Informação, e sendo transparente com as informações disponibilizadas em seu portal eletrônico?

O problema de pesquisa foi pensado a partir da experiência de trabalho vivenciada pela autora no curso de auditorias internas do Instituto Federal de Sergipe. A experiência adquirida na execução das auditorias permitiu verificar

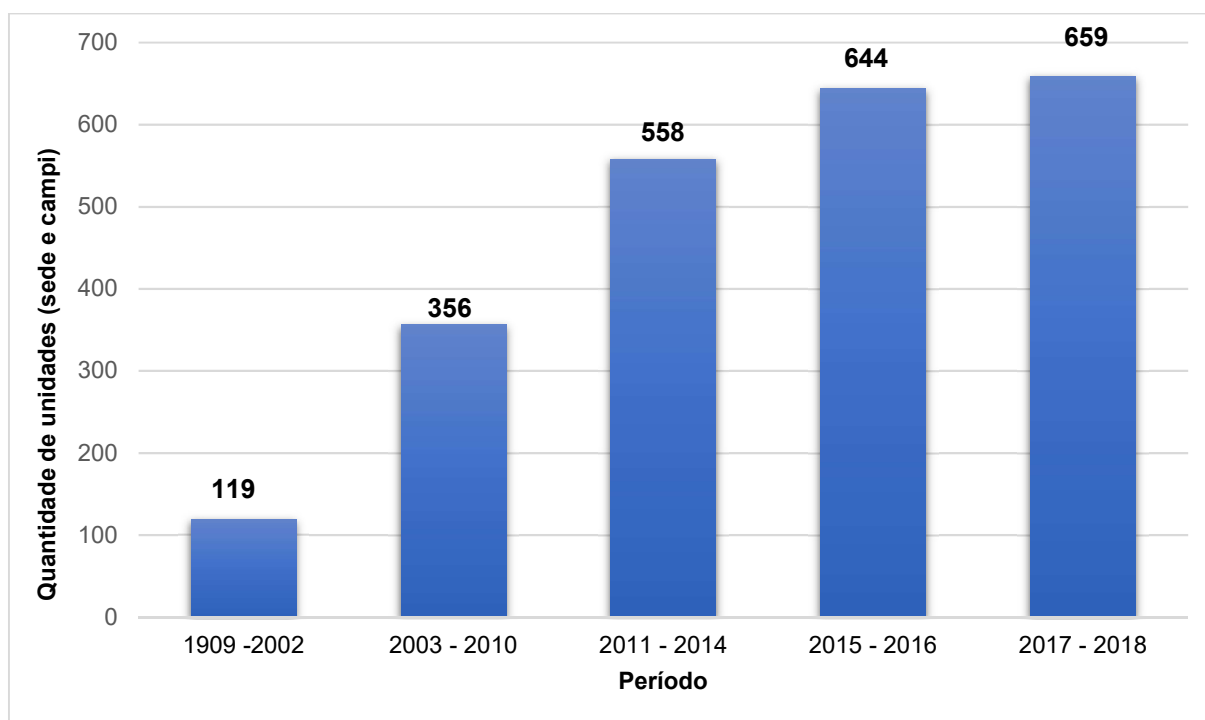
oportunidades de melhorias no quesito transparência das informações disponibilizadas pelos gestores no portal institucional, e baseado no arcabouço legal, iniciar tratativas para propor ações de intervenção na gestão das informações do Portal do IFS.

1.2 Justificativa

No Brasil, a implementação de determinadas políticas públicas se faz com grande desperdício de recursos. Estes recursos, muitas vezes são utilizados para fins diversos do interesse público, incidindo em práticas de corrupção. Ressalta-se que a transparência se constitui como uma ferramenta importante de controle social da execução dos gastos públicos, controle primário administrativo e combate à corrupção. É relevante pois envolve fazer conhecer, por meio de informações de fácil acesso e compreensão as oportunidades de participação da sociedade nas políticas públicas como usuário dos serviços ofertados pela instituição. (BRASIL, 2011; SANTOS, 2013).

Quando o assunto é recursos públicos a transparência das informações referente a estes recursos, com vistas a coibir as práticas de corrupção, deve retratar todas as ações públicas desenvolvidas pelos gestores públicos, permitindo aos cidadãos acesso, assim como, compreensão acerca daquilo que realizam como uma prestação de contas do poder de representação que foi conferido a esses gestores públicos (CRUZ *et al.*, 2012). Nessa perspectiva, a transparência é um elemento da comunicação entre cidadão e gestor público, um contrato social tácito em que, na perspectiva da clássica teoria da agência, o principal (cidadão) delega ao agente (gestor público) uma atividade de seu interesse e monitora sua realização (ALVES; BAIRRAL; SILVA, 2015).

No final da última década, houve um aumento dos recursos públicos destinados à ampliação da oferta de educação pública, especialmente em 2008, quando foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Desde essa data até hoje, o governo federal tem elevado os recursos investidos em educação com a finalidade de ampliar as sedes com novos *campi*, conforme apresentado na Figura 1:

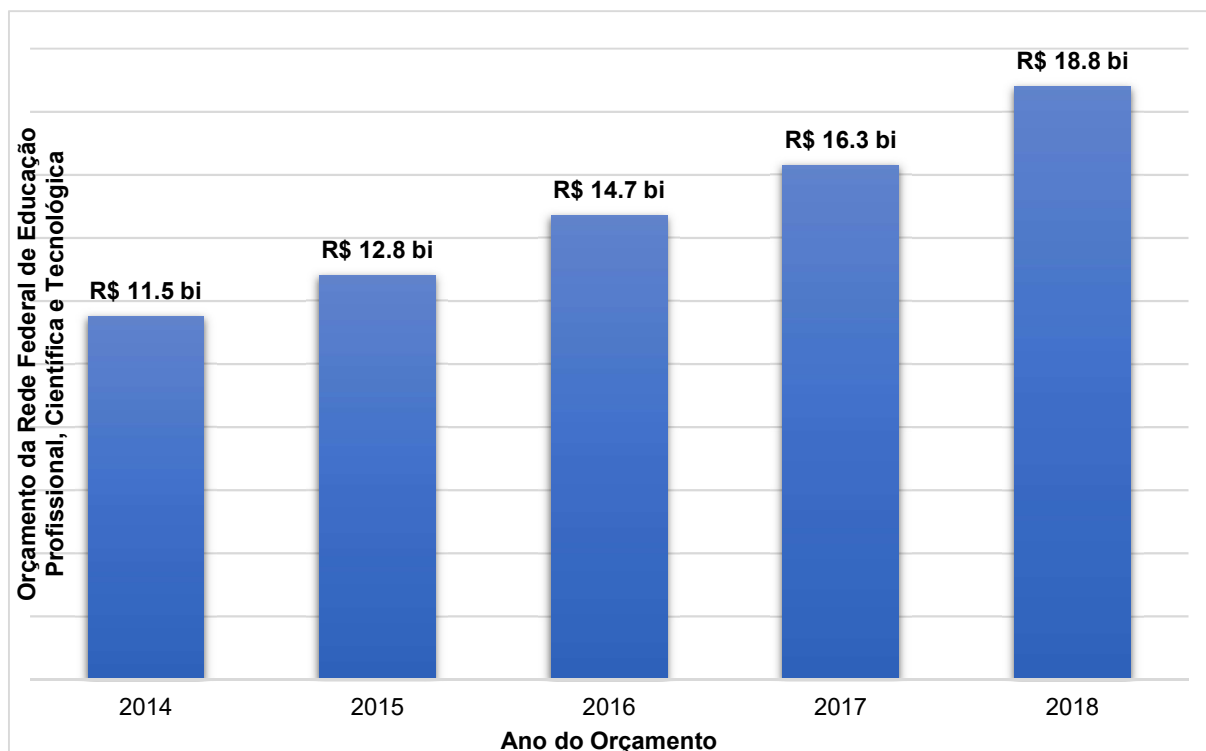
Figura 1- Ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Fonte: (MEC, 2019)

De acordo com a Figura 1, pode-se verificar que houve uma ampliação significativa no número de unidades que compõem a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a qual possuía 119 unidades (sedes e *campi*) em 2002, atingindo 659 unidades (sedes e *campi*) em 2018. Para viabilizar esta expansão foi investido uma elevada quantidade de recursos públicos para a construção das unidades, melhoria das instalações já existentes, aquisição de mobiliário e equipamentos, além da realização de concurso para seleção de novos servidores.

Como consequência dessa ampliação, houve o aumento da necessidade de recursos para realizar o pagamento dos salários dos servidores, assim como para manter o funcionamento das instituições. Neste sentido, observa-se um crescente volume de recursos destinados a estas instituições, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 - Gastos do Governo Federal com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: (BRASIL, 2019)

A Figura 2 mostra que o orçamento para o exercício de 2014 foi de 11,5 bilhões, e passou para 18,8 bilhões em 2018. Atualmente, os Institutos Federais (IF's) que integram a Rede Federal de Educação somam um total de 38 (trinta e oito), os quais encontram-se localizados em todos os estados que compõem a República Federativa do Brasil e no Distrito Federal, e possuem competência para a oferta de educação superior, básica e profissional, através da conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas. (BRASIL, 2008).

Dos recursos orçamentários destinados pelo Ministério da Educação para o estado de Sergipe do ano de 2014 a 2018, o IFS responde por quase aproximadamente 25%, conforme Tabela 1, o que representa em média 233 milhões de reais por ano, a ser utilizado na manutenção do ensino público e gratuito ofertado pela união. Com esse recurso, o IFS atende a uma média de 7600 alunos por semestre letivo e possui 1200 servidores em seu quadro funcional (IFS, 2018).

Tabela 1 - Recursos Orçamentários do MEC para Sergipe nos anos 2014 a 2018.

ÓRGÃO	LOA				
	2014	2015	2016	2017	2018
26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe	484.947.900	584.850.246	579.517.093	663.118.781	681.654.822
26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe	68.310.371	54.542.590	54.695.523	62.619.162	64.121.959
26423 - Instituto Federal de Sergipe	220.185.913	202.913.371	223.924.276	231.650.883	244.409.156
TOTAL	773.446.198	842.308.222	858.138.908	957.390.843	990.187.955

Fonte: (BRASIL, 2019)

Ao se verificar este crescente quantitativo de recursos destinados aos IF's, é necessário fazer uma reflexão sobre a transparência das informações com relação à utilização de tais recursos. Nesse contexto, os portais de transparência têm contribuído para a difusão das informações referentes à gestão dos recursos públicos pelos governantes, ao disponibilizar essas informações aos cidadãos (GALDINO *et al.*, 2013).

Sendo assim, a transparência se constitui em um princípio básico da boa governança, uma vez que a adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações de órgãos e entidades com a sociedade (TCU, 2014).

Desse modo, a relevância do estudo é atestada pela sua importância para a sociedade e para a área temática (VERGARA, 2013) ou contribuição prática e social (GIL, 2008). Este estudo está inserido no contexto do processo de promoção da transparência das informações públicas e consequente estímulo a participação da sociedade no acompanhamento da execução das políticas públicas que estão sob a responsabilidade do IFS.

Outro fator relevante é que apesar da existência de diversos estudos a respeito de transparência pública e das informações contidas nos portais institucionais, a maior parte concentrada nos portais dos governos municipais e estaduais, foi identificada a escassez de estudos que tratassem da avaliação das informações disponíveis nos portais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ressalta-se que foi encontrada uma pesquisa realizada com o mesmo objetivo

Faraco (2015), mas que foi aplicada somente nos Institutos Federais da Região Sul do País.

Em resumo, são muitos os benefícios da transparência e do controle social na administração pública: diminuição da corrupção, maior eficiência da máquina pública, fortalecimento do controle social, maior acesso da população nas políticas públicas ofertadas pelo Estado, maior proximidade entre o Estado e a sociedade e consequentemente maior assertividade na implantação de políticas públicas, entre outros (SANTOS, 2013; BOBBIO, 1986; O'DONNEL, 1998; FILGUEIRAS, 2011; ZEPEDA, 2012; CUNHA FILHO; XAVIER, 2014; GONÇALVES, 2016).

Porém, a ausência de informações ou até mesmo a simples disponibilização de informações na internet, eventualmente desassociadas da realidade ou excessivamente tomadas pelas disfuncionalidades da burocracia, pode limitar a consecução dos fins a que se destinam – a transparência pública e o controle social (GONÇALVES, 2016).

1.3 Objetivos

Analisar se o Instituto Federal de Sergipe está cumprindo com a Lei de Acesso à Informação e sendo transparente com as informações disponibilizadas em seu portal eletrônico.

Assim, para esta pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as atividades realizadas pelos gestores para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelo Instituto Federal de Sergipe no que diz respeito a divulgação das informações obrigatórias em seu portal eletrônico;
- Verificar a presença dos elementos da transparência (Publicidade, Compreensibilidade e Utilidade) das informações públicas apresentadas no portal institucional;

- Verificar o nível de transparência das informações públicas no portal virtual sob as dimensões física, intelectual e comunicacional;
- Identificar o grau de transparência do portal do Instituto Federal de Sergipe utilizando o Índice de Divulgação das Universidades Federais criado por Pessoa (2013);
- Propor ações de intervenção para a intensificação do uso do portal como incremento de transparência no âmbito do IFS.

1.4 Estrutura da Dissertação

Esta pesquisa está organizada em seis capítulos e suas respectivas seções. No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico. No terceiro capítulo é descrito o objeto de estudo, o Instituto Federal de Sergipe. No quarto capítulo são descritos os procedimentos metodológicos a serem seguidos durante a pesquisa, na sequência são apresentados os resultados da pesquisa no quinto capítulo. E finalmente, no sexto capítulo são apresentadas as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo descreve as principais contribuições teóricas trazidas por diferentes autores a respeito de transparência pública, abordando também os conceitos e característica dos elementos que são os fundamentos da transparência pública, como também é apresentada o papel da transparência fundamentada na Teoria da Agência. Em seguida é apresentada a evolução do arcabouço legal brasileiro para recepcionar a Lei de Acesso à Informação, e os dispositivos mais importantes da LAI voltados à transparência ativa, objeto dessa pesquisa.

Na perspectiva de promoção da transparência por meio de sítios eletrônicos governamentais, foi realizada uma abordagem a respeito da informação e comunicação no setor público onde são apresentadas as dimensões da informação pública, como também a importância dos portais eletrônicos no fomento ao controle social. E finalmente, é mostrado o índice de transparência IndexDUF, desenvolvido por Pessoa (2013), que foi utilizado para medir o grau de transparência do portal institucional do Instituto Federal de Sergipe, objeto dessa pesquisa.

2.1 Transparência Pública: Definição, Tipologia e Benefícios

Segundo Cunha Filho e Xavier (2014), a publicidade é elemento indissociável dos regimes democráticos modernos. Ela pode ser definida como a qualidade ou o atributo do que é ou pode fazer-se público. “Consiste na abertura do particular ao geral, ou do indivíduo ao contexto social” (CUNHA FILHO; XAVIER, 2014, p.7).

No seu sentido mais amplo, a publicidade é um processo de socialização e comunicação das coisas, ideias e projetos que pretende a apropriação de seu objeto pelo público receptor, bem como um instrumento essencial de inclusão e comunicação das sociedades modernas (ZEPEDA, 2012).

A publicidade como princípio da Administração Pública está estabelecida no artigo 37 da Constituição de 1988 e apresenta os seus objetivos em seu § 1º:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. (BRASIL, 1988).

Para Platt Neto *et al.* (2007) extrai-se do princípio da publicidade que o povo tem o direito de conhecer os atos praticados na administração pública, passo a passo, para o exercício do controle social, derivado do exercício do poder democrático, a chamada *accountability*.

Nesse esteio, o parágrafo único do artigo 70 da Constituição de 1988, por meio da redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, traz essa obrigação a todos os agentes que de alguma forma lidam com os recursos públicos:

Art.70. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). (BRASIL, 1988).

De acordo com Cunha Filho e Xavier (2014, p. 8), a democracia pressupõe a publicidade porque somente por meio dela os cidadãos estarão aptos a avaliar quais agentes políticos devem ser eleitos e quais as melhores políticas públicas a serem perseguidas.

A ampla disponibilização de informações públicas é, assim, condição para o cumprimento do fundamento maior da Constituição brasileira que traz em seu art. 1º parágrafo único que “todo poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (CUNHA FILHO; XAVIER, 2014 p.8; BRASIL, 1988).

Desse modo, os cidadãos só podem ser protagonistas na formação da vontade política do Estado se estiverem providos de informação (FILGUEIRAS, 2011; CUNHA FILHO; XAVIER, 2014).

Para Bobbio (2000, p. 42), a exigência de publicidade dos atos de governo é importante não apenas, como se costuma dizer, para permitir ao cidadão conhecer os atos de quem detém o poder e assim controlá-lo, mas também porque a

publicidade é por si mesma uma forma de controle. A publicidade por si só, induz os agentes públicos ao manejo responsável dos assuntos políticos e administrativos, permitindo que a coisa pública se aproxime dos desejos e anseios dos cidadãos, pois aproxima o governo dos cidadãos (FILGUEIRAS, 2011; CUNHA FILHO; XAVIER, 2014, p.10; LINDSTEDT; NAURIM, 2016).

Para Filgueiras (2011), as demandas por publicidade, reforçaram, por sua vez, a criação de outro princípio para democratização do Estado: o da transparência. Já as conquistas democráticas das últimas décadas passaram a impor ao Estado e ao administrador público o dever da transparência (FILGUEIRAS, 2011; GONÇALVES, 2016).

De acordo com Platt Neto *et al.* (2006), transparência é um conceito mais amplo do que publicidade, isto porque a informação pode ser pública, mas não ser relevante, confiável, tempestiva, útil e compreensiva. “A transparência tornou-se convertida em um valor fundamental nas democracias do nosso tempo” (ZEPEDA, 2012, p.9). Na mesma linha, O'Donnel (1998) salienta a importância da obrigação do governante para prestar contas dos seus atos com transparência, garantindo o controle social. A transparência opaca envolve disseminação de informação que, na prática, não revela como as instituições funcionam. Por outro lado, a transparência clara diz respeito a programas e práticas de acesso à informação que revelam informação útil e confiável sobre o desempenho institucional (ANGÉLICO, 2012).

Segundo Viana (2012), a transparência pública confere vantagens para: a) o Estado que passa a ter diversos fiscais acompanhando a sua gestão; b) para o empresariado que pode participar de forma justa de processos de contratações públicas; c) principalmente para a sociedade que pode acompanhar a exata aplicação dos impostos pagos. Na cultura de acesso, o fluxo de informações favorece a tomada de decisões, a boa gestão de políticas públicas e a inclusão do cidadão (MTCGU, 2018).

Em linha com esse pensamento, Moraes (2004) afirma que além de inibir o uso ineficiente ou indevido dos recursos públicos, a transparência dá maior legitimidade ao Estado, ao governo e ao próprio regime democrático, portanto a promoção da transparência e do acesso à informação é considerada medida indispensável para o fortalecimento da democracia e para a melhoria da gestão pública (TCU, 2018a).

Mais do que garantir o atendimento das normas legais, as iniciativas de transparência na administração pública constituem uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela população (PLATT NETO *et al.*, 2007), como também uma ferramenta de combate à corrupção (LINDSTEDT; NAURIM, 2016).

Na Administração Pública, há a preocupação recente e atual em se criar meios para que o cidadão tenha acesso transparente à informação e tenha plena oportunidade de exercer seu direito de controle social sobre os atos de seus governantes, possibilitando a *accountability* vertical¹ proposta por O'Donnel (1998).

O direito de acesso à informação se presta a munir o cidadão de informações detidas pelo Estado, para que seja possível, entre tantas outras coisas, realizar o chamado controle social, expressando-se basicamente de duas maneiras: por meio da chamada transparência ativa ou por meio da transparência passiva (SILVEIRA, 2012; CASTRO, 2013; CGU, 2011, 2016).

É entendida como aquela em que há disponibilização da informação de maneira espontânea (proativa). É o que ocorre, por exemplo, com a divulgação de informações na Internet, de modo que qualquer cidadão possa acessá-las diretamente (SILVEIRA, 2012; CASTRO, 2013; CGU, 2016).

Por outro lado, depende de uma solicitação do cidadão. Ela ocorre, portanto, por meio dos pedidos de acesso à informação que, geralmente, se concentram no sistema e-SIC. Desse modo, o órgão ou entidade solicitado deve se mobilizar no sentido de oferecer uma resposta à demanda (SILVEIRA, 2012; CASTRO, 2013; CGU, 2016).

Ressalta-se que essa divulgação proativa de informações de interesse público tem o potencial de evitar o acúmulo de pedidos de acesso à informação formulados pelos cidadãos sobre temas semelhantes, reduzindo, portanto, o esforço empreendido pela Administração Pública na tarefa de processar e responder esses pedidos (MTCGU, 2018; TCU, 2018a).

¹ Eleições, reivindicações sociais que possam ser normalmente proferidas, sem que se corra o risco de coerção, e cobertura regular pela mídia ao menos das mais visíveis dessas reivindicações e de atos supostamente ilícitos de autoridades públicas são dimensões do que chamo de "*accountability* vertical". São ações realizadas, individualmente ou por algum tipo de ação organizada e/ou coletiva, com referência àqueles que ocupam posições em instituições do Estado, eleitos ou não (O'DONNEL, 1998, p. 28).

Transparência, portanto, tem relação com fluxo de informação (ANGÉLICO, 2012), mas também com a qualidade da informação (melhorar a compreensão) e com o uso dessa informação (favorecer a *accountability*). Sendo assim, Gonçalves (2016) apresenta alguns benefícios da transparência e do controle social na administração pública:

Em suma, parte-se da premissa de que são muitos os benefícios da transparência e do controle social na administração pública: diminuição da corrupção, maior eficiência da máquina pública, engajamento da sociedade nos assuntos de interesse coletivo, maior proximidade entre o Estado e a sociedade e consequentemente maior assertividade na implantação de políticas públicas, entre outros (GONÇALVES, 2016, p. 17).

No entanto, de acordo com Gonçalves (2016, p. 17), “a simples disponibilização de informações na internet, eventualmente desassociadas da realidade ou excessivamente tomadas pelas disfuncionalidades da burocracia, pode limitar a consecução dos fins a que se destinam – a transparência pública e o controle social”.

Após a abordagem sobre transparência e seus diversos aspectos, trata-se na próxima seção a respeito dos elementos caracterizadores da transparência pública.

2.2 Elementos da Transparência Pública

A transparência pública apresenta como objetivo primordial divulgar às partes interessadas não somente informações previstas em lei ou regulamentos, mas também quaisquer dados que sejam de interesse da população, gerando um clima de confiança e credibilidade entre a administração governamental e os usuários dos serviços públicos (FARACO, 2015).

Para Lindstedt e Naurim (2010), instituição transparente é aquela em que as pessoas, dentro ou fora da instituição tem acesso as informações de que necessitam para formar opiniões. O conceito de transparência capta a acessibilidade da informação, pois, para os referidos autores, a instituição é transparente quando as suas ações são claras e visíveis. Assim, tal mecanismo caracteriza-se não somente pela prestação de contas, mas também pela forma como as informações são

disponibilizadas aos usuários, levando-se em consideração aspectos como objetividade e clareza, com o intuito de garantir amplo e efetivo acesso aos dados disponibilizados pelos entes públicos (PLATT NETO *et al.*, 2007).

Os órgãos públicos, por sua vez, passaram a disponibilizar informações consideradas de interesse coletivo nos seus respectivos sítios oficiais. Entretanto, sabe-se que a forma como os dados são organizados e a qualidade das informações (inteligibilidade) oferecidas estão diretamente relacionadas as reais possibilidades de controle social (NAZÁRIO; SILVA; ROVER, 2012).

Segundo Batista (2010), ao considerar que o acesso social à informação pública pode reconfigurar a estrutura da sociedade, a questão do acesso não pressupõe apenas o acesso físico, mas também a transparência e a compreensão do “homem comum” a respeito do que é produzido e publicado pelo Estado.

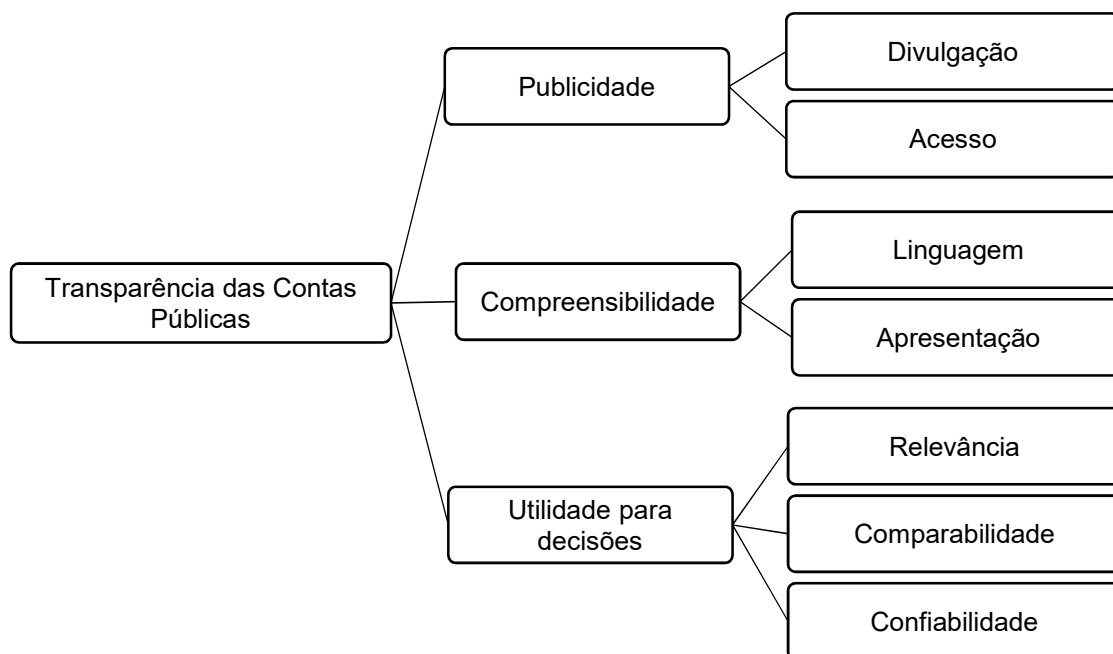
Em uma cultura de acesso, os agentes públicos têm consciência de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva e compreensível e atender eficazmente às demandas da sociedade (CGU, 2011).

Segundo Platt Neto *et al.* (2007), a transparência possui três elementos básicos, quais sejam: 1) a publicidade; 2) a compreensibilidade das informações; e 3) a utilidade para tomada de decisão, conforme apresentado na Figura 3.

Resumidamente, a ampla divulgação das informações em tempo hábil e por diversos meios; a prestação de informações com linguagem mais acessível; a relevância e a confiabilidade das informações disponibilizadas (PLATT NETO *et al.*, 2007).

A seguir são apresentados cada um desses três elementos de forma detalhada.

Figura 3 - Elementos da Transparência das contas públicas



Fonte: Extraído de Platt Neto *et al.*, 2007

2.2.1 Elemento Publicidade das Informações

O primeiro elemento da transparência é a publicidade. Segundo Platt Neto *et al.* (2007), entende-se publicidade a ampla divulgação de informações à população, por meio de diversos meios de baixo custo e domínio dos usuários.

Conceição (2010, p. 17) define publicidade como “a ampla divulgação de informações à população, propiciando-se o acesso em múltiplos meios aos interessados. Pressupõe-se, ainda, a oportunidade das informações fornecidas, com tempestividade e em tempo hábil ao apoio às decisões”.

Para Faraco (2015) a eficácia de tal elemento caracterizador da transparência na gestão pública consubstancia-se na obrigatoriedade dos entes governamentais de publicar na internet uma série de atos, fatos e documentos, com o fim primordial de prestar contas a todos os cidadãos.

2.2.2 Elemento Compreensibilidade das Informações

O segundo elemento é a compreensibilidade das informações. Ele surge como propiciador e facilitador da tomada de decisão, pois quando a informação é compreendida pelo público-alvo, esta pode tornar-se útil para a tomada de decisão. (FARACO, 2015). Esse elemento está vinculado a apresentação da informação ao público-alvo, incluindo a formatação das informações e a linguagem utilizada, que deve ser acessível aos usuários (PLATT NETO *et al.*, 2007).

Desta forma, a comunicação é um processo relacional entre fonte e destinatário. Contudo, não é suficiente transmitir informação, ela precisa ser compreendida. Sendo assim, o principal elemento condicionante passa a ser a linguagem em que a fonte (governo) e o destinatário (usuários das informações públicas) vão se relacionar. A partir daí, assume-se que a comunicação acontece quando o destinatário entende a informação produzida e passa se relacionar com a fonte (BRASIL, 2006).

Ressalta-se que a compreensibilidade das informações vai requerer a construção de um conhecimento mínimo necessário por aqueles que vão receber essa informação. Portanto, é fundamental que o gestor público utilize uma linguagem simples e acessível, que possa enquadrar-se ao perfil dos usuários, objetivando o correto e efetivo entendimento das informações transmitidas (BRASIL, 2011; FARACO, 2015).

2.2.3 Elemento Utilidade das Informações

De acordo com Angélico (2012, p. 25), “um regime realmente transparente deve preocupar-se não só com a disponibilização de informações, mas em disponibilizá-las de maneira tal que elas sejam úteis para a formulação de inferências mais precisas.”

Desse modo, o terceiro elemento da transparência trata da utilidade da informação para a tomada de decisão, estando aqui atrelada a relevância da informação. Segundo Platt Neto *et al.*, (2007) a utilidade se fundamenta na

relevância e na confiabilidade das informações, ou seja, na garantia de que a informação divulgada seja verídica.

Segundo Filgueiras (2011), a política da transparência tem um compromisso normativo com a produção de informação verdadeira e faz com que o processo de construção da informação seja fundamental ao estabelecimento do entendimento público. Em relação a relevância, ressalta-se que pode ou não coincidir com os interesses dos usuários, pois as informações estarão disponíveis para diversos usuários que utilizarão as informações de acordo com os seus interesses individuais ou coletivos. Ademais, a informação pública deve propiciar a comparabilidade entre períodos e entre entidades (PLATT NETO *et al.*, 2007).

Conceição (2010, p. 21) apresenta a seguinte conclusão acerca dos elementos da transparência apresentados por Platt Neto *et al.* (2007),

Finalmente, se conclui que, se há de um lado a informação necessária conforme ditam os preceitos legais e do outro a população com possibilidade de alcance a esta informação, agora ou num futuro próximo, então pode-se dizer que há um nível aceitável e crescente de transparência. Retomando Platt Neto (2004), o cenário aqui demonstrado atende a primeira dimensão da transparência por este pensada, a da publicidade. A segunda e a terceira dimensão serão frutos de aprimoramento pelo próprio Controle Social. Este, quando efetivado trará da população demandas por outras informações ou modos mais compreensíveis de publicação destas, e também a estas será dada a devida utilidade, preceituada pelo autor na terceira dimensão da transparência." (CONCEIÇÃO, 2010, p. 21).

Tecidas essas considerações sobre a Transparência e os seus elementos básicos, faz-se oportuno o estudo sobre a relação da Teoria da Agência e a Transparência Pública.

2.3 Teoria da Agência e a Transparência Pública

A Teoria da Agência tem seus pressupostos baseados na relação contratual em que o proprietário dos recursos (o *principal*) encarrega outra parte (o *agente*) de desenvolver alguma atividade em seu interesse, por meio da delegação de alguma forma de poder de decisão (CRUZ *et al.*, 2011).

Essa relação foi sugerida por Jensen e Meckling (2008, p. 89) quando afirma:

Definimos uma relação de agência como um contrato sob o qual uma ou mais pessoas (o(s) principal(is)) emprega uma outra pessoa (agente) para executar em seu nome um serviço que implique a delegação de algum poder de decisão ao agente. Se ambas as partes da relação forem maximizadoras de utilidade, há boas razões para acreditar que o agente nem sempre agirá de acordo com os interesses do principal. (JENSEN; MECKLING, 2008, p. 89).

Baseia-se nas relações entre o Principal (proprietário) e o Agente (gestor). O agente é o contratado para realizar tarefas e assumir funções de modo prestativo para o chefe ou diretor (principal) que, por sua vez, é recompensado pelas atividades realizadas (JENSEN; MECKLING, 2008).

De acordo com Arrow (1985, p.37 *apud* Wasilewski *et al.*, 2012):

O elemento comum é a presença de dois indivíduos. Um (o agente) precisa escolher uma ação de um número de alternativas possíveis. A ação afeta a riqueza de ambos, o agente e outra pessoa, o principal. O principal, no mínimo no mais simples caso, tem uma função adicional de descrever as regras de pagamento; isto é, antes que o agente escolha a ação, o principal determina a regra que especifica a taxa a ser paga ao agente como uma função da observação dos resultados da ação pelo principal. O problema adquire interesse somente quando existe incerteza em algum ponto, e em particular, quando a informação disponível para os dois participantes é desigual. (ARROW, 1985, p.37 *apud* WASILEWSKI *et al.*, 2012).

Segundo Cruz *et al.* (2011), a Teoria da Agência tem nas relações contratuais o seu sistema de referência, tendo os seus pressupostos a potencialidade de explicar os fenômenos que se referem às relações contratuais em diferentes tipos de organizações. Tais organizações podem ser tanto de natureza privada como pública e diversas pesquisas divulgadas no Brasil e no exterior têm confirmado essa tendência.

Da relação de agência (independentemente do contexto, se privado ou público) surgem situações indesejadas decorrentes da assimetria informacional existente entre os contratantes, isto é, entre o principal e o agente, haja vista que este detém, em regra, mais informações se comparado àquele que lhe delegou a tarefa. Fala-se, então, em problemas da agência, ou dilema da agência (ZIELINSKI; COSTADELO, 2012).

Assim, de acordo com Zorzal e Rodrigues (2015, p. 122),

As questões contempladas pela teoria agente-principal estão relacionadas com a existência de informação assimétrica entre agente principal. A assimetria ocorre quando uma das partes (agente) possui mais informação em detrimento da outra parte (principal). Esse fenômeno acontece porque o agente tende a estar mais diretamente vinculado às operações diárias da instituição do que o principal, além de outros fatores próprios da dinâmica das sociedades contemporâneas (ZORZAL; RODRIGUES, 2015, p. 122).

Essa contradição entre agente e principal pode ser aplicada às relações estabelecidas no setor público, estando a sociedade com o papel de principal e o Estado com o papel de agente, claramente demonstrado no princípio democrático trazido por meio da constituição.

De acordo com Carvalho e Leroy (2017), a presença dessa delegação de poderes faz surgir, na esfera pública, o conflito de agência nesse setor, cujo norteamento espelha-se na consecução, pelos gestores, das ações esperadas pela sociedade.

É por meio da transparência das ações e dos resultados dos agentes públicos que se diminui a assimetria de informação e se minimizam os problemas de agência, possibilitando assim o controle social.

Para Wasilewski *et al.* (2012, p. 106),

controle social é um dos principais mecanismos à disposição da sociedade para a fiscalização dessa relação de agência com os agentes públicos. Esse controle - tanto o monitoramento legal como o autônomo - deve ser realizado visando garantir que seus recursos, que são recolhidos pelo governo e destinados às políticas públicas, sejam aproveitados de fato na consecução de políticas que maximizem o bem-estar da população. A falta de controle abre lacunas maiores para a corrupção (um dos mais nefastos comportamentos oportunistas), que tende a produzir ineficiência e injustiça, contribuindo para o aumento das desigualdades e a perda de legitimidade dos governantes. A prática da democracia no Brasil tem-se manifestado, principalmente, pela ação da sociedade por mais ética e transparência na condução dos interesses públicos (WASILEWSKI *et al.*, 2012, p. 106).

Desse modo, para submeter o Estado e seus agentes ao controle da cidadania, faz-se necessário dar transparência às ações dos governos (das instituições e das políticas públicas), no sentido de consolidar a democracia e fortalecer os processos

de gestão. Assim, a transparência, compreendida como a obrigação por parte do Estado de dar publicidade aos atos em linguagem clara e de fácil acesso, funcionaria como um instrumento para promover a publicidade (*accountability*) e o acesso à informação, proporcionando a diminuição da assimetria de informação entre o principal e os gestores públicos.

Como consequência da diminuição da assimetria de informação, têm-se: o fortalecimento da democracia, em razão da maior participação dos cidadãos no acompanhamento da gestão pública; a diminuição dos casos de corrupção, pela maior exposição dos atos e decisões; e a prestação de serviços públicos com mais qualidade e eficiência, mediante melhor alocação dos recursos públicos, em face do *feedback* da população.

Após a exposição das considerações a respeito da transparência pública e a sua relação com a Teoria da Agência, apresenta-se na seção que se segue o arcabouço legal a respeito da transparência pública, alinhado a publicidade e ao acesso à informação, no Brasil.

2.4 Aspectos Legais da Transparência Pública no Brasil

O direito de acesso à informação encontra sua base constitucional no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de todos os cidadãos a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, coletivo ou geral, que deverão ser prestadas no prazo legal sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Em particular, quanto ao direito de acesso à informação pública presente em registros administrativos e demais atos do governo pelos usuários dos serviços públicos, a Constituição Federal possui expressa previsão em seu art. 37, § 3º, inciso II (SILVEIRA; MAZZEI, 2014; CUNHA FILHO; XAVIER, 2014).

O princípio da publicidade é consagrado como princípio constitucional da Administração Pública (art. 37, caput, da Constituição Federal). De igual forma, a

Carta Federal instituiu o *habeas data*² (art. 5º, inciso LXXII) como ação constitucional para a garantia do direito à informação e retificação de informações (SILVEIRA; MAZZEI, 2014; CUNHA FILHO; XAVIER, 2014).

Após o advento da Constituição de 1988, o legislador ordinário editou diversos diplomas que trazem em seu conteúdo dispositivos que promovem a publicidade e o acesso à informação (SILVEIRA; MAZZEI, 2014), sendo apresentado na Figura 4, os principais normativos que versam sobre publicidade e acesso à informação no Brasil.

Figura 4 - Principais normativos sobre publicidade e acesso à informação



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

A Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, estabelece que:

² Regulado pela Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, considera de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações (BRASIL, 1997).

todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 4º); a Administração Pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma desta Lei (art. 5º). (BRASIL, 1991).

Segundo Cunha Filho e Xavier (2014, p.54), a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, instituída pela Lei nº 8.159/91, foi um avanço muito importante e inédito na história brasileira de disponibilização de informações públicas, porém não pode ser considerada uma Lei de Acesso à Informação propriamente dita, porque não institui o procedimento de solicitação de informações perante os órgãos públicos (SILVEIRA, 2012; MAZZEI, 2014).

Essa Lei dos Arquivos Públicos continua em vigor, mas o seu capítulo referente ao acesso e ao sigilo de documentos públicos foi expressamente revogado pela Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/11.

Pode-se observar a presença do princípio da publicidade na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a conhecida Lei nº 8.666/93. Ela tem a publicidade como fundamento. Afinal, as licitações devem ser conhecidas pelo maior número de pessoas, para que a melhor proposta seja apresentada a administração (CUNHA FILHO; XAVIER, 2014, p. 55).

Diversos dispositivos da Lei nº 8.666/93 promovem a publicidade. O art. 16, por exemplo, prevê que será dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, a relação de todas as compras feitas pela Administração direta ou indireta. O art. 21, por sua vez, dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação, na imprensa oficial, de avisos contendo o resumo dos editais de licitação. Já o art. 61, parágrafo único, determina a obrigatoriedade da publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na Imprensa Oficial (BRASIL, 1993).

Tem-se a Lei nº 9.784/99, que estabelece regras para o processo administrativo no âmbito do Poder Executivo Federal, contém dispositivos que visam promover a transparência nas atividades da administração pública. Em seu art. 2º, parágrafo único e inciso V, dispõe “nos processos administrativos serão observados,

entre outros, os critérios de (...) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição”. Ademais, em seu art. 31 prevê ampla divulgação de processos de interesse geral, com a possibilidade de abertura de consulta pública para dar ciência a população acerca do tema e incentivar a participação social na tomada de decisões (CUNHA FILHO; XAVIER, 2014, p.58).

Outro normativo importante no contexto do acesso à informação foi a Lei nº 9.507/97, a lei que regula o direito de acesso às informações e disciplina o rito processual do *habeas data*, cujo objetivo é exatamente assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa que dele se utiliza, devendo, para tanto, estarem tais informações armazenadas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, bem como, pode ser utilizado para retificar dados constantes desses registros ou bancos de dados (CUNHA FILHO; XAVIER, 2014, p.58).

Um marco legal importante que contribuiu para o cumprimento da publicidade das informações públicas a publicação da Lei nº 9.755/98 a partir da qual o Tribunal de Contas da União criou a página da internet “Contas Públicas” (www.contaspublicas.gov.br), que se propunha a disponibilizar informações financeiras sobre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros em um único lugar por meio da internet. Foi a primeira iniciativa legal no sentido de incorporar a obrigatoriedade de informações das contas públicas na internet (PLATT NETO *et al.*, 2006, 2007).

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no ano 2000, um novo princípio foi incorporado ao arcabouço legal: o princípio da transparência. A LRF possui um capítulo sobre o tema, intitulado de “Transparência, Controle e Fiscalização” (artigos 48 a 59), enquanto a sua 1ª seção trata da Transparência da Gestão Fiscal, abrangendo os artigos 48 e 49. Segundo Platt Neto *et al.* (2007, p. 76), a LRF se fundamenta em,

Princípios como planejamento, a transparência e a participação popular. A participação popular, alicerce do controle social, depende fortemente das ações governamentais e das contas públicas, pois sem informações as decisões são prejudicadas (PLATT NETO *et al.*, 2007, p. 76).

Segundo Santos e Santos (2014), a LRF surgiu por meio da promulgação da Lei Complementar número 101, de 04 de maio de 2000, estabelecendo normas de finanças públicas voltadas para a busca de responsabilidade na gestão fiscal, com o intuito de amenizar os problemas financeiros em todas as esferas do poder público e em todos os níveis governamentais do país.

A LRF abriu caminho para ampla divulgação de informações relativas às finanças estatais, por meio de uma série de mecanismos inéditos, tais como os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o relatório de gestão fiscal, bem como as versões simplificadas desses documentos (art. 48 da LRF).

Em 2003, é promulgada a chamada Lei de Acesso à Informação Ambiental (Lei nº 10.650/03) que trouxe inovações importantes na ordem jurídica brasileira. Essa lei obrigou todos os órgãos da Administração Pública direta, indireta e integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente a franquear acesso a todos os documentos que tratem de matéria ambiental, bem como fornecer todas as informações ambientais que estejam sob a guarda, seja em meio escrito, visual, sonoro e eletrônico (CUNHA FILHO; XAVIER, 2014, p. 63).

Além de inovar quanto a promoção da transparência, essa lei ainda inovou quanto a desnecessidade de motivar o pedido de acesso à informação. Neste sentido, a Lei dispõe que “qualquer indivíduo, independentemente da comprovação de interesse específico, terá acesso às informações de que trata esta Lei, mediante requerimento por escrito” (art. 2º, § 1º). No entanto, o diploma legal não levou essa ideia às últimas consequências, pois obrigou o requerente a assumir a obrigação de não utilizar as informações obtidas para fins comerciais, sob pena de responsabilidade civil, penal e de direito autoral (CUNHA FILHO; XAVIER, 2014 p. 64).

Outro marco importante no que tange a transparência das informações públicas no Brasil, foi o lançamento em 2004 do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br). Nele é possível acompanhar informações atualizadas diariamente sobre a execução do orçamento, como também obter informações sobre recursos públicos transferidos e sua aplicação direta (origens, valores, favorecidos). (PLATT NETO *et al.*, 2006; CGU, 2011).

O Portal da Transparência do Governo Federal é um *site* de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil. Desde a criação, a ferramenta ganhou novos recursos, aumentou a oferta de dados ano após ano e consolidou-se como importante instrumento de controle social, com reconhecimento dentro e fora do país (MTCGU, 2018).

Em 2009 a LRF sofreu uma reforma por meio da Lei Complementar nº 131, que estabeleceu a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essa lei, que ficou conhecida como Lei da Transparência, representou um marco importante para a criação dos portais de transparência dos três poderes, além dos Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros (CUNHA FILHO; XAVIER, 2014, p. 60).

Entretanto, tendo em vista que essas normas não regulamentaram o acesso a todas as informações necessárias para o exercício do controle social da administração pública, previsto na CF/88, em 18 de novembro de 2011, foi publicada no Brasil a Lei nº 12.527. (SILVEIRA; MAZZEI, 2014; GONÇALVES, 2016; BRASIL, 2011).

A Lei n. 12.527/2011 é o marco regulatório que propõe a migração da cultura de sigilo da administração pública brasileira para o culto ao acesso. Isso implica substituir os ritos de criação de documentos secretos por ritos de ampla divulgação (ALVES, 2012).

Em função da importância da Lei de Acesso à Informação para o desenvolvimento dessa pesquisa, a próxima seção trata das principais peculiaridades desse importante marco legal.

2.4.1 Lei de Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação (LAI) representou um marco no reconhecimento e na efetivação do direito de acesso às informações públicas, ao passo que delimitou procedimentos e regras objetivas com vistas a garantir a realização do controle social. Ela estabelece que órgãos e entidades públicas divulguem

informações cujo interesse é coletivo, excetuando as de cunho confidencial. Obrigatoriamente essas informações devem estar disponíveis em sítios da internet, da mesma forma a lei determina que os portais eletrônicos de transparência ofereçam condições de acessibilidade a todos, além de uma linguagem clara e objetiva na comunicação com o cidadão (CGU 2011).

Para Gonçalves (2016, p. 33), a Lei de Acesso à Informação:

Diferencia-se das demais leis, por estabelecer de modo explícito a forma como as informações devem ser divulgadas (em local de fácil acesso e em linguagem de fácil compreensão) e também por, definitivamente, submeter o Estado brasileiro ao princípio da máxima publicidade, determinando que os órgãos e entidades públicas utilizem todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem para divulgação de suas informações. Atenta às possibilidades e às vantagens advindas do uso das novas tecnologias da informação e comunicação na gestão pública, a LAI fixou como obrigatória a divulgação de informações de interesse geral em sítios oficiais (*internet*). (GONÇALVES, 2016, p. 33).

Com efeito, o principal direito fundamental tutelado, o de acesso à informação, cuida-se de uma conexão entre os cidadãos e o governo. Assim, tem-se dois lados: de um, o dever daqueles que estão no governo de publicar informações, expandindo, desse modo, a transparência e, de outro, o cidadão exercendo o controle social. Tal relação atua positivamente no fortalecimento das políticas públicas, na eficácia dos serviços prestados, bem como na redução da corrupção (LOPES; ASSUMPÇÃO, 2013).

De acordo com Alves (2012, p. 121), a Lei de Acesso à Informação, “de natureza impetuosa e ousada, tem como uma de suas missões principais abrir a administração pública para a participação cidadã por meio da transparência dos atos administrativos, com vistas a combater o problema histórico da corrupção”.

Nessa perspectiva, destaca-se que a Lei no 12.527/2011 regula o direito a informação, o qual tem amparo constitucional especificamente no art. 5º incisos XIV e XXXIII, no art. 37 § 3º inciso II, no art. 216 § 3º, assim como em vários Tratados e Convenções Internacionais que tratam do tema, os quais o Brasil é signatário: Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade e Expressão, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (SANTOS; BERNARDES; ROVER, 2012; SOUSA, 2012; BRASIL, 1988).

A CGU (2011, p. 18) no documento “Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011” apresenta um mapa da estrutura LAI, formado por 07 temas importantes, demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Mapa da estrutura LAI

Tema	Onde encontrar	Palavras-chave
Garantias do direito de acesso	Artigos 3, 6, 7	Princípios do direito de acesso /compromisso do Estado
Regras sobre a divulgação de rotina ou proativa de informações	Artigos 8 e 9	Categorias de informação/ Serviço de Informações ao Cidadão/ Modos de divulgar
Processamento de pedidos de Informação	Artigos 10,11,12,13 e 14	Identificação e pesquisa de documentos/Meios de divulgação/Custos/ Prazos de atendimento
Direito de recurso à negativa de liberação de informação	Artigos 15,16,17	Pedido de desclassificação/ Autoridades responsáveis/ Ritos legais
Exceções ao direito de acesso	Artigos 21 ao 30	Níveis de classificação/ Regras/Justificativa do não-acesso
Tratamento de informações pessoais	Artigo 31	Respeito às liberdades e garantias individuais
Responsabilidade dos agentes públicos	Artigos 32, 33, 34	Condutas ilícitas / Princípio do contraditório

Fonte: Adaptado de CGU (2011, p. 18)

No art. 3º da LAI, estão delimitadas as diretrizes nas quais está pautada a regulamentação do direito de acesso às informações públicas. A partir destas, vislumbra-se que o objetivo central da LAI, assim como de todos os procedimentos nela previstos, e estruturar as informações com vistas a garantir o acesso e, ainda, garantir a publicidade a utilização dos recursos públicos, ao passo que a informação trata-se de condição essencial para o acesso aos demais direitos, tais como a educação e a saúde (ALVES, 2012; BRASIL, 2011).

Consta do art. 7º da LAI a necessidade de que as informações disponibilizadas pela Administração Pública ao acesso coletivo, dentre outras características, sejam autênticas, íntegras e atualizadas. Além disso, o mesmo dispositivo legal prevê um

rol das informações a serem disponibilizadas de forma proativa, independente de pedido do cidadão, constituindo a chamada transparência ativa ou, ainda, mediante específica provocação do cidadão, consubstanciando-se na denominada transparência passiva (SOUSA, 2012; CASTRO, 2013; BRASIL, 2011).

A Lei nº 12.527/2011 estabeleceu como obrigatória a divulgação na *internet* de pelo menos algumas informações básicas de interesse coletivo e, ainda, como dever dos órgãos e entidades públicas mantê-las atualizadas. Dispõe essa Lei que:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I – registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III – registros das despesas;

IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades e;

VI – respostas a perguntas mais frequentes da sociedade. (BRASIL, 2011).

Para cumprimento da publicação das informações acima elencadas, os órgãos e entidades públicas deverão divulgar obrigatoriamente em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), conforme estabelece o art. 8º, § 2º da LAI. Ademais, para facilitar o acesso, é requisito dos sítios ter ferramenta de pesquisa, bem como possibilitar gravação de relatórios e o acesso automatizado por sistemas em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquinas (ALVES, 2012).

Como decorrência da instalação da transparência, vivencia-se uma cultura do acesso, onde se preza pela realização do controle social, tratando-se de uma cultura na qual “o fluxo de informações favorece a tomada de decisões, a boa gestão de políticas públicas e a inclusão do cidadão.” (CGU, 2011, p. 13). Ressalta-se que a ampla divulgação das informações nos *sites* oficiais gera diversos benefícios, dentre os quais pode-se mencionar: a redução do número de solicitações de acesso à

informação, a diminuição do trabalho e dos custos empreendidos no processamento dos pedidos, bem como a facilitação do acesso aos cidadãos (ALVES, 2012).

Após as considerações acerca da importância da Lei nº 12.527/2011, como norma regulamentadora do direito constitucional de acesso à informação pública transparente, faz-se oportuno o estudo de como a informação e a comunicação no setor público tem o seu papel fundamental no estímulo do controle social.

2.5 Informação e Comunicação no Setor Público

Com o advento da sociedade informacional que tem o conhecimento como força motriz, ocorreram mudanças significativas nos mais diversos setores sociais, inclusive o setor público.

De acordo com Bernardes e Warmling (2012, p. 2), “a cidadania também ganhou novos traços com o advento da internet, ao passo que esta ferramenta tecnológica foi incorporada pela Administração Pública, movimento chamado Nova Gestão Pública (NGP), sendo operacionalizada pelo governo eletrônico ou, ainda, e-gov”.

Segundo Alves e Coutinho (2015, p. 125), “a comunicação pública, no Brasil, é um conceito ainda em construção, porém, vários autores dialogam no sentido de que ela representa a mudança de perspectiva da instituição para o cidadão. Assumir a perspectiva cidadã na comunicação significa alterar o eixo frequentemente voltado para os interesses das instituições e dos seus gestores, ou seja, colocar o cidadão acima de outras esferas, como governamentais, privadas, midiáticas, pessoais ou políticas”. Ela deve ser entendida como o processo comunicativo entre as instituições públicas e a sociedade, promovendo a troca e o compartilhamento de informações de interesse público (NOVELLI, 2006), o que é um passo inicial para o diálogo entre Estado e sociedade (MAINIERI; RIBEIRO, 2011).

A questão da informação pública foi abordada na pesquisa de Batista (2010, p.40), na qual é construído um conceito para o termo:

[...] informação pública é um bem público, tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num

patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o status de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social (BATISTA, 2010, p. 40).

Essa definição, segundo Batista (2010) considera que a dimensão pública da informação produzida pelo Estado é apresentada em oposição a privado e a segredo.

A Lei de Acesso à Informação definiu informação da seguinte forma:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato (...) (BRASIL, 2011).

Esses dados produzidos pela administração pública são naturalmente o insumo necessário de interesse da sociedade para o exercício do controle social. Nesse contexto, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm como objetivo estabelecer uma comunicação e interação entre o governo e a população além do incentivo à democracia eletrônica (TAKAHASHI, 2000; COSTA; NETO, 2016).

O uso dessas Tecnologias da Informação para a execução dos processos de governo é denominado Governo Eletrônico, que, de acordo com Lemos *et al.* (2004), objetiva regenerar o espaço público, aperfeiçoar os serviços prestados à população e estimular a interação e discussão dos problemas locais. Em função dessa busca pela melhoria da eficiência na prestação desses serviços públicos, pode-se inferir que ele - o Governo Eletrônico - é elemento da Governança Eletrônica (LEMOS *et al.*, 2004). No entanto, para Batista (2010), apesar de os recursos tecnológicos proporcionarem rapidez e facilidade na busca pela informação pública, a simples disponibilização não garante a transparência e a facilidade de acesso aos cidadãos.

Nesse mesmo entendimento, Gonçalves (2016, p. 35) afirma que “não é suficiente a simples disponibilização de informações na internet. É preciso que as páginas de transparência tenham efetividade, isto é, cumpram verdadeiramente a

finalidade para a qual foram criadas: tornar claras e acessíveis ao maior número possível de cidadãos as informações de interesse público produzidas ou custodiadas pelos órgãos e entidades governamentais”.

De acordo com Batista (2010), os problemas de transparência das informações públicas estão relacionados a três dimensões: dimensão física, dimensão intelectual e dimensão comunicacional.

Refere-se a dificuldade em acessar fisicamente o documento público, pois há falta de organização da informação pública, tanto em meio eletrônico como em meio impresso (BATISTA, 2010).

Corroborando com Batista, Barbosa Neto e Costa (2016, p. 82) acrescenta que,

Além da dificuldade de acesso, o problema da organização da informação pública implica mais duas consequências que parecem antagônicas, mas que não são autoexcludente: excesso de informação e escassez de informação. O excesso de informação desorganizada, tanto no meio eletrônico como no impresso, inviabiliza o acesso físico. Por outro lado, a falta de informação disponível ou organizada também é empecilho para seu acesso físico; (BARBOSA NETO; COSTA, 2016, p. 82).

Relaciona-se com a linguagem utilizada em documentos públicos e o formato de publicação da informação pública que muitas vezes não são compreensíveis à maior parte da sociedade.

Para Batista (2010, p. 227), “a transparência pressupõe compreensão, que viabiliza o acesso intelectual com possibilidade de apropriação simbólica”.

De acordo com Barbosa Neto e Costa (2016), a dificuldade em acessar cognitivamente a informação pública ocorre, em parte, por características que são implícitas à organização da estrutura da administração pública.

Há dificuldade em se tomar conhecimento da informação pública devido à ineficácia do fluxo comunicacional entre o Estado e a sociedade e, também, pelo fluxo informacional, marcado pelo excesso de informação (organizada ou não). (BATISTA, 2010; BARBOSA NETO; COSTA, 2016).

Traçadas as considerações a respeito da informação e comunicação no setor público, que trouxe a baila os problemas de transparência das informações relacionados às três dimensões da informação, abordar-se-á na próxima seção

sobre os portais eletrônicos de governo e a sua importância, como ferramenta de transparência das informações públicas.

2.5.2 Portais eletrônicos do Governo

A transparência e o acesso à informação pública trazem consigo a necessidade de adoção pela Administração Pública de condutas proativas de disponibilização das informações públicas à sociedade (BRASIL, 2011).

De acordo com Pinho (2008, p. 475):

dado o avanço da tecnologia, entendemos que o governo eletrônico não deve ser visto apenas por meio da disponibilização de serviços on line mas, também, pela vasta gama de possibilidades de interação e participação entre governo e sociedade e pelo compromisso de transparência por parte dos governos. Em outras palavras, as TICs contêm um enorme potencial democrático, desde que haja definição política no sentido da participação popular e da transparência, pois o governo pode deixar de oferecer o que não quer mostrar, para nem mencionar o que quer esconder (PINHO, 2008, p. 475).

Desse modo, uma forma central dessa informatização tem sido a construção de portais governamentais, por intermédio dos quais os governos mostram sua identidade, seus propósitos, suas realizações, possibilitam a concentração e disponibilização de serviços e informações, o que facilita a realização de negócios e o acesso à identificação das necessidades dos cidadãos (PINHO, 2008; NAZÁRIO; SILVA; ROVER, 2012).

Nesse contexto, a Lei de Acesso à Informação estabeleceu duas formas para que o Estado promova a transparência de forma espontânea: em ambiente virtual, mediante oferecimento de informações em páginas eletrônicas (art. 8º, § 2º), ou em ambiente físico especialmente afetado à prestação de serviço com a finalidade de atender, orientar e informar o cidadão quanto ao acesso às informações (art. 9º, I). (BRASIL, 2011).

A LAI determinou a todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) a obrigação de ofertar na rede mundial de computadores (internet), de forma simples,

ágil e acessível, informações relevantes, de interesse geral e coletivo, por eles produzidas ou custodiadas (art. 5º). (BRASIL, 2011).

De acordo com La Port *et al.* (2002), a internet é um ótimo veículo para avaliar as organizações públicas e a utilização da internet pelo setor público, é um meio pelo qual as informações da gestão são disponibilizadas e alcançam os seus *stakeholders*. Este alcance é benéfico, pois disponibiliza informações de forma rápida, abrangente e democrática a um custo relativamente baixo, otimizando o orçamento governamental (LA PORT *et al.*, 2002).

Em contrapartida, Nazário, Silva e Rover (2012), apontam que a dificuldade em localizar e obter as informações, bem como o excesso de etapas são pontos negativos que precisam ser superados pelos portais de transparência pública. Segundo esses mesmos autores, o público alvo da informação precisa assimilar o que está sendo apresentado, razão por que os órgãos públicos devem expor somente informações relevantes e de forma clara, de fácil cognição, evitando dúvidas na comunicação dada, possibilitando, assim, que os cidadãos se apropriem dos dados para cobrarem dos agentes públicos.

Diante da apresentação sobre o papel dos portais eletrônicos na promoção de transparência das informações públicas, a próxima seção trará informações sobre o Índice de Mensuração da Transparência a ser utilizado na presente pesquisa.

2.6 Índices de Mensuração da Transparência

Segundo Faraco (2015), os índices de mensuração de transparência pública permitem a constatação do grau de divulgação nas entidades governamentais, a partir de mecanismos de coleta de dados, onde posteriormente é realizada a análise dos resultados, e a partir desses dados chega-se a uma conclusão acerca do tema pesquisado (FARACO, 2015).

Índice de Transparência é um meio de informar ao cidadão o nível de transparência das contas públicas e tem como objetivo criar uma competição saudável entre os gestores públicos em *prol* da transparência e do controle social (BIDERMAN *et al.*, 2018).

Na realização da pesquisa bibliográfica para composição do referencial teórico foram identificados diversos estudos que se propunham a avaliar as informações disponibilizadas pelo setor público em seus portais institucionais. No entanto, a maior parte dos estudos estão voltados aos governos municipais e estaduais, ou até mesmo limitados somente a avaliação da disponibilização das informações financeiras, evidenciando assim a escassez de estudos que tratassem da avaliação das informações disponíveis nos portais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Para a composição da presente pesquisa, foi utilizado como base o índice construído por Pessôa (2013), aplicado à realidade das Universidades Federais Brasileiras, cujo objetivo é definir o grau de transparência das informações divulgadas através dos portais eletrônicos das universidades federais, podendo ser aplicado aos os institutos federais uma vez que os mesmos são equiparados às universidades federais (BRASIL, 2008), preservadas as características de cada instituição, como apresentado a seguir.

2.6.1 Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF)

O Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF) foi desenvolvido por Yuri Pessôa (2013), através da adaptação dos índices desenvolvidos por Dixon, Coy e Tower (1993), Católico (2011) e Rosário *et al.* (2011) com o intuito de compor novo índice aplicado à realidade das universidades federais brasileiras, considerando ainda itens determinados pela legislação brasileira de divulgação obrigatória.

De modo a visualizar melhor os índices mencionados por Pessôa (2011), que serviram de suporte para a construção do IndexDUF, Faraco (2015, p. 44) desenvolveu quadro comparativo demonstrado a seguir onde podem ser vistas as peculiaridades inerentes aos índices construídos por Dixon, Coy e Tower (1991), Rosário *et al.* (2011) e Católico (2011), conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Índices de Mensuração de Transparência Pública

Continua

Aspectos	Dixon, Coy e Tower (1991)	Rosário et al. (2011)	Católico (2011)
Denominação técnica	Disclosure of Accountability Score ou AD-score; e posteriormente, no ano de 1993, Modified Accountability Disclosure Score MAD-score.	-	-
Origem	Construído a partir da investigação realizada em veículos de comunicação tradicionais (relatórios financeiros, relatórios anuais, demonstrações contábeis).	Construído a partir da investigação realizada em veículos de comunicação não tradicionais (<i>websites</i>), especificamente a partir de portais eletrônicos das 100 maiores Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do mundo.	Construído a partir da investigação realizada em veículos de comunicação não tradicionais (<i>websites</i>), especificamente a partir dos portais eletrônicos das Instituições de Ensino Superior públicas da Colômbia.
Objetivo Primordial	Mensurar o grau de divulgação pelas Instituições de Educação Superior da Nova Zelândia.	Mensurar o grau de divulgação das 100 maiores Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do mundo.	Mensurar o grau de divulgação das Instituições de Ensino Superior públicas da Colômbia.
Estrutura	Em princípio composto por 43 itens divididos em quatro grupos: visão geral, desempenho dos serviços, desempenho financeiro e situação física e financeira; posteriormente alterou-se apenas o número de itens, reduzidos a 26.	Composto por 71 itens, dispersos em quatro aspectos de análise: e- Informação, e-Serviços, e- Participação e navegabilidade, desenho e acessibilidade.	Composto por 56 itens divididos em sete grupos: dados gerais da instituição, atividades acadêmicas (ensino), atividades acadêmicas (pesquisa), atividades acadêmicas (extensão), informação financeira e de gestão, informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição, informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página da web.
Mensuração dos dados	Caracteriza-se pela ponderabilidade e gradualidade. O cálculo dos resultados é realizado por meio de uma escala de pesos que variam de 0 a 3, onde 0 indica que não ocorre determinado fator, e 3 indica que determinado fator ocorre plenamente na instituição de ensino pesquisada.	Caracteriza-se pela ausência de ponderabilidade e gradualidade, além de cada item apresentar-se binário. O cálculo dos resultados é realizado com base em 0, quando da inoocorrência e 1, quando da ocorrência de determinado aspecto dentro da Universidade. Assim, o índice de divulgação surge a partir da soma dos itens e divisão do total de itens. Após o cálculo do índice de	Caracteriza-se pela ausência de ponderabilidade e gradualidade, além da presença de variáveis binárias. Após o cálculo do índice de divulgação, utilizam-se ainda dez variáveis que compõem um modelo explicativo para o comportamento do grau de divulgação. Realizados os cálculos estatísticos, observa-se que apenas sete das

Aspectos	Dixon, Coy e Tower (1991)	Rosário <i>et al.</i> (2011)	Católico (2011)
		divulgação, utilizam-se ainda sete variáveis para compor modelo explicativo da variação no grau de divulgação entre as universidades. Realizados os cálculos estatísticos, observa-se que apenas três das sete variáveis apresentam relação relevante.	dez variáveis apresentam relação relevante.

Conclusão

Fonte: Extraído de Faraco (2015, p. 44).

Desse forma, o resultante da agregação dos três índices é composto de 139 itens de verificação, todos binários (1 = ocorre, 0 = não ocorre), não ponderados (todos os itens têm o mesmo peso) e não graduados (não se considera o nível de ocorrência), divididos em 11 categorias (Pessoa, 2013, p. 65), conforme pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias do IndexDUF

Categorias	Itens
Dados gerais da instituição	01 - 24
Atividades acadêmicas (ensino)	25 - 36
Atividades acadêmicas (pesquisa)	37 - 45
Atividades acadêmicas (extensão)	46 - 48
Informação financeira e de gestão	49 - 88
Características da informação financeira	89 - 94
Informação sobre responsabilidade social	95 - 97
Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição	98 - 102
Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web	103 - 122
E-Serviços	123 - 130
E-Participação	131 - 139

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Pode-se verificar que o IndexDUF não se limita a avaliar apenas informações financeiras da instituição, mas ele apresenta uma avaliação de diversas áreas das universidades que são comuns aos institutos federais, como é o caso do ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Assim, por serem os institutos federais equiparados às universidades federais (BRASIL, 2008), preservadas as características de cada instituição, o IndexDUF é perfeitamente aplicável ao Instituto Federal de Sergipe.

Ressalta-se que a aplicação do questionário se deu através de consulta ao portal institucional do IFS com o objetivo de verificar a ocorrência ou não do item.

Desse modo, com a aplicação desse instrumento foi possível mensurar e obter os índices encontrados para 11 categorias de itens pesquisados, sendo elas: dados gerais da instituição; atividades acadêmicas (ensino); atividades acadêmicas (pesquisa); atividades acadêmicas (extensão); informação financeira e de gestão; informação sobre responsabilidade social; informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição; características da informação financeira; informação relativa à navegabilidade; acesso e desenho da página *web*; e-serviços; e-participação. Ainda foi possível verificar, a partir do conjunto de itens, a presença no Portal Institucional do IFS dos itens considerados obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação.

Dessa forma, neste estudo, a fundamentação teórica e documental deveu-se a busca da identificação da presença dos elementos de transparência nas informações prestadas pelos gestores, como também a presença das dimensões da informação e comunicação no portal institucional do IFS, que pode haver entendimento por parte dos usuários das informações nele evidenciadas, tendo como sustentação do estudo a teoria da agência e a legislação vigente que trata de transparência e acesso à informação.

3 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: O INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, são instituições criadas nos termos da Lei nº 11.892/08, vinculadas ao Ministério da Educação e possuem natureza jurídica de autarquia, sendo detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008).

O Instituto Federal de Sergipe faz parte da Rede e-Tec Brasil, criada em 2011 pelo Ministério da Educação, por meio do Decreto nº 7.589, em substituição ao Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), cuja finalidade é desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade da educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País (MEC, 2018).

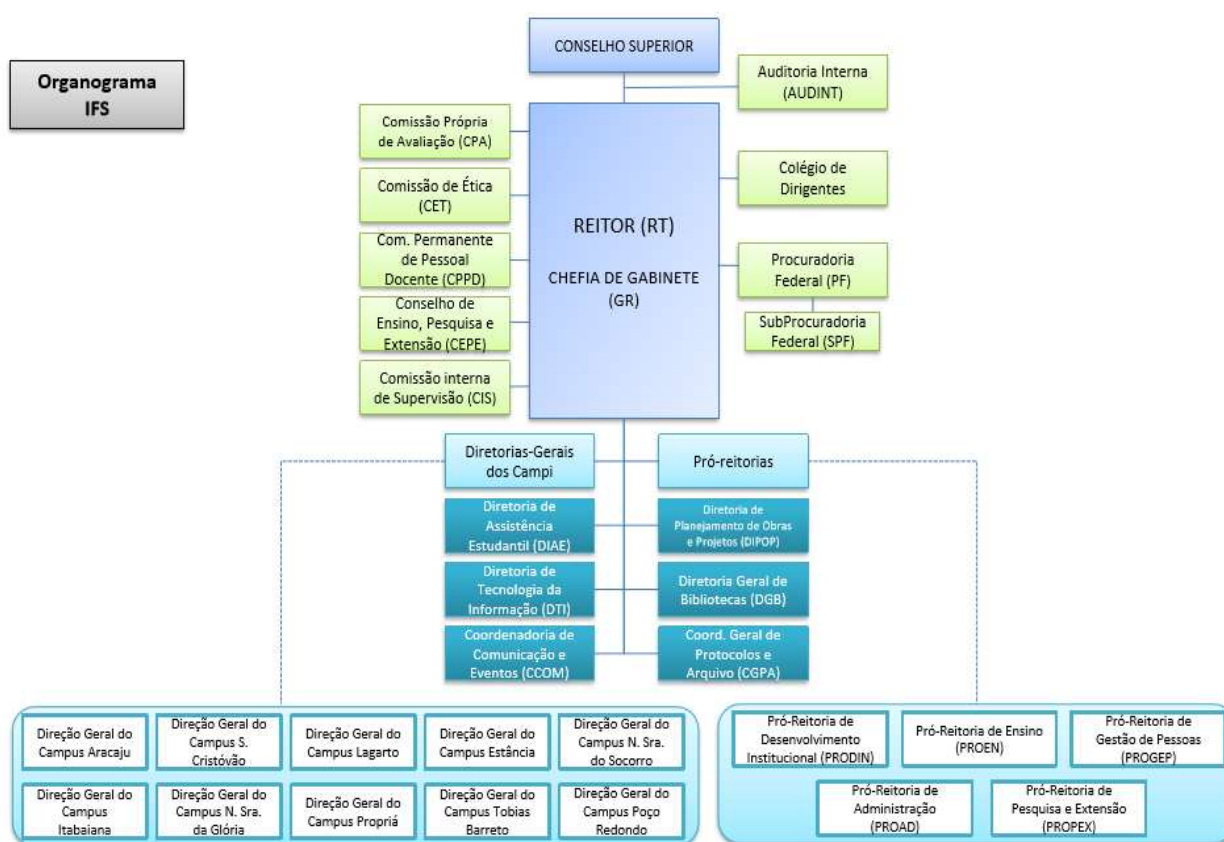
A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica teve sua origem em 1909, quando foram criadas as escolas de Aprendizes e Artífices, as quais, posteriormente, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Inicialmente voltada para as pessoas com menor poder econômico, a Rede Federal ao longo dos anos ampliou o seu papel, tornando-se, atualmente, uma estrutura importante do sistema federal de ensino brasileiro, permitindo o acesso à educação científica e tecnológica em todo o país (MEC, 2018).

Compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica os IF's, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

Com a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inicia-se a história do Instituto Federal de Sergipe – IFS. A instituição *multicampi* foi composta pela integração de duas autarquias federais, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe – CEFET-SE, que possuía uma unidade descentralizada (UNED), localizada no município de Lagarto, e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – EAFSC (IFS, 2017).

O Conselho Superior é o órgão máximo do IFS de caráter consultivo e deliberativo sobre os assuntos estratégicos da instituição, e composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, conforme pode-se verificar na Figura 5 (IFS, 2017).

Figura 5 - Organograma do IFS

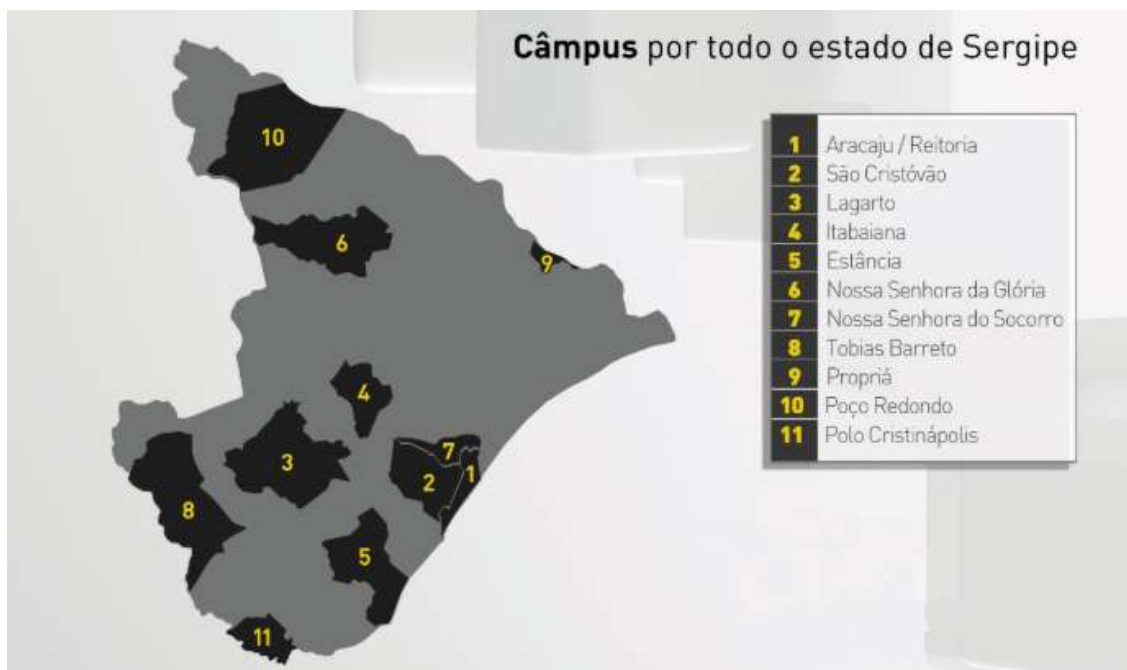


Fonte: (IFS, 2017)

Ressalta-se que apesar do organograma disponível no portal do IFS apresentar a seguinte composição da estrutura administrativa da Reitoria do IFS: Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, como também, a existência de quatro diretorias sistêmicas: Diretoria de Assistência Estudantil, Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Planejamento de Obras e Projeto e Diretoria Geral de Biblioteca, em agosto de 2018 foi criada a Diretoria de Inovação e Empreendedorismo, através da Portaria nº 2401/2018. Por

meio desta estrutura organizacional o IFS desenvolve suas atividades em todo o estado de Sergipe, como podemos ver na Figura 6.

Figura 6 – Área de atuação do IFS



Fonte: (IFS, 2017)

Através da Figura 6 verificamos que o IFS é constituído de 10 (dez) *campi*, sendo eles: Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Itabaiana, Estância, Glória, Propriá, Tobias Barreto, 01 (um) em fase de implantação, localizado Poço Redondo, e 01 (um) polo em Cristinápolis, tendo como órgão executivo a Reitoria, instalada em Aracaju, capital sergipana (IFS, 2017).

Em sua atuação o IFS observa as diretrizes da Política Nacional da Educação e do Plano Nacional de Desenvolvimento da educação, bem como os seguintes princípios norteadores (IFS, 2011):

- I. Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III. Eficácia nas respostas de formação profissional continuada, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas;
- V. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União. (IFS, 2011).

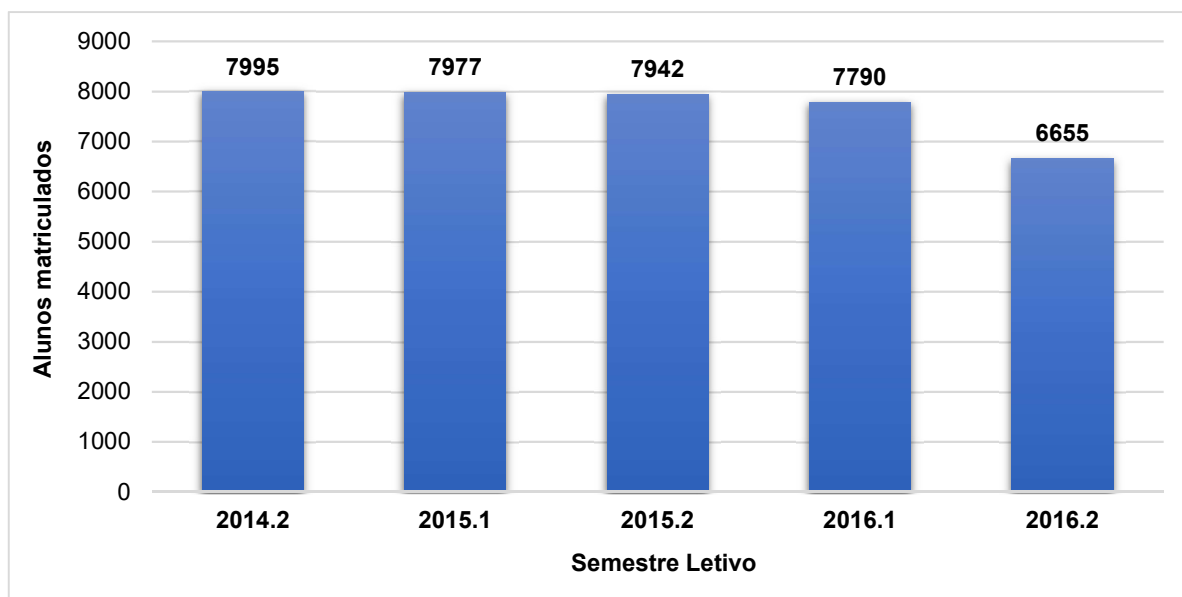
De acordo com o art. 5º do seu Estatuto, o Instituto Federal de Sergipe tem os seguintes objetivos:

- I. Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. Ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (IFS, 2011).

Segundo informações disponíveis no portal institucional do IFS são 20 cursos na modalidade de cursos integrados, 27 cursos na modalidade subsequente, 02 cursos na modalidade concomitante, 07 cursos à distância, 03 licenciaturas, 09 cursos superiores em tecnologia, 05 bacharelados e 02 mestrados (IFS, 2018).

De igual forma, é possível verificar a quantidade de alunos matriculados nos semestres 2014.2 a 2016.2, conforme apresentado na Figura 7:

Figura 7 - Histórico de alunos matriculados por semestre letivo



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados extraídos na página PROEN em números (2018)

Ademais, o IFS é composto por um total de 1.200 servidores, sendo 527 docentes e 673 técnicos administrativos que desenvolvem suas atividades de prestação de serviços a sociedade sergipana (IFS, 2018).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após realizada a contextualização, a descrição da problemática e apresentado o referencial teórico, é apresentado nessa seção o delineamento metodológico utilizado para atingir os objetivos da presente pesquisa.

4.1 Caracterização da pesquisa

Para Gil (2008, p. 26), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”, sendo, portanto, o método o “caminho para se chegar a determinado fim”.

De acordo com a classificação proposta por Gil (2008), os métodos científicos podem ser divididos em dois grandes grupos, os denominados métodos que indicam os meios técnicos para investigação, sendo dividido em experimental, observatório, comparativo, estatístico, clínico e monográfico. O segundo grupo são os métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação, que são classificados em: método dedutivo, o qual parte do geral e, a seguir, desce ao particular; método indutivo, parte do particular e tendo como produto da pesquisa a generalização; o método hipotético dedutivo no qual são formuladas hipóteses para solução de problema, das hipóteses são deduzidas consequências que são testadas, com o objetivo de falseá-las, método dialético, privilegia os procedimentos qualitativos para entender os fatos sociais; e método fenomenológico, através do qual o pesquisador preocupa-se em esclarecer o que é dado, parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas para descrever diretamente a experiência.

Para realização desta pesquisa **foi utilizado o método indutivo**, por meio do qual, é possível, a partir da análise de dados particulares e suficientemente constatado, se deduzir uma verdade geral, a qual se aplica as partes que não foram examinadas durante o processo de investigação científica, permitindo conclusões ampliadas (LAKATOS e MARCONI, 2003).

Quanto às finalidades, as pesquisas são classificadas em pesquisa pura, que tem por objetivo o progresso da ciência, sem preocupação com a aplicação prática dos conhecimentos produzidos, e pesquisa aplicada, que diverge daquela pela característica essencial de haver o interesse na aplicação dos resultados obtidos com a pesquisa (GIL, 2008).

Neste sentido, este estudo consiste em uma **pesquisa de natureza aplicada**, ou seja, possui como objetivos gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, além de envolver verdades e interesses locais (PRODANOV; FREITAS, 2013), uma vez que se espera que os resultados apresentados possam contribuir para o aperfeiçoamento da disponibilização das informações no Portal eletrônico do Instituto Federal de Sergipe.

Quanto aos objetivos, as pesquisas podem ser classificadas em exploratórias, por meio da qual o pesquisador desenvolve, esclarece e modifica conceitos e ideias; descritivas, através da qual o pesquisador descreve as características de determinada população ou fenômeno; e explicativa, por meio da qual são identificados os fatores que determinam ou que contribuem para o acontecimento dos fenômeno (GIL, 2008).

Quanto aos fins, a pesquisa pode ser classificada como **descritiva**, baseando-se em Gil (2008, p. 28) que assim classifica as pesquisas que buscam “estudar as características de um grupo [...], as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, [...], levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população”; também apresenta elementos da **pesquisa explicativa**, uma vez que “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2008, p. 28).

Na abordagem do problema, o estudo caracteriza-se como **qualitativo e quantitativo**, visto que a partir do instrumento de coleta de dados utilizado (formulário de coleta de dados do IndexDUF), serão elaboradas análises quantitativas e qualitativas.

Richardson (2015) afirma que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e

possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Já a pesquisa quantitativa busca transformar opiniões e informações em números para possibilitar a classificação e análise. Para Richardson (2015) esta modalidade de pesquisa caracteriza-se pelo emprego da quantificação desde a coleta das informações até a análise final por meio de técnicas estatísticas, independentemente de sua complexidade.

Quanto aos procedimentos para coleta de dados, as pesquisas são classificadas em: bibliográfica, os dados são obtidos a partir de material já elaborado, livros e artigos científicos; pesquisa documental, a fonte de dados são os documentos, os quais não passaram por tratamento analítico; pesquisa experimental, através da qual após determinado o objeto de estudo, este é isolado, para controle das variáveis que influenciariam no resultado da pesquisa; pesquisa *ex-post-facto*, na qual o pesquisador não tem controle sobre as variáveis independentes, uma vez que o objeto de estudo chega ao pesquisador sob o efeito destas variáveis; levantamento de campo, na qual o pesquisador interroga diretamente as pessoas cujo comportamento deseja conhecer; estudo de caso, assemelha-se ao levantamento, porém no estudo de campo existe um aprofundamento das questões propostas; e o estudo de caso, caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de poucos objetos, permitindo o alcance de conhecimento amplo e detalhado (PRODANOV e FREITAS, 2013).

O procedimento escolhido foi o **estudo de caso**, uma vez que se pretende analisar se o Instituto Federal de Sergipe está cumprindo com a Lei de Acesso à Informação e sendo transparente com as informações disponibilizadas em seu portal eletrônico. Para Yin (2001, p. 32), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real”.

4.2 Unidade de análise

A unidade de análise do presente estudo compreende o Instituto Federal de Sergipe, mais especificamente o seu portal institucional (www.ifs.edu.br).

4.3 Questões de pesquisa

Tem-se por questões de pesquisa o fundamento lógico justificável que direciona um estudo exploratório (YIN, 2001). Tais questões estão em alinhamento com os objetivos específicos traçados, constituindo-se em um roteiro que leva à satisfação de cada um deles.

De acordo com os objetivos, o presente estudo responde aos seguintes questionamentos:

- Quais atividades são realizadas pelos gestores para garantir o cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelo o IFS no que diz respeito a divulgação das informações obrigatórias em seu portal eletrônico?
- Os elementos de transparência (Publicidade, Compreensibilidade e Utilidade) estão presentes nas informações disponibilizadas pelo IFS?
- Qual o nível de transparência das informações disponibilizadas no portal virtual sob a ótica das dimensões física, intelectual e comunicacional?
- Qual o grau de transparência do portal do Instituto Federal de Sergipe (IFS), considerando o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF)?
- Qual o plano de ação necessário para a intensificação do uso do portal como incremento de transparência no âmbito do IFS?

4.4 Levantamento dos dados

Para obter os dados que permitirão a realização do trabalho científico, o pesquisador pode utilizar três procedimentos: apanhado geral sobre o tema; por meio de consulta à dados históricos, arquivos oficiais, documentos pessoais, entre outros; e contato com pessoas que tenham relação com o tema estudado e, por isso, podem oferecer informações importantes para a coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Quanto aos procedimentos, optou-se pela aplicação de **questionário**, o que denota uma **pesquisa de levantamento**, que de acordo com Gil (2002) caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as possíveis conclusões correspondentes aos dados coletados.

Sendo assim, foi utilizado um questionário para coleta de dados aplicado no portal do IFS, a partir da realização de perguntas fechadas, mediante escolhas predefinidas, com intuito de mensurar o retrato atual da transparência das informações disponibilizadas na sua página institucional.

Quanto à sua estrutura, esse questionário apresenta-se do tipo estruturado fechado e contempla os questionamentos desenvolvidos por Pessôa (2013) na construção do denominado índice IndexDUF. Ressalta-se que o índice criado por Pessôa (2013) compõe-se de 139 itens, divididos em 11 categorias, conforme apresentado na página 53, e a presença de itens obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação.

Todos os itens que compõem o IndexDUF são binários, onde 0 indica que determinado fator não ocorre e 1 indica que determinado fator ocorre na Universidade Federal pesquisada. Bem assim, o índice caracteriza-se pela ausência de ponderabilidade e gradualidade, uma vez que todos os itens apresentam o mesmo peso e não se considera o seu nível de ocorrência quando da mensuração dos dados.

Após a coleta dos dados, foi calculado o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), na qual o índice j da instituição i é igual à soma de todos os 139 itens observados para essa instituição, dividida pela quantidade de itens (Pessôa, 2013, p.66), conforme segue:

$$\text{Índices } j, i = \frac{\sum ItD_{j,i}}{q_j} \cdot 100$$

Em que:

$\text{Índices } j, i$ = Índice j da Universidade Federal i , no caso, IndexDUF.

$ItD_{j,i}$ = Item de transparência da universidade i referente ao índice j .

q_j = Quantidade de itens do índice j, no caso, 139 para IndexDUF.

Foram utilizados itens desse questionário, com o intuito de verificar a existência dos elementos de transparência e nível das dimensões da informação divulgada no portal institucional do IFS, a ser respondido pelo pesquisador com base na análise realizada no portal institucional quando da aplicação do instrumento de coleta anterior.

Assim, a quantificação dos dados colhidos, bem como sua posterior análise, permitiu alcance das conclusões relativas ao objetivo geral estabelecido no início da presente pesquisa. Cada item que compõe os instrumentos de pesquisa será consolidado em um índice percentual que representa o percentual de divulgação das informações por categoria de análise, que possibilitará uma melhor análise e interpretação para cada aspecto observado.

4.5 Critério para escolha do caso

A abrangência de atuação do IFS no estado de Sergipe em relação a oferta de vagas para educação pública e gratuita, o volume de recursos executados anualmente por essa instituição e atual promoção a transparência trazida pelo arcabouço legal brasileiro, sendo o Instituto Federal de Sergipe subordinado a essa base normativa, foram motivadores da escolha do caso.

O interesse pelo tema transparência pública e o exercício da atividade de auditoria interna no IFS por parte da pesquisadora também influenciaram na escolha dessa estratégia de estudo, pois há acesso facilitado do pesquisador a relatórios e sistemas de informações gerenciais, cuja intenção é transformar dados brutos em informações relevantes para a tomada de decisões pelo órgão.

4.6 Categorias analíticas e elementos de análise

A apresentação do Quadro 4 explicita a formatação que está disposta no questionário enquanto categorias analíticas e elementos de análise enquanto fontes primárias:

Quadro 4- Categorias analíticas e elementos de análise

Categorias de análise	Elementos de análise	Questões do roteiro de pesquisa
Transparência pública e legislação correlata	Transparência sobre dados gerais da instituição, ensino, pesquisa, extensão, informações financeiras e de gestão, responsabilidade social, qualidade administrativa e acadêmica, navegabilidade, acesso e desenho da página web, E-serviços, E-Participação.	Questões 1 a 139. Objetivo Específico 4
	Presença nos portais institucionais dos itens considerados obrigatórios pela Lei 12.527/2011, ou Lei de Acesso à Informação.	Questões 1, 2, 19, 20, 21, 22, 23, 46, 47, 51, 67, 72, 86, 87, 88, 105, 109, 112, 114, 116, 121, 122, 138, 139. Objetivo Específico 1
Presença dos elementos de transparência nas informações do portal institucional	Elemento Publicidade da Informação: é caracterizada como a ampla divulgação das informações em tempo hábil e por diversos meios.	Itens obrigatórios da LAI (Questões 1, 2, 19, 20, 21, 22, 23, 46, 47, 51, 67, 72, 86, 87, 88, 105, 109, 112, 114, 116, 121, 122, 138, 139) e questões 90. Objetivo Específico 1 e 2
	Elemento Compreensibilidade da Informação: diz respeito à prestação de informações com linguagem acessível.	Questão 92 Objetivo Específico 2
	Elemento Utilidade da Informação: pressupõe a relevância e a confiabilidade das informações disponibilizadas.	Questões 91, 93 e 94 Objetivo Específico 2
Dimensões da informação e comunicação no setor público - ferramentas de Governo Eletrônico	Dimensão física - <i>E-gov</i>	Itens 108, 109 e 115 Objetivo Específico 3
	Dimensão intelectual - <i>E-gov</i>	Itens 6, 7, 32, 95, 96, 97 Objetivo Específico 3
	Dimensão comunicacional - <i>E-gov</i>	Itens 90, 105, 113, 131, 132, 133, 134, 135, 137 e 138 Objetivo Específico 3

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

4.7 Protocolo de estudo e confiabilidade da pesquisa

A utilização de um protocolo é essencial para garantir a confiabilidade da pesquisa e serve de orientação ao pesquisador na coleta de dados (YIN, 2001).

Para Gil (2002), o protocolo de pesquisa esclarece acerca dos procedimentos a serem adotados na coleta, definindo e subsidiando a tomada de decisões ao longo do estudo. Desse modo, o Quadro 5 apresenta o protocolo de estudo que fundamenta a presente pesquisa.

Quadro 5 - Protocolo de estudo de caso

Questão de pesquisa	Qual o nível de transparência das informações disponibilizadas no portal institucional do Instituto Federal de Sergipe?
Unidade de análise	Portal Institucional do IFS
Organização	Instituto Federal de Sergipe
Fontes de dados e confiabilidade	Portal Institucional do IFS
Validade de construtos	Fontes múltiplas de evidência (questionário e documentos)
Questões do estudo de caso	a) Quais atividades são realizadas pelos gestores para garantir o cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelo o IFS no que diz respeito a divulgação das informações obrigatórias em seu portal eletrônico? b) Os elementos de transparência (Publicidade, Compreensibilidade e Utilidade) estão presentes nas informações disponibilizadas pelo IFS? c) Qual o nível de transparência das informações disponibilizadas no portal virtual sob a ótica das dimensões física, intelectual e comunicacional? d) Qual o grau de transparência do portal do Instituto Federal de Sergipe (IFS), considerando o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF)? e) Qual o plano de ação necessário para a intensificação do uso do portal como incremento de transparência no âmbito do IFS?
Objetivos específicos	a) Analisar as atividades realizadas pelos gestores para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelo Instituto Federal de Sergipe no que diz respeito a divulgação das informações obrigatórias em seu portal eletrônico. b) Verificar o uso dos elementos da transparência (Publicidade, Compreensibilidade e Utilidade) das informações públicas apresentadas no portal institucional. c) Verificar o nível de transparência das informações públicas no portal virtual sob as dimensões física, intelectual e comunicacional. d) Identificar o grau de transparência do portal do Instituto Federal de Sergipe utilizando o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF) criado por Pessoa (2013). e) Propor ações de intervenção para a intensificação do uso do portal como incremento de transparência no âmbito do IFS.
Procedimento de campo do protocolo	Elaboração do questionário. Aplicação do pré-teste. Coleta dos dados Portal Institucional do IFS utilizando o Formulário de coleta de dados do IndexDUF. Tabulação do questionário. Análise dos dados da aplicação do IndexDUF, identificação de problemas e proposição de ações de melhoria.
Relatório do estudo de caso	Consolidação dos dados. Confronto dos dados com os objetivos da pesquisa.

Fonte: Baseado em YIN (2001)

4.8 Análise dos dados

Após a realização da coleta de dados, tabulação e organização dos dados, foi realizada a análise de conteúdo. Bardin (1977, p. 42) afirma que o terreno, o funcionamento e o objeto da análise de conteúdo podem se resumir da seguinte maneira:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas dessas mensagens). (BARDIN, 1977, p. 42).

Desse modo, foi realizada a análise de conteúdo no portal do IFS no intuito de se mensurar o grau de transparência das informações disponíveis, o cumprimento de divulgação dos itens obrigatórios da Lei de Acesso à Informação, verificar a existência dos elementos de Transparência e avaliar o nível de transparência sob a ótica da dimensão da informação.

Realizada a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa foi composta pela análise e interpretação. Segundo Gil (2002, p. 155), a análise e a interpretação, apesar de processos distintos, aparecem correlacionados na pesquisa científica:

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 2002, p. 155).

Assim, a quantificação dos dados colhidos, bem como sua posterior análise, permitiu o alcance das conclusões relativas ao objetivo geral estabelecido na presente pesquisa. Cada item que compõem o instrumento de pesquisa foi consolidado em um índice percentual que representa o de divulgação das informações, possibilitando uma melhor análise e interpretação para cada aspecto observado.

Por fim, dado o método adotado para a elaboração da pesquisa, foi possível a transformação dos dados em quadros e tabelas, para que os mesmos possam ser comparados e analisados sinteticamente e aproveitados em outros estudos e pesquisas científicas.

Com base na análise de conteúdo e nos resultados obtidos a partir do questionário aplicado, foi realizado o diagnóstico da situação organizacional e desenvolvida uma proposta de ações para a intensificação do uso do portal como incremento de transparência no âmbito do IFS.

Antes da apresentação do capítulo seguinte, destaco que a análise dos dados ocorreu nos meses de maio e junho de 2019 com auxílio do software de construção e análise de Planilhas Eletrônicas Excel, facilitando a análise dos dados e a elaboração das figuras.

O capítulo a seguir, utilizando o arcabouço metodológico acima descrito, apresenta os resultados e as discussões após coleta e tratamento dos dados da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção é destinada à análise dos dados coletados e dos resultados obtidos a partir da metodologia adotada na pesquisa. Os resultados refletem o grau de transparência das informações disponíveis no portal institucional do Instituto Federal de Sergipe, obtido por meio de índice de mensuração, como também demonstram o cumprimento da Lei de Acesso à Informação pela instituição pesquisada. Nesta seção é apresentado ainda o plano de ações de intervenção para a intensificação do uso do portal como incremento de transparência no âmbito do IFS.

5.1 Diagnóstico das informações divulgadas no portal institucional do IFS

Este tópico apresenta a análise e interpretação dos dados que foram coletados por meio da aplicação do IndexDUF desenvolvido por Pessoa (2013) para obter o grau de transparência das informações disponíveis do portal do Instituto Federal de Sergipe e verificar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação pela instituição pesquisada, apresentando um diagnóstico das informações divulgadas no portal institucional do IFS.

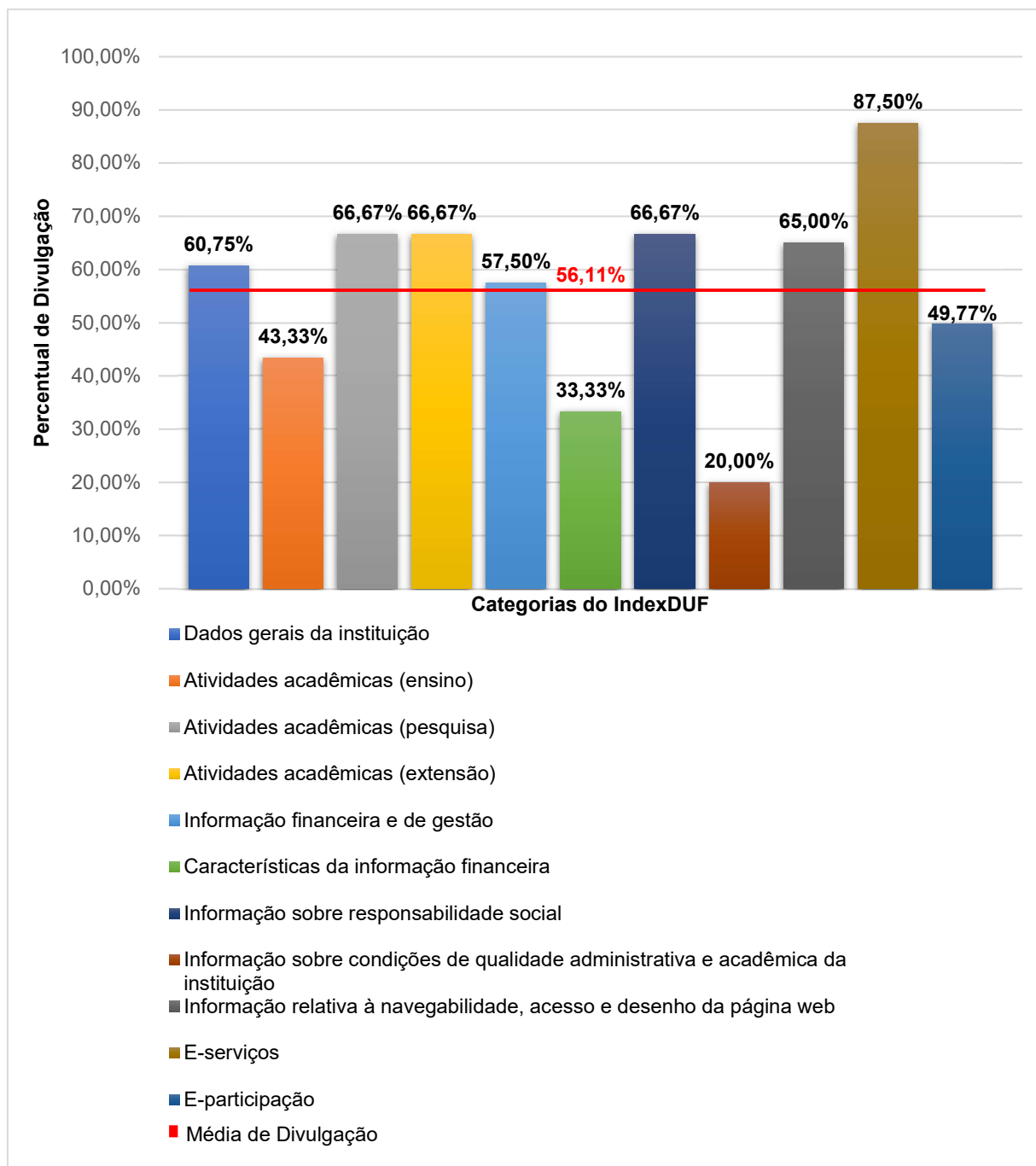
5.1.1 Síntese dos resultados do IndexDUF

Na Figura 8 são apresentados os índices calculados para cada uma das 11 categorias que compõem o IndexDUF desenvolvido por Pessoa (2013), obtendo-se no final a média do grau de transparência das informações disponíveis no portal do Instituto Federal de Sergipe. Analisando o portal institucional, verificou-se a existência de uma seção específica denominada “Nossos *Campi*” que contém informações específicas de cada *campus*. Desse modo, as informações existentes nessas páginas foram consideradas na análise dos itens que compõem o IndexDUF.

O índice revelou uma média de 56,11% de divulgação das informações da instituição pesquisada, sendo a categoria E-serviços a mais divulgada no portal do IFS, com índice de 87,50%, seguido pelas categorias, Atividades acadêmicas

(pesquisa), Atividades acadêmicas (extensão) e Informações sobre responsabilidade social que apresentaram todas o mesmo percentual de divulgação, qual seja, 66,67%.

Figura 8 - Síntese do IndexDUF



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Podemos observar ainda que a categoria menos divulgada foi Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição com um

percentual de 20% de divulgação, seguido da categoria Atividades Acadêmicas (ensino, que obteve um percentual de 43,33% de divulgação das informações.

Segundo Pessoa (2013), tal análise é importante pois permite verificar as principais deficiências nos portais, bem como as principais qualidades no que tange à divulgação dos itens do índice.

Ressalta-se que os resultados apresentados na avaliação dos portais institucionais dos institutos federais da região sul do país (Faraco, 2015) o grau de transparência foi de 43,39%, sendo assim 12,72% menos transparente na divulgação de suas informações que o IFS, sendo a categoria Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição a que obteve o menor percentual de divulgação nas duas pesquisas: IFS, 20% e IF's da Região Sul do País, 23,30%, o que demonstra a necessidade de melhorias no processo de divulgação dessas informações por essas instituições.

Para uma melhor compreensão, foram apresentados nos tópicos seguintes o detalhamento e a média de divulgação de cada categoria que compõe o índice pesquisado.

5.1.1.1 Dados gerais da instituição

A categoria Dados Gerais da Instituição é composta por 24 itens, os quais, segundo Pessoa (2013), estão relacionados à caracterização e descrição da instituição, desde sua estrutura administrativa até sua regulamentação, conforme se verifica na Tabela 3.

A média de divulgação dessa categoria apresentou o índice de 60,75%, sendo 12 dos 24 itens com 100% de divulgação, com ênfase para os itens relacionados à regulamentação da instituição. Ressalta-se a inexistência de seis itens de divulgação para essa categoria, quais sejam, Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses, Estatísticas sobre o número e tipo vagas e tipo em cada faculdade, Informações sobre salários, Dados bibliográficos do reitor e vice-reitores e Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes.

Tabela 2 – Categoria 1 - Dados gerais da instituição

Item	Descrição	% de divulgação
1	Organograma	78,95
2	Órgãos de gestão e funções	31,58
3	Acesso ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou Plano Operacional Anual	100,00
4	Acesso ao código de bom governo e código de ética	100,00
5	Lista de contatos de funcionários	57,89
6	Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas (jornal de anúncios)	100,00
7	Calendário de eventos e processos acadêmicos	100,00
8	Arquivos de reunião dos corpos colegiados	100,00
9	Relação nominal e breve resumo dos diretores	5,26
10	Agenda do reitor	100,00
11	Dados bibliográficos do reitor e vice-reitores	0,00
12	Informações sobre salários	0,00
13	Regulamentos emitidos	100,00
14	Estatuto da universidade	100,00
15	Bolsas de monitoria/estágio universitárias	100,00
16	Como chegar a universidade	0,00
17	Estatísticas sobre o número e tipo vagas e tipo em cada faculdade	0,00
18	Publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas)	100,00
19	Endereços das unidades e setores da entidade	52,63
20	Telefones das unidades e setores da entidade	100,00
21	Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	31,58
22	Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses	0,00
23	Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes	0,00
24	Funcionários/Faculdade	100,00
Média da Categoria		60,75

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ressalta-se que as informações requeridas em 10 itens dessa categoria foram analisadas levando-se em consideração a existência ou não nas páginas específicas da reitoria, pró-reitorias, diretorias sistêmicas e *campi*, do qual foi extraída a média de divulgação de cada item. São eles: Organograma; Órgãos de gestão e funções; Lista de contatos de funcionários; Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas (jornal de anúncios); Calendário de eventos e processos acadêmicos; Relação nominal e breve resumo dos diretores; Como chegar a universidade; Endereços das unidades e setores da entidade; Telefones das unidades e setores da entidade; e, Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade.

Observa-se ainda uma baixa divulgação das informações da Relação nominal e breve resumo dos diretores, apresentando somente 5,26%. Os itens Órgãos de gestão e funções e Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da

entidade também apresentaram resultado abaixo de 50% de divulgação, ou seja, ambos apresentaram 31,58%.

5.1.1.2 Atividades acadêmicas (ensino)

A categoria Atividades Acadêmicas (ensino) é composta por 12 itens relacionados a docentes, alunos, programas de cursos, disciplinas e instalações, conforme se verifica na Tabela 4.

A categoria Atividades acadêmicas (ensino) teve percentual de divulgação abaixo de 50%, ou seja, 43,33%, tendo somente quatro itens com 100% de divulgação de suas informações.

Observa-se ainda a inexistência de divulgação de seis itens, quais sejam, Relação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação, Relação nominal de programas para a formação docente, Percentual de estudantes na faculdade (detalhamento da distribuição do corpo discente), Emprego/destino dos estudantes egressos, Formados.

Tabela 3 – Categoria 2 – Atividades acadêmicas (ensino)

Item	Descrição	% de divulgação
25	Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação	100,00
26	Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas	100,00
27	Relação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação	0,00
28	Relação nominal ou numérica da composição docente	50,00
29	Descrição da qualificação dos docentes	40,00
30	Editais públicos para a contratação docente	100,00
31	Relação nominal de programas para a formação docente	0,00
32	Descrição de suas instalações	30,00
33	Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, e-learning, entre outros)	100,00
34	Formados	0,00
35	Emprego/destino dos estudantes egressos	0,00
36	Percentual de estudantes na faculdade (detalhamento da distribuição do corpo discente)	0,00
Média de divulgação		43,33

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

As informações requeridas em três itens dessa categoria foram analisadas levando-se em consideração a existência ou não nas páginas específicas da reitoria, e *campi*, do qual foi extraída a média de divulgação de cada item. São eles: Relação nominal ou numérica da composição docente; Descrição da qualificação dos docentes; Descrição de suas instalações.

Ressalta-se que em relação ao item percentual de estudantes na faculdade, contendo detalhamento do corpo discente, foi encontrada a página PROEN em números na página da Pró-reitoria de Ensino, no entanto os seus dados remetem somente até o semestre 2016.2, estando a mesma desatualizada, impossibilitando a obtenção de informações, através do portal do IFS, no que diz respeito a quantidade de alunos matriculados para o atual semestre letivo, ou seja, 2019.1.

Quanto a informação Emprego/destino dos estudantes egressos, foi identificada uma página específica com informações para os egressos, no entanto não possuem as informações de emprego/destino dos estudantes.

Um dos mecanismos que servem para avaliar uma Instituição de Ensino é a pesquisa de acompanhamento de egressos, pois o egresso é uma importante fonte de informação, uma vez que está qualificado a falar sobre a instituição, avaliar a qualidade de ensino e, a partir dos dados e opiniões levantados, possam ser promovidas melhorias.

De acordo com o relatório de auditoria realizado pelo TCU (2013) nos Institutos Federais constatou-se que o acompanhamento dos egressos representa política que permite a avaliação da adequabilidade da capacitação fornecida em relação às demandas do setor produtivo.

Essas informações são necessárias para justificar a continuidade ou alteração dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes dos cursos já existentes e para dar suporte à criação de novos cursos (TCU, 2013).

Apesar da evidente importância da Lista de formados/egressos e do destino dos estudantes egressos, pode-se verificar a inexistência dessas informações no portal do IFS.

Observa-se ainda a baixa divulgação descrição da qualificação dos docentes. Para busca dessas informações foram consultadas as páginas institucionais dos

campi e o resultado encontrado foi o percentual de 40% de divulgação dessas informações. Ainda na consulta das páginas institucionais dos *campi* foi possível verificar o baixo índice de divulgação das informações referentes às instalações físicas da instituição, cujo percentual foi de 30%.

5.1.1.3 Atividades acadêmicas (pesquisa)

A categoria Atividades Acadêmicas (pesquisa) é composta por nove itens e apresentou uma média de divulgação de 66,67%, conforme se observa na Tabela 5.

Tabela 4 - Categoria 3 – Atividades acadêmicas (pesquisa)

Item	Descrição	% de divulgação
37	Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa	0,00
38	Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa	0,00
39	Relação das redes de pesquisa nas quais participam alunos ou assistentes de pesquisa	100,00
40	Relação das linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa	100,00
41	Relação dos grupos de pesquisa	100,00
42	Relação dos projetos de pesquisa	100,00
43	Relação das redes de pesquisa nas quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores	100,00
44	Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	0,00
45	Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal	100,00
Média de divulgação		66,67

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Observa-se a inexistência de divulgação em apenas três itens, Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa, Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa e Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa. Nos demais itens foi possível localizar as informações no portal institucional conforme requerido nos critérios do IndexDUF.

5.1.1.4 Atividades acadêmicas (extensão)

A categoria Atividades Acadêmicas (extensão) é composta por apenas três itens e apresentou uma média de divulgação de 66,67%, conforme se observa na Tabela 6, a seguir.

Tabela 5 – Categoria 4 – Atividades acadêmicas (extensão)

Item	Descrição	% de divulgação
46	Relação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	100,00
47	Relação das atividades de serviço tendentes a buscar o bem-estar da comunidade	100,00
48	Relação de atividades de consultoria	0,00
Média de divulgação		66,67

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os itens com maior divulgação são os relacionados aos programas de conhecimento e serviços que visam ao bem-estar da comunidade, apresentando divulgação em 100% no portal do IFS. Essas informações são apresentadas através de notícias diárias relacionadas aos principais programas e acontecimentos sobre a difusão do conhecimento e o bem-estar da comunidade.

Foi identificada a inexistência de divulgação a respeito de atividades de consultoria. Entretanto, segundo Faraco (2015), essa atividade, quando observada individualmente, não faz parte do rol das atividades mais importantes das instituições federais de educação.

5.1.1.5 Informação financeira e de gestão

A categoria Informação Financeira e de Gestão é composta por 40 itens e apresentou uma média de divulgação de 57,50%, sendo a maior categoria em número de itens, conforme se observou no Quadro 3.

Analisando a Tabela 7 é possível observar a inexistência de informações de 17 itens. Esses itens correspondem quase que exclusivamente a informações contábeis e financeiras. Para os itens relacionados diretamente à execução contábil,

orçamentária e financeira, adotou-se como critério a presença ou não de explicações mínimas sobre o tema nos portais institucionais, pois alguns disponibilizam apenas *links* que remetem o usuário a outros sítios do governo federal, sem maiores explicações técnicas sobre o tema.

Tabela 6 – Categoria 5 – Informação financeira e de gestão

Item	Descrição	% de divulgação
49	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	0,00
50	Modificações no orçamento	0,00
51	Gastos executados	0,00
52	Receita executada	0,00
53	Indicadores Orçamentários	0,00
54	Fluxos de caixa	0,00
55	Dívida ativa	0,00
56	Variação da dívida	0,00
57	Ativos não correntes	0,00
57	Indicadores financeiros (índices)	0,00
58	Variação de ativos não correntes	0,00
60	Capital humano	100,00
61	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade	100,00
62	Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano	100,00
63	Acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos	100,00
64	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	100,00
65	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	100,00
66	Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	100,00
67	Acesso ao informe de gestão do reitor	100,00
68	Acesso a indicadores de gestão	0,00
69	Divulgação de orientações para a contratação de terceiros	100,00
70	Plano estratégico aprovado	100,00
71	Execução do plano estratégico	100,00
72	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços	100,00
73	Execução de obras e serviços licitados	0,00
74	Fornecedores-padrão	100,00
75	Depreciação	0,00
76	Custo unitário por estudante	0,00
77	Subsídio para pesquisa	100,00
78	Alocação de custos indiretos	100,00
79	Biblioteca	100,00
80	Investimentos	100,00
81	Compromissos e contingências	100,00
82	Emprego e informação do patrimônio educacional	100,00
83	Revisão financeira	100,00
84	<i>Link</i> para a página denominada Transparência Pública	100,00
85	<i>Link</i> para a página Processos de Contas Anuais	100,00
86	Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	0,00
87	Resultados de licitação	100,00
88	Contratos de licitação	0,00
Média de divulgação		57,50

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O item “Contratos de licitação” considerou-se a existência de publicação do inteiro teor do contrato, o que não foi localizado no portal do IFS, existindo somente uma listagem de contratos vigentes. Em relação a esse tema o TCU (2018b) se pronunciou a respeito da obrigatoriedade de divulgação do inteiro teor dos contratos administrativos com o intuito de proporcionar maior transparência à da execução de suas contratações, após terminada a fase de licitação e por se tratar de uma boa prática relacionada à abertura de dados e informações e fomento à transparência governamental.

Considerando que o uso dos sistemas de licitações, a exemplo do portal Compras Governamentais e do e-licitações, tem sido majoritário pela Administração Pública Federal (APF), é possível considerar que a publicação do inteiro teor dos editais de licitação tem sido atendida satisfatoriamente.

O mesmo não pode ser dito para o inteiro teor dos contratos, seus anexos e aditivos, especialmente porque inexistente na APF um sistema de gestão contratual, a exemplo dos existentes para a realização da sessão pública dos pregões eletrônicos. O sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) até dispõe de um módulo legado de contratações, mas seu uso foi historicamente baixo (...).

Nesse sentido, caberia a cada órgão ou entidade disponibilizar em seu portal essas informações, com o intuito de proporcionar maior transparência da execução de suas contratações, após terminada a fase de licitação e por se tratar de uma boa prática relacionada à abertura de dados e informações e fomento à transparência governamental. Sob o aspecto de tecnologia, essa obrigação é cada vez mais simples de ser implementada e com custo acessível, devido ao uso de sistemas de processos eletrônico administrativo. (TCU, 2018b).

Um dos fatores que podem contribuir para o não cumprimento desse item é a inexistência dessa informação no sistema de gestão de contratos do IFS, necessitando que ele seja alimentado para que possa ser divulgado de forma automatizada no portal do IFS.

Ademais, como critério, a simples presença da informação no relatório de gestão não foi considerada na composição do item, devendo constar no portal da instituição seção específica sobre os itens desse tema.

5.1.1.6 Características da informação financeira

A categoria Características da informação financeira possui seis itens que visa medir dimensões que influenciam a informação financeira divulgada (PESSÔA, 2013). Como critério, a simples presença da informação no relatório de gestão não foi considerada na composição do item, devendo constar no portal da instituição seção específica sobre os itens desse tema. Sendo assim, esta categoria apresentou uma média de divulgação de 33,33%, conforme se observa na Tabela 8.

Tabela 7 – Categoria 6 – Características da informação financeira

Item	Descrição	% de divulgação
89	Caráter completo da informação: se existe a possibilidade de consultar a contabilidade geral na página web	0,00
90	Informação fornecida periodicamente	0,00
91	Comparabilidade da informação: se existe possibilidade de comparabilidade da informação	0,00
92	Compreensibilidade da informação: se incluem índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira	0,00
93	Relevância da informação: se oferece na internet informação segregada	100,00
94	Confiabilidade da Informação: se oferece informação auditada	100,00
Média de divulgação		33,33

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Para o item Confiabilidade da Informação, foi considerado 100% de divulgação, pois as informações contábeis e financeiras são anualmente objeto de auditoria interna pela unidade de auditoria e pela CGU, e auditoria externa pelo TCU. Na análise do portal institucional é possível ver a distribuição das informações de forma segregada, no que tange à informações financeiras e contábeis, por isso foi atribuído 100% a esse item, contudo não encontra-se devidamente divulgada. Observou-se que as financeiras não são fornecidas e/ou atualizadas com periodicidade, não sendo possível o acompanhamento contínuo de sua execução. Não foi disponibilizado no portal espaço para comparabilidade das informações financeiras.

5.1.1.7 Informação sobre responsabilidade social

A categoria Informação sobre Responsabilidade Social é composta por apenas três itens e apresentou uma média de divulgação de 66,67%, conforme se observa na Tabela 9.

Tabela 8 – Categoria 7 – Informação sobre responsabilidade social

Item	Descrição	% de divulgação
95	Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica	0
96	Responsabilidade ambiental	100
97	Responsabilidade social	100
Média de divulgação		66,67

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Não foi identificada no portal informações sobre os Indicadores de Responsabilidade Econômica. Em relação aos itens Responsabilidade Ambiental e Social foram consideradas as notícias encontradas no portal que versam a respeito dos temas, contudo não há seções específicas que apresentem de forma agrupada informações e ações específicas sobre esses temas.

5.1.1.8 Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica

A categoria Informação sobre Condições de Qualidade Administrativa e Acadêmica é composta por cinco itens e apresentou uma média de divulgação de 20,00%, conforme se observa na Tabela 10.

Essa categoria obteve o menor índice entre as 11 categorias do IndexDUF, sendo 100% divulgadas somente as informações de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional de programas, em página específica da Comissão Própria de Avaliação, contida no Portal Institucional do IFS.

Tabela 9 – Categoria 8 – Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica

Item	Descrição	% de divulgação
98	Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou gestão acadêmica	0,00
99	Relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária	0,00
100	Acesso aos informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional de programas	100,00
101	Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica	0,00
102	Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)	0,00
Média de divulgação		20,00

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Informações relacionadas a relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação superior não foi localizada, sendo localizadas somente notícias de avaliações de cursos de forma isolada, não sendo apresentada em seção específica essa informação sobre a avaliação de todos os cursos.

Constatou-se inexistência de informações relacionadas ao selo de qualidade ISO e relação nominal dos programas com registro qualificado e certificação voluntária, como também não foi localizada relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica, sendo encontrado somente notícias de prêmios isolados, sem que haja uma relação dos prêmios obtidos pela comunidade acadêmica da instituição.

5.1.1.9 Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web

Segundo Pessôa (2013), essa categoria trata das características da página que facilitam o acesso e a compreensão da informação divulgada. Ela é composta de 20 itens, verificando-se uma média de divulgação dessas informações de 65,00%, conforme se observa na Tabela 11.

Dos 20 itens analisados nessa categoria, 12 itens possuem 100% de sua divulgação. Para o item “A página web oferece a informação em formato de áudio e/ou vídeo” foi considerada a existência da seção específica Central de Conteúdos, que disponibiliza diversos conteúdos a respeito das atividades da instituição em formatos de imagem, áudio e vídeo. No entanto, nas páginas não há recursos de

áudio e/ou vídeo, o que impossibilita a apropriação das informações contidas por pessoas com necessidades específicas.

Observou-se a inexistência de recursos que facilitem uma correta impressão da informação contida no portal, como também a disponibilização da informação em outros idiomas. Apesar de ter uma seção específica de dados abertos, não foi localizado o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina.

Tabela 10 - Categoria 9 - Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web

Item	Descrição	% de divulgação
100	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras	100,00
103	É possível encontrar a informação em vários idiomas	0,00
104	Disponibiliza <i>links</i> para acessar <i>sites</i> vinculados à regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou rankings de universidades, entre outros	0,00
105	Inclui-se nas páginas a data da última atualização	100,00
106	Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde	100,00
107	Dispõe de uma seção específica de prestação de contas	100,00
108	Disponibiliza um mapa da página web	100,00
109	Incorporação de motores de busca na página web para facilitar o acesso à informação	100,00
110	Incluem-se suportes <i>multimedia</i> como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis	0,00
111	Incorporam-se recursos que facilitem uma correta impressão da informação	0,00
112	Permite-se o <i>download</i> de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	100,00
113	Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contato da universidade	100,00
114	A segurança da página web está certificada por uma entidade independente e sólida	0,00
115	Há uma seção específica no <i>site</i> para acessar cada tipo de informação	100,00
117	É claramente diferenciada na web a existência de <i>links</i> externos e internos do ente público	100,00
118	A página web utiliza como ferramenta <i>hiperlinks</i> na informação financeira prestada	100,00
119	Responsabilidade do conteúdo divulgado na página web	100,00
120	A página web oferece a informação em formato de áudio e/ou vídeo	100,00
121	Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	0,00
122	Divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	0,00
Média de divulgação		65,00

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Observa-se ainda a inexistência de itens importantes como suportes multimídia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis,

certificação de segurança da página da *web*, detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação e *links* de acesso a *sites* vinculados à regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou *rankings* de universidades, entre outros.

5.1.1.10 E-Serviços

A categoria E-Serviços é composta por oito itens relacionados a características da página *web* que facilitam os processos e serviços administrativos e acadêmicos. Essa categoria mede a possibilidade de utilização dos sistemas em modo *online* para a realização de procedimentos e apresentou a maior média de divulgação, ou seja, 87,50%, conforme observado na Tabela 12.

Tabela 11 – Categoria 10 – E- serviços

Item	Descrição	% de divulgação
123	Há para <i>download</i> formulários e impressos para as tramitações administrativas da educação formal	100,00
124	Há para <i>download</i> formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento	100,00
125	É possível realizar online transações administrativas da educação formal	100,00
126	É possível realizar online transações administrativas de cursos de aprimoramento	100,00
127	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas da educação formal	100,00
128	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas de cursos de aprimoramento	100,00
129	<i>E-learning</i> na educação formal	0,00
130	<i>E-learning</i> em cursos de aprimoramento	100,00
Média de divulgação		87,50

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Dos oito itens analisados, foi verificada somente a inexistência de informações a respeito do *e-learning* para educação formal. Em relação ao *E-learning* dos cursos de aprimoramento, foram considerados aqui os cursos ofertados pelo Departamento de Educação à Distância, disponíveis na seção “Cursos”, subseção “EAD” do portal institucional.

Observou-se que as transações de tramitação de pagamentos para educação formal e cursos de aprimoramento é feita totalmente *on line*, como também é

possível realizar *downloads* para formulários e impressos para tramitações administrativas da educação formal e dos cursos de aprimoramento.

5.1.1.11 E-Participação

De acordo com Pessoa (2013), essa categoria tem a intenção de medir as ferramentas disponibilizadas pela página para a interação do usuário com a universidade ou, no caso da presente pesquisa, com o Instituto Federal. Essa categoria possui nove itens e conforme pode ser observado na Tabela 13, o portal do IFS obteve um índice de 49,77% para essa categoria.

Tabela 12 – Categoria 11 – E-Participação

Item	Descrição	% de divulgação
131	Caixa de reclamações ou sugestões	100,00
132	Foros de discussão na <i>web</i> da universidade	0,00
133	<i>Chat</i>	100,00
134	Pesquisas de opinião	0,00
135	<i>Blog</i>	100,00
136	A página <i>web</i> apresenta endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na instituição	57,89
137	A página <i>web</i> permite a inclusão de um <i>mailing list</i> para permitir atualização de informação aos usuários que o solicitem	0,00
138	A página <i>web</i> indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o <i>webmaster</i> para a solicitação de informação geral	0,00
139	Apresenta seção com perguntas e respostas	90,00
Média de divulgação		49,77

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Da análise da Tabela 13, percebe-se a inexistência de informações que indiquem o local e as instruções para que os interessados possam se comunicar com o *webmaster* (ou responsável pela disponibilização da informação) para solicitação de informação geral. Ainda, não foram localizados no portal do IFS existência de foros de discussão na *web*, pesquisa de opinião ou ainda a existência de um *mailing list* para permitir atualização de informação aos usuários que solicitem.

O item que se refere ao endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na instituição foi verificado nas páginas da reitoria, pró-

reitorias, diretorias sistêmicas e páginas institucionais de cada *campus* e foi encontrado um índice de 57,89% de divulgação dessas informações. Foi verificado ainda no portal do IFS um *link* denominado “Lista de Ramais”, contudo, não é possível localizar todos os setores do IFS com ramais cadastrados.

Quanto ao item perguntas e respostas, essa informação foi verificada nas páginas institucionais de cada *campus* e pode ser observar a existência em 90% dos *campi*. No entanto, as informações desse campo se repetem para todos os *campi*, o que pode ser pensado numa possibilidade de inserção de perguntas e respostas mais específicas para realidade de cada *campus*, tendo como insumo os questionamentos encaminhados para Ouvidoria do IFS.

Quanto aos itens *Blog* e *Chat* foram consideradas a existência de redes sociais oficiais de comunicação da instituição com a sociedade. O item Caixa de reclamações ou foram identificadas nas páginas institucionais de todos os *campi* e reitoria e obteve o índice de 100% de divulgação.

5.1.2 Presença no portal dos itens considerados obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação

Para viabilizar o seu cumprimento, a LAI dispõe de informações que devem obrigatoriamente estar disponíveis nos portais eletrônicos das instituições, da mesma forma a lei determina esses portais ofereçam condições de acessibilidade a todos, além de uma linguagem clara e objetiva na comunicação com o cidadão (BRASIL, 2011).

Dos 139 itens que compõem o IndexDUF, 24 itens se referem a itens obrigatórios constantes na Lei de Acesso à Informação. Após aplicação do IndexDUF no portal eletrônico do IFS, foi possível observar que os itens obrigatórios em lei não se encontram disponíveis em sua totalidade. Apenas 10 itens possuem divulgação 100%, conforme demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6 – Itens de divulgação obrigatória que obtiveram índice 100%

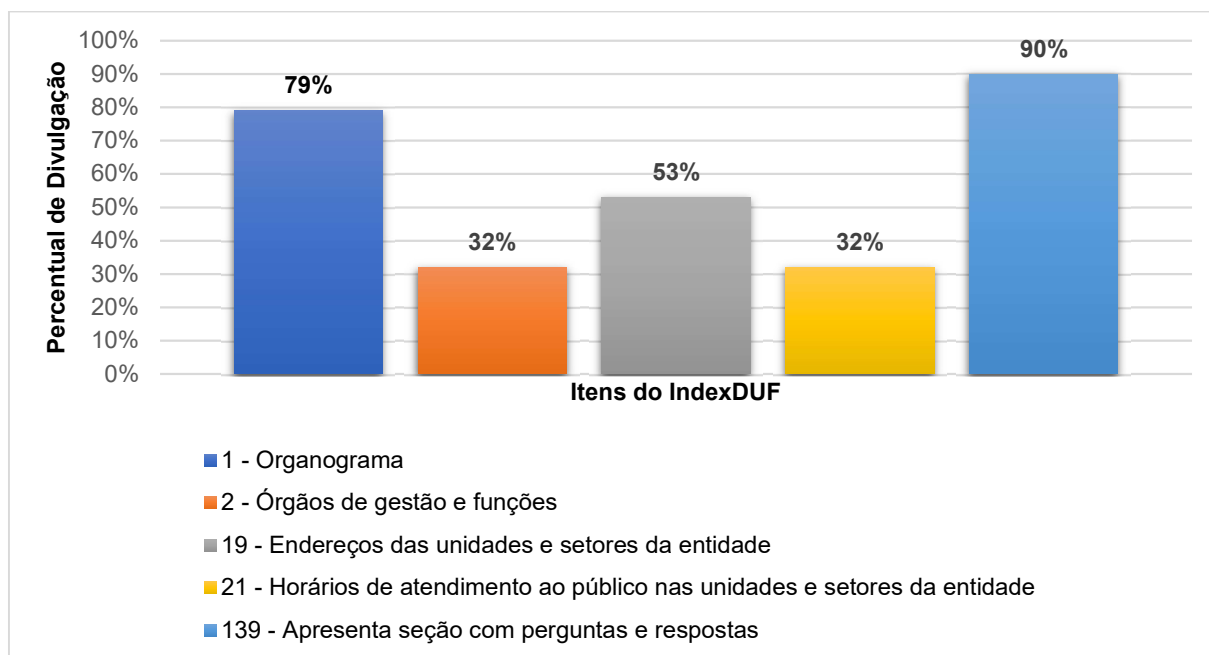
Item	Descrição	(%)
20	Telefones das unidades e setores da entidade	100
46	Relação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	100
47	Relação de atividades de serviço tendentes a buscar o bem-estar da comunidade	100
67	Acesso ao informe de gestão do reitor	100
72	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços	100
87	Resultados de licitação	100
100	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras	100
105	Inclui nas páginas a data da última atualização	100
109	Incorporação de motores de busca na página <i>web</i> para facilitar o acesso à informação	100
112	Permite o download de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	100

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em contrapartida, observou-se a ausência de divulgação em nove itens, quais sejam: (i) *Rol* das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses (item; (ii) Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes sobre os solicitantes; (iii) Gastos executados; (iv) contratos de licitação; (v) Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros; (vi) A segurança da página *web* está certificada por uma entidade independente e sólida; (vii) Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina; (viii) Divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação; e, (ix) A página *web* indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o *webmaster* para a solicitação de informação geral, o que limita a apropriação de informações necessárias ao exercício do controle social.

Além dos itens analisados anteriormente, pode-se verificar na Figura 9, o valor percentual da presença dos demais tópicos que compõem os itens obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação.

Figura 9 - Resultado dos demais itens de publicação obrigatória pela Lei de Acesso à Informação



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Para análise do índice pesquisado, considerou-se as informações constantes no portal institucional do IFS, incluindo as seções específicas das páginas dos *campi*, exceto *campus* Poço Redondo que ainda se encontra em fase de construção e implantação.

Sobre a relevância da divulgação das informações, o TCU (2018b) se pronunciou:

É de senso comum a relevância que a divulgação das informações pelas organizações públicas tem adquirido no decorrer do tempo. A tendência tem sido os governos se preocuparem cada vez mais em divulgar informações acerca da gestão de recursos, tendo em vista que aquele que gere um recurso público, gere um dinheiro do qual não é detentor, e, por essa razão, deve prestar contas àqueles a quem pertence o dinheiro, no caso, a sociedade. (TCU, 2018b).

Sendo assim, do total de 24 itens verificados quanto à divulgação obrigatória pela Lei de Acesso à Informação, o resultado obtido representa o cumprimento apenas parcial da Lei de Acesso à Informação por parte do Instituto Federal de Sergipe. Quanto ao grau de transparência, medido utilizando o IndexDUF, o IFS apresentou um índice de 56,33% de transparência na divulgação das informações no seu portal institucional.

5.1.3 Análise da existência dos Elementos de Transparência nas informações divulgadas no portal do IFS

Para análise da existência dos Elementos de Transparência nas informações divulgadas no portal do IFS foram utilizadas as informações de análise dos itens que compõem o IndexDUF. Para verificação do Elemento Publicidade foram considerados a existência dos itens obrigatórios da Lei de Acesso à Informação, como também a análise do item 90, conforme demonstrado na Tabela 14. Conforme relatado na seção 5.1.2 dos 24 itens obrigatórios, somente 10 itens obtiveram 100% de divulgação.

Tabela 13 – Análise do Elemento Transparência

Item	Descrição	(%)
1	Organograma	79,00
2	Órgãos de gestão e funções	32,00
19	Endereços das unidades e setores da entidade	53,00
20	Telefones das unidades e setores da entidade	100,00
21	Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	32,00
22	Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses	0,00
23	Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes sobre os solicitantes	0,00
46	Relação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	100,00
47	Relação de atividades de serviço tendentes a buscar o bem-estar da comunidade	100,00
51	Gastos executados	0,00
67	Acesso ao informe de gestão do reitor	100,00
72	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços	100,00
86	Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	0,00
87	Resultados de licitação	100,00
88	Contratos de licitação	0,00
90	Informação fornecida periodicamente	0,00
100	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras	100,00
105	Inclui nas páginas a data da última atualização	100,00
109	Incorporação de motores de busca na página <i>web</i> para facilitar o acesso à informação	100,00
112	Permite o download de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	100,00
114	A segurança da página <i>web</i> está certificada por uma entidade independente e sólida	0,00
121	Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	0,00
122	Divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	0,00
138	A página <i>web</i> indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o <i>webmaster</i> para a solicitação de informação geral	0,00
139	Apresenta seção com perguntas e respostas	90,00
Média de divulgação		51,44

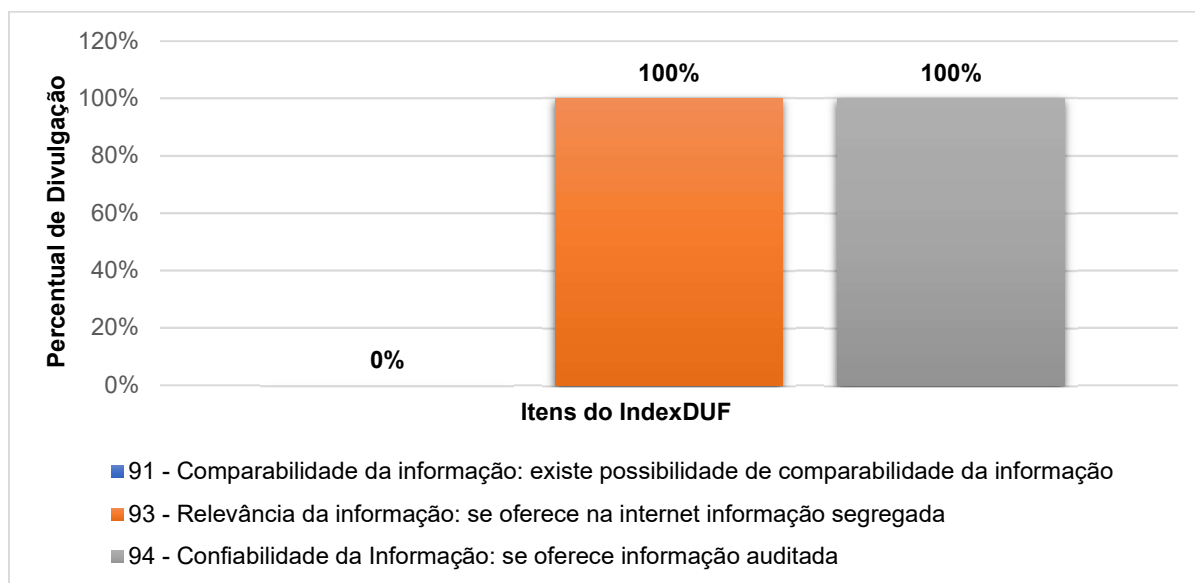
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Além da ampla divulgação das informações, a publicidade é expressa pela informação divulgada em tempo hábil e por diversos meios (PLATT NETO *et al.*, 2007). Analisando-se as informações divulgadas no portal do IFS não foi possível verificar a tempestividade da divulgação da informação, contudo foi avaliado a periodicidade da disponibilização dessas informações, através do item 90. No, entanto, como foi apresentado na seção 5.1.1.6, este item obteve um índice de 0% de divulgação, conforme pode ser verificado na Tabela 14. Portanto, o elemento publicidade é parcialmente atendido pelo IFS na divulgação das informações no portal institucional.

Em relação ao Elemento Compreensibilidade, que diz respeito prestação de informações com linguagem mais acessível, para verificar a sua existência foi considerada a análise do item 92 do IndexDUF. Esse item verifica a existência de índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira. No entanto, como foi apresentado na seção 5.1.1.6, esse item obteve percentual de 0% de divulgação. Portanto, o elemento compreensibilidade não foi atendido pelo IFS na divulgação das informações no portal institucional.

Ainda quanto ao Elemento Compreensibilidade registra-se que na aplicação do índice observou-se a presença de linguagem formal, técnica e complexa. Considerando-se que o público-alvo o cidadão, uma linguagem mais simples e acessível seria fundamental para a compreensibilidade e para o processo de comunicação e transparência das informações.

Para verificar a existência do Elemento Utilidade, que pressupõe a relevância e a confiabilidade da informação, foram consideradas as análises dos itens 91, 93 e 94 do IndexDUF, conforme apresentado na Figura 10. Esses itens tratam da possibilidade de comparação das informações, da disponibilização de forma segregada da informação financeira do IFS, como também se a informação financeira é auditada pela CGU ou outro órgão externo à instituição.

Figura 10 – Análise do Elemento Utilidade

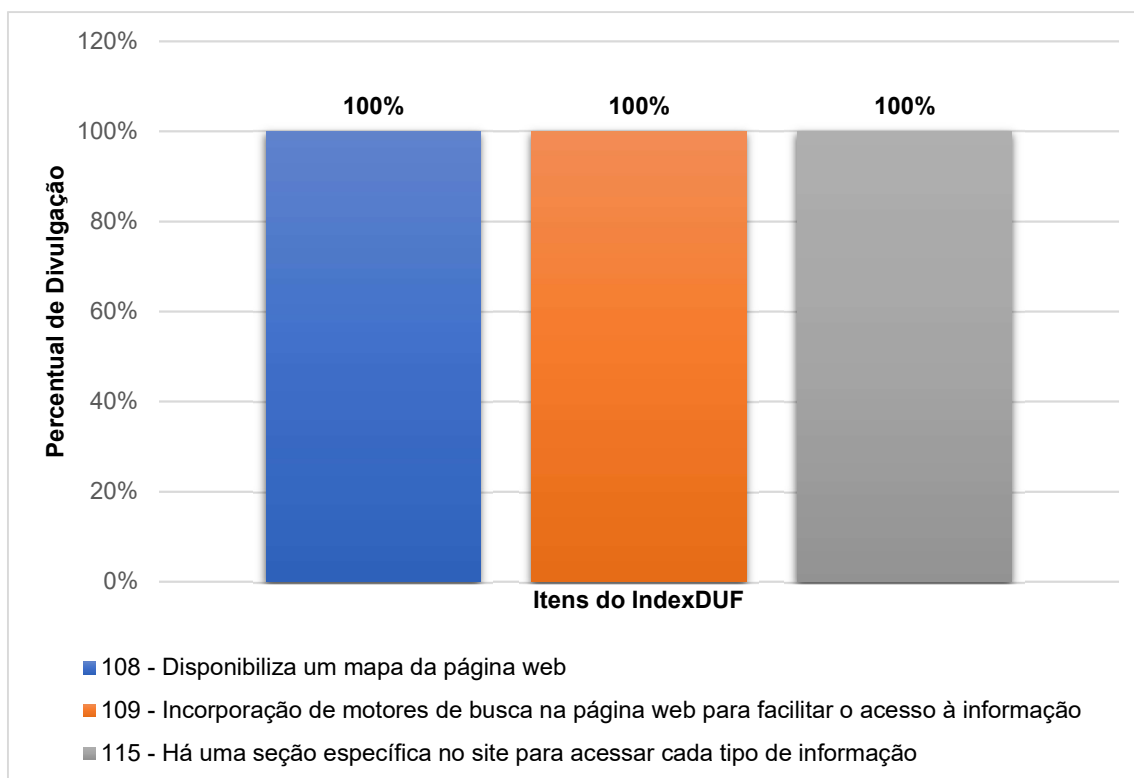
Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Como foi apresentado na seção 5.1.1.6, os 93 e 94, que tratam da segregação da informação e da informação auditada obtiveram percentual de 100% de divulgação. No entanto, no que tange a possibilidade de comparabilidade das informações foi verificado um percentual de 0% de divulgação, conforme apresentado na Figura 10. Portanto, o elemento utilidade foi atendido parcialmente pelo IFS na divulgação das informações no portal institucional.

5.1.4 Análise do nível de transparência das informações divulgadas no portal do IFS sob a ótica das Dimensões da informação

Para análise do nível de transparência das informações divulgadas no portal do IFS sob a ótica das Dimensões da informação, quais sejam, física, intelectual e comunicacional, foram consideradas a análise de 19 itens do IndexDUF, conforme apresentado no Quadro 4 da seção 4.6, cujos resultados são apresentados a seguir.

Na análise da Dimensão Física foram considerados três itens, apresentados na Figura 11, sendo que todos os itens tiveram um percentual de divulgação de 100%, o que configura o nível alto de transparência na dimensão física.

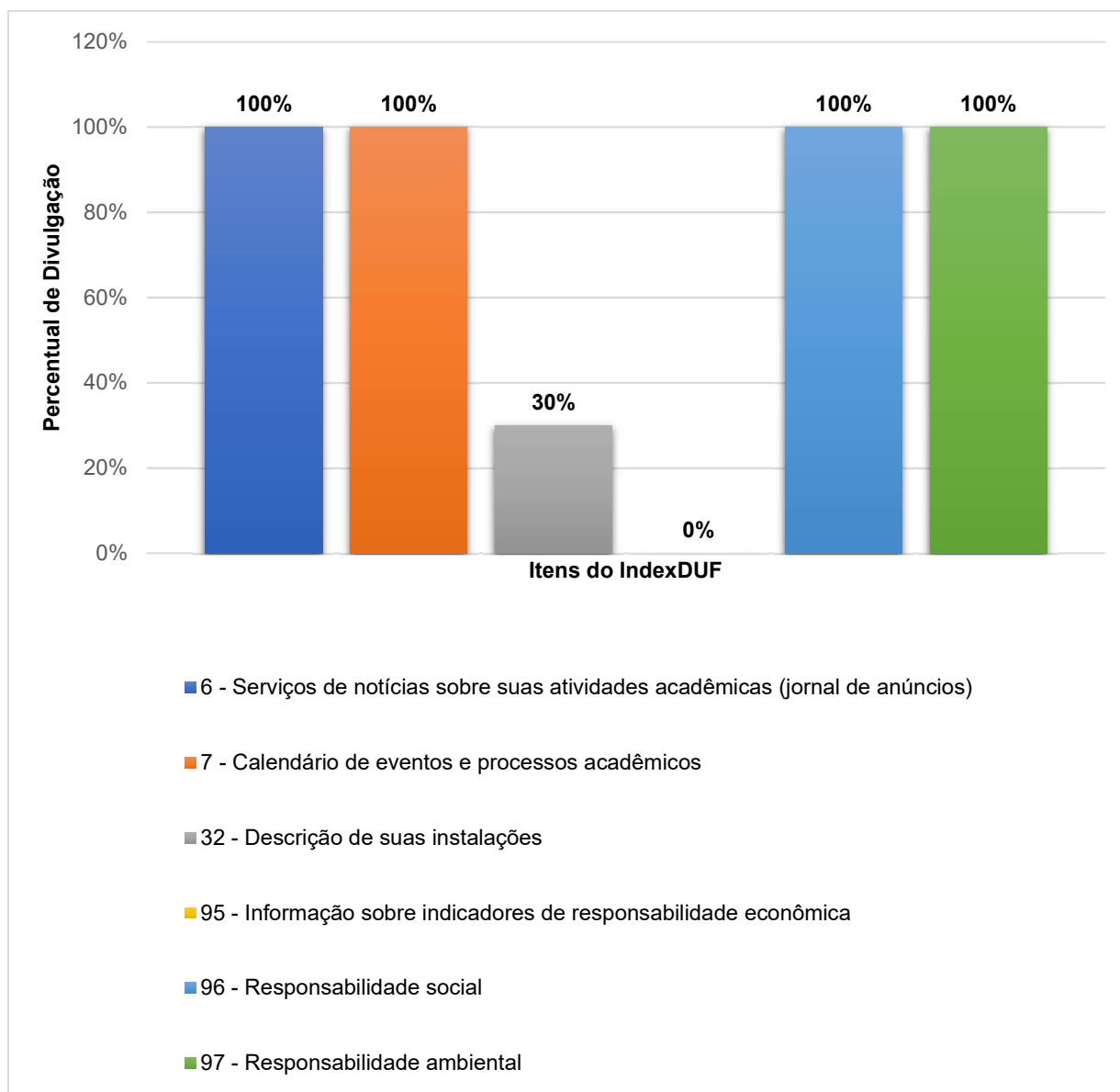
Figura 11 – Análise da Dimensão Física

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Ressalta-se que essa dimensão se refere a dificuldade em acessar fisicamente o documento público, em função da falta de organização. (BATISTA, 2010). Na análise das informações divulgadas no portal do IFS verificou-se a categorização dos itens em seções específicas, principalmente na seção Acesso à Informação.

Para análise da Dimensão Intelectual foram consideradas as análises de seis itens, apresentados na Figura 12, cuja média de divulgação ficou em 71,67%. Os índices que repercutiram negativamente para o nível de transparência dessa dimensão foi o item descrições das instalações que teve um percentual de 30% de divulgação, como também o item informação sobre indicadores de responsabilidade econômica que teve um percentual de 0% na análise de divulgação das informações.

Figura 12 – Análise da Dimensão Intelectual

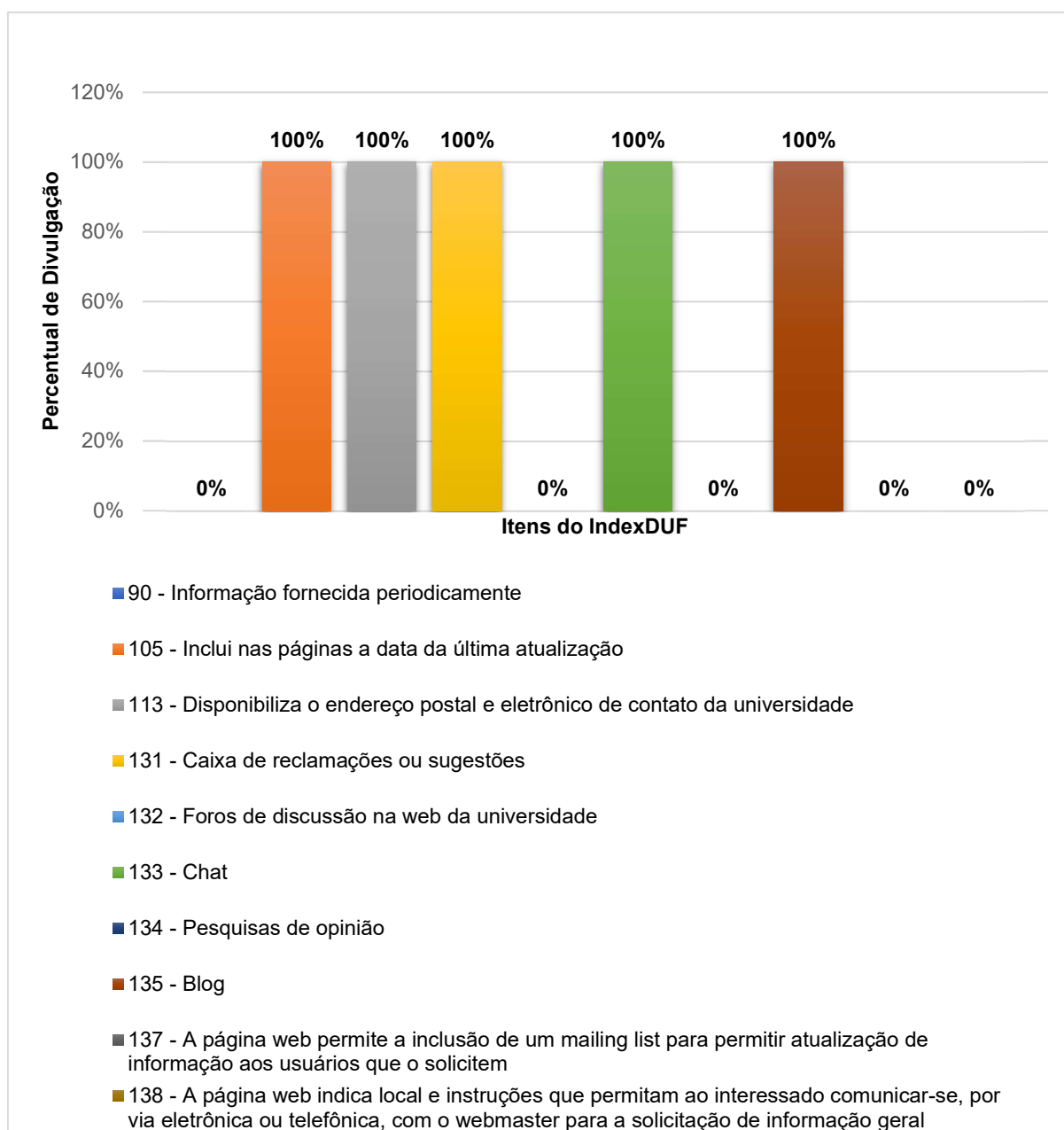


Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Ressalta-se que essa dimensão procura observar se as informações prestadas no portal institucional têm como foco o interesse e às necessidades do cidadão, portanto o nível de transparência das informações divulgadas no portal do IFS para a Dimensão Intelectual é considerado alto.

Por fim, para análise da Dimensão Comunicacional, que pressupõe a atualização de conteúdo e presença de mecanismos de comunicação entre a instituição e os usuários, foram consideradas as análises de 10 itens do IndexDUF, apresentados na Figura 13.

Figura 13 – Análise da Dimensão Comunicacional



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Observa-se aqui que metade dos itens considerados obtiveram percentual de 0% de divulgação das informações, o que fez com que a média de divulgação dessa dimensão sofresse resultado negativo, resultando em 50% de média de divulgação das informações. Esses itens são: (i) Informação fornecida periodicamente, (ii) Foros de discussão na *web* da universidade; (iii) Pesquisas de opinião; (iv) A página web permite a inclusão de um *mailing list* para permitir atualização de informação aos

usuários que o solicitem; e (v) página web indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o *webmaster* para a solicitação de informação geral”. Desse modo, o nível de transparência das informações divulgadas no portal do IFS para a Dimensão Comunicacional é considerado intermediário, conforme o IndexDUF.

5.1.5 Atividades realizadas pelo IFS para garantir o cumprimento da Lei de Acesso à Informação

Além das informações analisadas através da aplicação do IndexDUF, realizou-se a análise de relatórios e normativos disponibilizados em seu portal institucional, mais precisamente o Estatuto do IFS, o regimento geral do IFS, Regimento Interno da Reitoria e dos *campi* e Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2019, com o objetivo de verificar as atividades realizadas pelos gestores do IFS com o intuito de garantir o cumprimento da Lei de Acesso à Informação quanto à divulgação das informações obrigatórias em seu portal eletrônico.

De acordo com o inciso I, do art. 3º do Estatuto do IFS, verifica-se que um dos princípios norteadores observado pelo IFS em sua atuação é o compromisso com a transparência, senão vejamos:

Art. 3º O Instituto Federal de Sergipe, em sua atuação, observa as diretrizes da Política Nacional da Educação e do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, bem como os seguintes princípios norteadores:

I. Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; (IFS, 2011).

Corroborando o compromisso com a transparência de sua atuação, o IFS no seu PDI 2014-2019, como um dos seus valores institucionais incluiu a transparência de modo a assegurar o acesso às informações com vistas à efetivação do controle social:

1.2.3 Valores

O Instituto Federal de Sergipe garantirá a todos os seus *campi* a autonomia da gestão institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública, Ética, Sustentabilidade, Comprometimento, Inovação, Transparência e Respeito.

- a) Ética – agir coerentemente com os princípios morais;
- b) Sustentabilidade – assegurar que as ações sejam economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente aceitas, com foco na responsabilidade;
- c) Comprometimento – assumir posturas e atitudes favoráveis a atingir os objetivos da instituição;
- d) Inovação – fomentar conhecimentos inovadores nas ações visando atender os anseios da sociedade;
- e) Transparência – assegurar o acesso às informações com vistas à efetivação do controle social;
- f) Respeito – Atenção especial aos estudantes, servidores e público em geral. (IFS, 2017).

Desse modo, é possível identificar no regimento Geral do IFS e regimentos internos da reitoria e dos *campi*, dispositivos que propõe a iniciativa de publicação de informações a diversos setores da instituição, expressando assim o cumprimento dos valores que norteiam a atuação do IFS, conforme apresentado no Quadro 7.

Nos regimentos, verificou-se a existência de dispositivos atribuindo a Coordenadoria de Comunicação Social e Eventos, no âmbito da Reitoria, e às Assessorias de Comunicação Social e Eventos, no âmbito dos *campi*, a competência pela manutenção da atualização do portal institucional do IFS e respectivas páginas dos *campi*, o demonstra a existência de um responsável pela promoção da transparência ativa no IFS. No entanto, não foi possível enxergar nesses documentos como é realizado o processo de manutenção e atualização do portal institucional.

O Decreto nº 9.230/2017, que dispõem sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabeleceu como uma das diretrizes da governança pública, a promoção a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação. (BRASIL, 2017).

Quadro 7 – Dispositivos que tratam sobre divulgação de informações contidos nos regimentos do IFS

Documento	Nº do normativo	Dispositivos que tratam sobre divulgação de informações
Regimento Geral	Resolução nº 52/2011/CS, de 20 de dezembro de 2011	Art. 17, III; Art. 19, VIII, X; Art. 23, XVIII; Art. 34, VII; Art. 38, III; Art. 48, II; Art. 50, XII, XIII; Art. 61; Art. 113, III.
Regimento Interno Reitoria	Aprovado através da Resolução nº 39/2016/CS/IFS, de 11 de abril de 2016	Art. 31, II; Art. 33, II; Art. 35, I, VI, VII; Art. 37, VIII; Art. 40, XIV; Art. 64, VI; Art. 68, VII, X; Art. 72, X; Art. 78, IV; Art. 80, III; Art. 84, XI; Art. 86, VI, X; Art. 112, VII; Art. 116, VIII, X; Art. 119; Art. 120, IV; Art. 122, II; Art. 125; Art. 126, III; Art. 127; Art. 128, I, II, III; Art. 161, IV; Art. 175, VII; Art. 199, V, VII.
Regimento Interno Câmpus Aracaju	Aprovado <i>ad referendum</i> através da Resolução nº 47/2016/CS/IFS, de 01 de junho de 2016, e referendado pela Resolução 54/2017/CS/IFS	Art. 13, XII; Art. 15, V, X; Art. 17, II, IV, V; Art. 29, VI; Art. 31, V; Art. 57, XVI; Art. 61, X; Art. 55, II; Art. 59, IV; Art. 65, I, XI, XIII, XVII; Art. 67, II; Art. 75, II.
Regimento Interno Câmpus São Cristóvão	Aprovado <i>ad referendum</i> através da Resolução 51/2016/CS/IFS, de 01 de junho de 2016, e referendado pela Resolução 58/2017/CS/IFS	Art. 15, V, X; Art. 16; Art. 17, II; IV; V; Art. 25, III; Art. 29, VI; Art. 33, V; Art. 71, II; Art. 73, X; Art. 77, XVI; Art. 81, I, XI, XIII; XVII.
Regimento Interno Câmpus Lagarto	Aprovado <i>ad referendum</i> através da Resolução nº 38/2016/CS/IFS, de 11 de abril de 2016, e referendado através da Resolução 52/2017/CS/IFS	Art. 13, XII; Art. 15, V, X; Art. 16; Art. 17, II, IV, V; Art. 23, I; XI, XIII, XVII; Art. 39, VI; Art. 41, V; Art. 49, X.
Regimento Interno Câmpus Estância	Aprovado <i>ad referendum</i> através da Resolução 52/2016/CS/IFS, de 01 de junho de 2016, e referendada através da Resolução 59/2017/CS/IFS	Art. 13, XII; Art. 15, V, X; Art. 16; Art. 17, II, IV, V; Art. 37, VI; Art. 47, X; Art. 57, I; XI; XIII; XVII.
Regimento Interno Câmpus Glória	Aprovado <i>ad referendum</i> através da Resolução 48/2016/CS/IFS, de 01 de junho de 2016, e referendado pela Resolução 55/2017/CS/IFS	Art. 13, XII; Art. 15, V, X; Art. 16; Art. 17, II, IV, V; Art. 37, VI; Art. 47, X; Art. 51, I; XI; XIII; XVII.
Regimento Interno Câmpus Itabaiana	Aprovado <i>ad referendum</i> através da Resolução 49/2016/CS/IFS, de 01 de junho de 2016, e referendado através da Resolução 56/2017/CS/IFS	Art. 13, XII; Art. 15, V, X; Art. 16; Art. 17, II, IV, V; Art. 21, VI; Art. 37, VI; Art. 39, V; Art. 47, X; Art. 57, I; XI; XIII; XVII.
Regimento Interno Câmpus Propriá	Aprovado <i>ad referendum</i> através da Resolução 50/2016/CS/IFS, de 01 de junho de 2016, e referendado pela Resolução 57/2017/CS/IFS	Art. 13, II; Art. 15, V, X; Art. 16; Art. 17, II, IV, V; Art. 21, VI; Art. 37, VI; Art. 39, V; Art. 47, X; Art. 51, I; XI; XIII; XVII.
Regimento Interno Câmpus Tobias Barreto	Aprovado <i>ad referendum</i> através da Resolução 53/2016/CS/IFS, de 01 de junho de 2016 e referendado através da Resolução 60/2017/CS/IFS	Art. 13, XIII; Art. 15, V, X; Art. 16; Art. 17, II, IV, V; Art. 21, VI; Art. 37, VI; Art. 39, V; Art. 47, X; Art. 51, I; XI; XIII; XVII.
Regimento Interno Câmpus Socorro	Aprovado pela Resolução 42/2018/CS/IFS, de 15 de outubro de 2018	Art. 13, XII; Art. 15, V, X; Art. 16; Art. 17, II, IV, V; Art. 21, VI; Art. 35, VI, VIII; Art. 37, V; Art. 45, X; Art. 49, I, XI, XIII, XVII.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Da análise do PDI 2014-2019 verifica-se as iniciativas propostas pelo IFS que promovem a transparência de suas informações, conforme demonstrado no Quadro 8.

Quadro 8 – Iniciativas contidas no PDI 2014-2019 que promovem a transparência das informações

Item	Iniciativa
3.11 Diretrizes Pedagógicas	Divulgar para a comunidade tecnologias e projetos desenvolvidos na Instituição, através de eventos e programas, estimulando o interesse pela pesquisa e produção;
3.15 Políticas de Pesquisa	Fomentar a divulgação científica pressupõe ações de incentivo e investimento na publicação de trabalhos de pesquisa em periódicos indexados; realização de eventos para a divulgação dos resultados das pesquisas; Elaborar editorial e criação de um periódico científico para divulgar trabalhos da instituição, viabilizando a inclusão no sistema <i>Qualis</i> da CAP;
6.1 Funcionamento da Organização Didático-Pedagógica	Implementar estratégias de divulgação institucional para fortalecer a identidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe como Instituição pública, gratuita e de qualidade.
12.10.2 Divulgação	A divulgação dos resultados da Avaliação Institucional é feita pela CPA juntamente com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) do IFS através da realização de seminário para discutir com a comunidade os resultados que constam no relatório final, o qual é disponibilizado no <i>site</i> do IFS, socializando os resultados do processo avaliativo institucional para a comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Além dessas iniciativas, observa-se na seção 2.4 Objetivos Estratégicos e Metas do IFS, do PDI 2014-2019, as seguintes iniciativas que contribuem para promoção da transparência no âmbito do IFS: (i) Divulgar cursos visando à ampliação das matrículas; (ii) Publicar no *site* do IFS os normativos de orientações; (iii) Publicação da Carta de Serviço ao Cidadão; (iv) Divulgar os modelos padronizados com os arquivistas dos *Campi*; (v) Divulgar nos *campi* os normativos técnicos do arquivo.

Desse modo, verifica-se na análise do PDI 2014-2019 a existência de iniciativas de divulgação das informações em alguns setores de forma isolada,

demonstrada no Quadro 8, como também descritas na seção 2.4 do PDI 2014-2019, no entanto não estratégia formalizada para implementação de forma abrangente da transparência ativa da instituição. Ademais, não foi encontrada uma política institucionalizada de transparência e de divulgação das informações no âmbito do IFS. Segundo o COSO³ (2013), são “as políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas”. Desse modo, uma vez instituída uma política de transparência e divulgação das informações e estabelecendo-se procedimentos para o cumprimento dessa política, garante-se o objetivo de promoção da transparência ativa no âmbito do IFS. (COSO, 2013)

5.2. Situação encontrada no portal do IFS

Quando da aplicação dos itens que compõem o IndexDUF, como também partir da análise dos dados da pesquisa, foi possível identificar problemas que impactam na promoção da transparência das informações no portal institucional do IFS.

Observa-se que não há um acompanhamento efetivo da divulgação e atualização do portal institucional, uma vez que foram identificadas a inexistência de informações, informações incompletas, como também foi possível identificar informações desatualizadas. Um exemplo disso é o Organograma da Instituição, disponível na subseção Institucional da seção Acesso à Informação, datado de julho de 2017, não apresentando na sua estrutura alterações já realizadas pelo IFS, como é o caso da Diretoria de Inovação e Empreendedorismo - DINOVE⁴. Essa diretoria já possui uma seção específica na estrutura do portal do IFS, no entanto as subseções da seção “Inovação e Empreendedorismo”, a cargo dessa diretoria, encontra-se sem conteúdo disponível para a sociedade.

Verifica-se ainda ausência de informações sobre os setores e/ou funções que são desenvolvidas, como é o caso da reitoria, pró-reitoria de ensino, pró-reitoria de

³ O *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso) é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros por meio da ética, efetividade dos controles internos e governança corporativa, sendo uma das principais *frameworks* para gerenciamento de controles internos (FARIAS; DE LUCA; MACHADO, 2009)

⁴ Criada através da Portaria nº 2401, de 21 de Agosto de 2018.

gestão de pessoas, setores chaves de atendimento ao público interno e externo da Instituição. Destaca-se a ausência dessas informações também nos *campi*, apresentando em sua maioria somente o contato do diretor-geral, diretor/gerente de ensino e diretor/gerente de administração. A ausência de informações claras a respeito da listagem de setores e suas respectivas funções dificulta o acesso dos interessados ao responsável por solucionar suas demandas o que pode ocasionar o não atendimento tempestivo ou até a ausência de atendimento por parte do IFS às solicitações do público em geral.

Também não foi possível identificar relação nominal e breve resumo do currículo dos ocupantes de cargos de direção da instituição, inclusive da reitora e pró-reitores. Somente a Pró-reitoria de administração apresenta um *link* que direciona ao currículo *lattes* dos servidores que atuam nos cargos de direção dessa pró-reitoria. Observou-se desatualização de informação quanto aos gestores responsáveis, constando nome de antigos gestores como responsáveis pelo setor/*campus*, como é o caso das seções do portal da DIAE e *Campus* Socorro.

Quanto às informações referentes aos dados acadêmicos observa-se a desatualização da informação da página PROEN em números, sendo essa página uma ferramenta relevante para o processo de transparência dos dados acadêmicos, quanto dos discentes quanto dos docentes. No entanto só é possível encontrar informações até o semestre letivo 2016.2, não existindo no portal do IFS outra seção que disponha de informações atualizadas a respeito da instituição no que tange a estatísticas sobre o número e tipo vagas em cada curso e *campus*, como também sobre o número de estudantes matriculados nos cursos do IFS. Também não há informações suficientes quanto à estrutura de sala de aulas, laboratórios, bibliotecas dos *campi*, limitando assim a possibilidade de promoção institucional através do portal da institucional. Ressalta-se que a divulgação dessas informações traz benefícios a sociedade no que diz respeito ao acesso aos cursos ofertados pelo IFS, possibilitando ao cidadão conhecer previamente a estrutura e o curso de sua escolha, com base na análise de informações disponíveis no portal da instituição, como também contribui para realização de pesquisas científicas com base nos dados ofertados pela instituição.

Verifica-se a inexistência de seção específica que apresente a relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior, como é o caso do

Índice Geral de Cursos, e Conceito Preliminar de Curso, informações relevantes para a população que tenha interesse em pleitear vagas nos cursos oferecidos na instituição. Outra informação relevante e que não foi localizada em seção específica no portal do IFS diz respeito a quantidades de formandos por curso e informação sobre a alocação desses formandos no mercado de trabalho. Observa-se a existência de uma seção específica denominada “Egressos”, no entanto ao clicar nos *links* disponíveis nessa seção, eles se encontram vazios. Ressalta-se a importância dessa informação para a sociedade, pois mostra o cumprimento do objetivo do IFS enquanto instituição de educação profissional e serve para avaliar a existência e necessidade de adequação de cursos às realidades do mercado de trabalho.

Ainda, não foi localizada seção específica com a relação nominal ou numérica da composição docente, como também com a descrição da qualificação desses docentes. Na seção Acesso à Informação há uma subseção Gestão de Pessoas – SIGRH que direciona para o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos do IFS. Lá é possível verificar as seções Total de Docentes por Titulação para geração dessa informação em formato PDF, no entanto o arquivo PDF se encontra vazio, não apresentando a informação requerida. Consultou-se ainda as páginas dos *campi* com o intuito de obter a relação nominal dos professores, o que foi encontrado em seis *campi*, contudo sem padronização da informação ser divulgada. Somente no *Campus* Glória foi possível obter informação do seu corpo docente de forma completa, com a disponibilização de nome, e-mail para contato, descrição da titulação e *link* de acesso ao currículo *lattes* do professor, o que é uma boa prática a ser observada pelos demais *campi*.

Percebe-se a existência de publicação dos documentos dos órgãos colegiados, no entanto a sua emissão não é de fácil acesso e compreensão para o público em geral, como também é o caso das portarias emitidas no Boletim de Serviços. Essas publicações são direcionadas para o sistema não sendo possível encontrar seu conteúdo na busca disponível no portal institucional.

Observa-se ainda a existência da mesma informação em mais de uma seção, no entanto com períodos de atualização distintos, como é o caso da Carta de Serviços ao Cidadão (na seção Acesso à Informação, subseções “Ações e Programas” e “Documentos”, com data de 2017 e 2016, respectivamente). Ainda, na

seção Acesso à Informação, na subseção “Auditorias” há um *link* disponível para o Relatório de Gestão, no entanto só até o exercício 2016. É possível encontrar um *link* para o Relatório de Gestão também na subseção “Documentos”, mas que remete à página inicial do portal, como também ainda há um *link* para o Relatório de Gestão na seção da pró-reitoria de desenvolvimento institucional contendo todas as versões dos Relatórios de Gestão, até a última versão referente ao exercício 2018.

A respeito das informações que possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina, os Dados Abertos, cujas diretrizes foram descritas no Decreto nº 8.777, 11 de Maio de 2016, observa-se a existência de uma política do Plano de Dados Abertos 2017-2018, aprovado pela Deliberação nº 06/2017 do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Sergipe, como também uma seção disponível no portal do IFS denominada Dados Abertos. No entanto não há informações disponíveis nessa seção, como também não foi encontrado o Plano de Dados Aberto aprovado para o exercício em curso, impossibilitando a análise das estratégias adotadas pela gestão para divulgação desses dados, como também impossibilitando a apropriação desses dados por parte dos interessados.

As informações contábeis e financeiras não são apresentadas no portal do IFS, mas sim direcionadas para o Portal da Transparência do Governo Federal, sem que haja nenhum tipo de explicação de como o cidadão no exercício do controle social pode extrair do Portal da Transparência as informações específicas a respeito da execução financeira e orçamentária do IFS, o que dificulta sua plena utilização, impedindo assim a apropriação da informação pública necessária para o exercício do seu direito constitucional.

Em relação às informações sobre a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, contendo informações genéricas sobre os solicitantes, é possível verificar a existência de um relatório disponível em formato PDF que trata das informações do exercício de 2015, na seção Acesso à informação, subseção Participação Social, no *link* Ouvidoria. No entanto, não foi localizada informação atualizada dessas informações, o que descumpre o art. 30 da Lei de Acesso à informação.

Ademais, na seção pergunta e respostas, observa-se que ela não é utilizada com o intuito de divulgar as perguntas frequentes, obtidas através da utilização da

transparência passiva. Observa-se a repetição de perguntas padrão e genéricas, não sendo apresentadas questões frequentes contendo as particularidades de cada *campus*. Ressalta-se que a divulgação de informações nessa seção objetiva diminuir as demandas por informação por parte da sociedade, através dos canais de transparência passiva e se constitui uma iniciativa de baixo custo e de fácil utilização pela sociedade em geral.

Apesar de os regimentos internos trazerem como responsáveis pela divulgação e atualização do portal a Coordenadoria de Comunicação e Eventos na Reitoria, e as Assessorias de Comunicação e Eventos nos *campi*, verifica-se que na prática isso se dá no âmbito somente de notícias, eventos e divulgações publicitárias institucionais, restando a divulgação das demais informações a cargo de quem as produz, sem haver assim um acompanhamento efetivo da divulgação e atualização do portal do IFS, inclusive quanto aos itens obrigatórios da Lei de Acesso à Informação.

É mister que haja a identificação clara dos responsáveis pela divulgação das informações dessas informações em cada setor, para que sejam mapeados os processos de divulgação e atualização do portal institucional, como também a definição do setor competente pelo monitoramento desses processos, com o objetivo de potencializar as ações de utilização do portal institucional como instrumento de transparência da gestão dos recursos públicos, promovendo assim o estreitamento da sociedade com a instituição no que tange ao acompanhamento da execução das políticas públicas de educação executadas pelo IFS.

5.3. Proposta de ações para melhorias

Após a identificação dos problemas concernentes a transparência das informações do IFS em seu portal institucional, inclusive no que diz respeito à divulgação de itens obrigatórios da Lei de Acesso à Informação, são propostas algumas ações que podem contribuir para minimizar os problemas apontados, conforme elencadas no Quadro 9.

Quadro 9 - Propostas de ações para melhoria para divulgação das informações no portal institucional do IFS

Problema	Ação Proposta	Fundamentação
Descumprimento dos itens obrigatórios de divulgação	Identificação dos responsáveis pela elaboração das informações obrigatórias. Definição no setor da pessoa responsável pela divulgação das informações obrigatórias e transparência ativa (agente de transparência) Disponibilização da informação pelo setor competente no portal institucional.	LRF, art. 48; Lei nº 12.527/2011, arts. 8º e 30, Acórdão TCU 1.855/2018 – Plenário.
Ausência de política de transparência e divulgação de informações	Elaboração de política de transparência e divulgação das informações.	Lei nº 12.527/2011; COSO, Acórdão TCU 1.855/2018 – Plenário.
Ausência de definições claras do fluxo de divulgação e atualização da informação	Mapeamento do processo de divulgação e atualização as informações no portal institucional, com consequente definição de competências e responsabilização para a realização das atividades.	Lei nº 12.527/2011; COSO; Acórdão TCU 1.855/2018 – Plenário.

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E TRABALHOS FUTUROS

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar se o Instituto Federal de Sergipe está cumprindo com a Lei de Acesso à Informação e sendo transparente com as informações disponibilizadas em seu portal eletrônico.

Através da utilização do Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), foi possível identificar o grau de transparência do portal do Instituto Federal de Sergipe que corresponde a 56,11%, ou seja, um nível mediano de divulgação das informações, sendo que dentre as 11 categorias analisadas a categoria de E-serviços possui o percentual mais elevado de transparência (87,50%) e informações relacionadas à qualidade acadêmica ou administrativa são as menos divulgadas no portal do IFS, com um nível de divulgação de 20%. Observou-se ainda que o IFS cumpre parcialmente a Lei de Acesso à Informação, existindo ainda itens obrigatórios que não são disponibilizados em seu portal eletrônico, conforme disposição desta lei.

No que tange a existência dos Elementos de Transparência foi possível observar que é parcialmente atendido na divulgação das informações no portal do IFS, uma vez que itens obrigatórios da Lei de Acesso à Informação ainda não encontram-se divulgados em seu portal, como também não foi possível verificar a periodicidade que é publicada a informação de modo a verificar se a mesma é disponibilizada tempestivamente ao cidadão.

Em se tratando da compreensibilidade das informações contidas no portal institucional, não foi atendido pelo IFS, uma vez que não foi identificada a existência de índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira. Além disso, foi identificada a presença de linguagem formal, técnica e complexa que não promove assim a compreensibilidade para o processo de comunicação e transparência das informações, como também não existe a possibilidade de comparabilidade das informações financeiras divulgadas no portal do IFS, o que limita a utilização do portal como instrumento de controle social da execução das políticas públicas a cargo do IFS.

Em se tratando do nível de transparência sob a ótica da Dimensão da Informação, o portal institucional do IFS possui um nível alto de Dimensão Física e

Intelectual e um nível intermediário, apresentando deficiência nos canais de comunicação e interação com o cidadão, importantes para estreitamento da relação entre a instituição e a sociedade.

Na análise das atividades realizadas pelo IFS para garantir o cumprimento da Lei de Acesso à Informação foi possível observar iniciativas isoladas da gestão, publicadas em seu PDI 2014-2019, como é o caso da publicação da Carta de Serviços ao Cidadão, a publicação dos normativos e documentos dos seus órgãos colegiados, divulgações no âmbito da pesquisa e atividades de extensão, no entanto, sem ter sido observada uma estratégia abrangente no intuito de promover a transparência das informações divulgadas em seu portal eletrônico, inclusive no que tange ao cumprimento da Lei de Acesso Informação.

Observou-se que não há um acompanhamento efetivo atualização do portal institucional, uma vez que foram identificadas durante a aplicação do IndexDUF a inexistência de informações, ou informações incompletas, como também foi possível identificar informações desatualizadas, como não foram localizados procedimentos formalizados para realização das atividades de divulgação e atualização das informações do portal institucional, o que proporciona o cenário existente de desatualização e descumprimento da divulgação das informações obrigatórias.

De maneira geral, constatou-se que o nível de divulgação das informações no IFS é mediano (56,11%) e, portanto, ainda é necessário aumentar o grau de transparência das informações divulgadas em seu portal institucional, pois, segundo o TCU (2018a), “a transparência tem poder transformador, pois permite que os órgãos de controle e a própria sociedade interfiram no decorrer da ação estatal e tentem evitar o mau uso do dinheiro público”. Sendo assim, quanto mais transparente a instituição for, em relação as informações que estão sob a sua custódia, haverá maior estímulo ao controle social e um aumento da relação de confiança entre a instituição e a sociedade.

Quanto à metodologia empregada, algumas limitações foram observadas. O índice utilizado no primeiro formulário foi não ponderado e não graduado; ou seja, não houve uma análise mais ampla sobre a qualidade das informações disponibilizadas em relatórios físicos, portal e documentos diversos. A pesquisa não permitiu acompanhar a evolução dos dados, sendo sua coleta realizada apenas entre os meses de maio e junho de 2019.

No aspecto prático, a pesquisa contribuiu para o melhor entendimento do estágio em que se encontra o IFS no que tange à divulgação de informações financeiras e não financeiras em seu portal institucional, permitindo realizar um diagnóstico, verificar boas práticas e corrigir eventuais problemas, no intuito de apresentar maior interatividade para os cidadãos, proporcionando maior participação popular e, por consequência, maior acompanhamento das políticas públicas executadas pelo IFS.

Outra contribuição que pode ser assinalada é a contribuição social, pois os resultados encontrados apontam para o não cumprimento integral da Lei de Acesso à Informação. Ressalte-se que quando não há cumprimento de obrigação legal por órgãos do governo a sociedade é por consequência prejudicada, assim como fica prejudicado o princípio da transparência pública.

Como contribuição científica, esta pesquisa buscou evidenciar a transparência como princípio da administração, fortalecendo a ideia de que sua presença nos atos dos gestores e na cultura das instituições torna-se fundamental para a garantia do Estado Democrático de Direito, fortalecendo a relação ente os agentes públicos e a sociedade com a redução da assimetria informacional, estimulando a realização de pesquisas futuras.

Sugere-se, para pesquisas futuras, avaliar a transparência das informações pública sob a ótica dos gestores, sendo esses os que promovem a divulgação das informações, como também sob a ótica dos usuários dessas informações, como é o caso de alunos, servidores, colaboradores e fornecedores Sugere-se ainda a criação de instrumento para medir a transparência passiva da informação e o cumprimento dos itens obrigatórios da Lei de Acesso à Informação no que tange a essa categoria de transparência, podendo assim analisar a influência da disponibilização das informações (transparência ativa) no aumento ou diminuição de demandas de informação por meio da transparência passiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco José dos Santos; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho; BAIRRAL, Maria Amália da Costa. **Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010**. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 49(3):643-675, maio/jun. 2015.

ALVES, José Luiz; COUTINHO, Hugo César Peixoto. **Lei de Acesso à Informação como ferramenta de controle social de ações governamentais**. Comun. & Inf., Goiânia, GO, v. 18, n. 1, p. 124-139, jan./jun. 2015.

ALVES, Marília Souza Diniz. **Do sigilo ao acesso: análise tópica da mudança de cultura**. Revista TCEMG, Belo Horizonte, ed. Especial, p. 120-134, 2012.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ongs) brasileiras**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, mai./ago. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n2/28n2a08.pdf>>. Acesso em: 19 nov.2018.

ANGÉLICO, Fabiano. **Lei de Acesso à Informação Pública e seus possíveis desdobramentos para a accountability democrática no Brasil** – Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Carmem Lucia. **As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação**. Revista TransInformação, Campinas: PUC, v. 22, n.3, p.225-231, set./dez. 2010.

BEHR, Ariel; ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva. **Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca**. Ci. Inf., Brasília, v. 37, n. 2, p. 32-42, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

BERNARDES, Maciele Berger; WARMILING, Natália Nicoski. **A aplicação da Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011) no âmbito dos Tribunais de Justiça Brasileiros**. 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8982bdc05395c01f>> Acesso em 19 nov. 2018.

BIDERMAN, Ciro; et al. **Metodologia do Índice de Transparência**. Disponível em: <<http://www.indicedetransparencia.com/metodologia>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRAGA, Marcos Vinícius de Azevedo. **Auditoria Governamental como instrumento de promoção da transparência.** Jornal de Políticas Educacionais, 2011. Disponível em: <http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/484/1/C4_TP_A%20AUDITORIA%20GOVERNAMENTAL%20COMO%20INSTRUMENTO.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18 nov. 2018.

_____. **Lei nº 8.159, de 8 de junho de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências., 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências., 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997.** Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data., 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9507.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências., 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9755.htm>. Acesso em: 21 nov. 2018.

_____. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal., 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9784.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências., 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 13 nov. 2018.

_____. **Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003.** Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama., 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.650.htm>. Acesso em: 21 nov. 2018.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências., 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 26 nov. 2018.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências., 2011. Disponível em :<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm >. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.** Acrescenta Dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de Maio de 2000, Que Estabelece Normas de Finanças Públicas Voltadas Para A Responsabilidade na Gestão Fiscal e Dá Outras Providências, A Fim de Determinar A Disponibilização, em Tempo Real, de Informações Pormenorizadas Sobre A Execução Orçamentária e Financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios., 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 18 nov. 2018.

_____. **Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011.** Institui a Rede e-Tec Brasil., 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm>. Acesso em: 26 nov. 2018.

_____. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.** Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal., 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm>. Acesso em: 21 nov. 2018.

_____. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.** Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional., 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm>. Acesso em: 06 jun. 2019.

_____. **Portal da Transparência Governo Federal,** 2019. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CARVALHO, Hugo Leonardo Menezes de; LEROY, Rodrigo Silva Diniz. **Controle Social sob a perspectiva do Conflito de Agência no Setor Público.** XX Semead, nov. 2017. Disponível em <<http://login.semead.com.br/20semead/arquivos/1723.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

CASTRO, Leonardo Bellini de. **Inovações Republicanas da Lei de Acesso à Informação.** Revista Jurídica ESMP-SP, V.3, p. 11-26, 2013.

CGU. **Acesso à Informação Pública: Uma Introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Brasília: Controladoria-Geral da União, 2011. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf>> Acesso em: 07 out. 2018.

_____. **Aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública Federal.** 2ª Edição. Revista e Ampliada. Brasília: Controladoria-Geral da União, 2016. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de>>

conteudo/publicacoes/arquivos/aplicacao_lai_2edicao.pdf> Acesso em: 21 nov. 2018.

CONCEIÇÃO, Antônio César Lima da. **Controle Social da Administração Pública: Informação & Conhecimento – interação necessária para a efetiva participação popular nos orçamentos públicos.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Especialização em Orçamentos Públicos do Instituto Serzedello Corrêa – ISC/DF. Brasília, 2010.

COSO – COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. **Controle Interno - Estrutura Integrada: Sumário Executivo.** São Paulo: PricewaterhouseCoopers, 2013.

COSTA, Gilvan Bernardo da; BARBOSA NETO, Pedro Alves. **O Direito de Acesso à Informação Pública e a Gestão da Informação nas Universidade: estudo de caso em uma instituição pública de ensino superior.** INTERFACE – Natal/RN – v.13 nº 2. ago/dez 2016.

CRUZ, Cláudia Ferreira da.; FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins da. **Tendências Teóricas nos estudos com abordagem na Divulgação e Transparência de Informações sobre Gestão Pública.** III Encontro de Administração da Informação. ENADI/ANPAD. Porto Alegre, 15 a 17 maio de 2011.

CUNHA FILHO, Marcio Camargo; XAVIER, Vítor César Silva. **Lei de Acesso à Informação: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

FARACO, Bruno Pereira. **Transparência das Informações Públicas nos Portais das Instituições Federais de Educação Profissional da Região Sul do Brasil.** 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

FARIAS, Rômulo Paiva; DE LUCA, Márcia Martins Mendes; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **A metodologia COSO como ferramenta de gerenciamento dos controles internos.** Contabilidade, Gestão e Governança. Brasília. v. 12. n. 13. p.55-71. set/dez 2009.

FILGUEIRAS, Fernando. **Além da transparência: accountability e política da publicidade.** *Lua Nova*, São Paulo, 84: 65-94, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GALDINO, C. B.; OLIVEIRA, C. A.; FARIAS, K. A. S.; FILGUEIRA, J. M. **Avaliação do Portal da Transparência do Governo Federal como Ferramenta de Participação Social na Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos.** In: IX CONGIC – Congresso de Iniciação Científica IFRN. 2013. Disponível em <<http://www2.ifrn.edu.br/ocs/index.php/congic/ix/paper/viewFile/1183/93>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

GONÇALVES, Rodrigues Amadeu. **Democracia e Transparência Pública: um Estudo Multicaso sobre a Efetividade das Páginas de Transparência de três Órgãos Públicos**. 130f. 2016. Trabalho de Conclusão Final (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2016.

IFS – INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**. Agosto, 2011. Disponível em <http://www.ifs.edu.br/antigo/images/reitoria/2013/conselho_superior/estatuto/ESTATUTO_atualizado_conforme_Termo_de_Audi%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. **Carta de Serviços ao Cidadão**. 2017. Disponível em <http://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2016/3-mar%C3%A7o/Carta_de_servico-09-03-16.pdf> Acesso em: 01 dez.2018.

_____. **Proen em números**. 2018. Disponível em: <<http://www.ifs.edu.br/proen/numeros/painel/>>. Acesso em: 05 nov.2018.

_____. **Regimento Geral do Instituto Federal de Sergipe**. Novembro, 2011. Disponível em <http://www.ifs.edu.br/antigo/images/reitoria/2013/conselho_superior/estatuto/Regimento_Geral_atualizado_conforme_termo_de_audi%C3%Aancia.pdf> Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. **Regimento Interno da Reitoria**. Abril, 2016. Disponível em <<https://sig.ifs.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=71224&key=1c2cf1ff9124574a4c772e3e44004275>> Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. **Regimento Interno da Campus Aracaju**. Abril, 2016. Disponível em <<https://sig.ifs.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=81469&key=65b4a608e22363d4f868f97d6ab0de86>> Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. **Regimento Interno da Campus São Cristóvão**. Dezembro, 2017. Disponível em <<https://sig.ifs.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=76824&key=d1ad01a401ea433ff207008b0e72513d>> Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. **Regimento Interno da Campus Lagarto**. Dezembro, 2017. Disponível em <<https://sig.ifs.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=167686&key=bdbd0d4994320928af22a8c69547918f>> Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. **Regimento Interno da Campus Glória**. Dezembro, 2017. Disponível em <<https://sig.ifs.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=167690&key=305f142263eb4378d1fecbb221fa77b4>> Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. **Regimento Interno da Campus Itabaiana**. Dezembro, 2017. Disponível em <<https://sig.ifs.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=167691&key=fb206e71f268adcf723c18a7a8809f0e>> Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. **Regimento Interno da Campus Propriá.** Dezembro, 2017. Disponível em <
<https://sig.ifs.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=167692&key=5bdb07d142414128637d6589682df4f8>> Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. **Regimento Interno da Campus Tobias Barreto.** Dezembro, 2017. Disponível em <
<https://sig.ifs.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=167696&key=98886435db72cd8ec33505253f4cc4d2>> Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. **Regimento Interno da Campus Socorro.** Outubro, 2018. Disponível em <
<https://sig.ifs.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=264026&key=8c6ac8d615b37436116ca10ce1d83e7c>> Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2019.** Outubro, 2017. Disponível em <
http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2019/PDI_IFS_-_2014-2019___VERS%C3%83O_1.3__ATUALIZADO_01.pdf> Acesso em: 05 jun. 2019.

_____. **Política do Plano de Dados Abertos 2017-2018 do Instituto Federal de Sergipe.** Março, 2017. Disponível em <
<https://sig.ifs.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=108415&key=19c6eb24d90c7da24b7c034d8ebcc917>> Acesso em: 22 jun. 2019.

_____. **Portaria nº 2401, de 21 de agosto de 2018.** Agosto, 2018. Disponível em <
<https://sipac.ifs.edu.br/public/baixarBoletim.do?idBoletim=742>> Acesso em: 22 jun. 2019.

JENSEN, M. C; MECKLING, W. H. **Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure.** Journal of financial economics, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

_____. **Teoria da Firma: Comportamento dos Administradores, Custos de Agência e Estrutura de Propriedade.** RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 48, n. 2, abr-jun, p.87-125, 2008.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa.** 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LA PORTE, Todd. M.; DEMACHAK, Chris. C.; JONG, Martin. **Democracy and Bureaucracy in the Age of the Web: empirical findings and theoretical speculations.** Administration & Society, Vol. 34, No 4, pp. 411-446, 2002.

LEMO, André; MAMEDE, José; NÓBREGA, Rodrigo; PEREIRA, Sivaldo; MEIRELLES, Luize. **Cidade, tecnologias e interfaces: análise de interfaces de portais governamentais brasileiros. Uma proposta metodológica.** Revista Fronteiras. Estudos Mediáticos, v. VI, n. 2, p. 117-136, 2004.

LINDSTEDT, Chatarina., & NAURIN, Daniel. (2010). **Transparency is not Enough: Making Transparency Effective in Reducing Corruption.** International Political Science Review, 31(3), 301–322. Disponível em: <
<https://doi.org/10.1177/0192512110377602>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

LOPES, Karen Maria Gross; ASSUMPÇÃO, Rita de Cassia. **Processos e Solução Tecnológica para Implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI)**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/076.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MAINIERI, T.; RIBEIRO, E. M. A.O. **A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática**. Organicom: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, São Paulo, ano 8, n.14, p.50-61, 2011. Disponível em: <<http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/339>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Teorias da comunicação** / Dante Diniz Bessa. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

_____. **Rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado** – 2.ed. – Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/liberdade-informacao-estudo-direito-comparado-unesco.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Moraes, Patricia B. **Cidade, comunicação e tecnologia da informação: uma análise de portais governamentais brasileiros**. 2004. Dissertação (Mestrado) — Facom/ UFBA, Salvador.

MTCGU. **Relatório sobre a implementação da Lei 12.527/2011: Lei de Acesso à Informação**. Brasília: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, 2018.

NAZÁRIO, Débora Cabral; SILVA, Paulo Fernando da; ROVER, Aires José. **Avaliação da Qualidade da Informação Disponibilizada no Portal de Transparência do Governo Federal**. Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico (ISSN 21-9391), n. 6, p. 180 – 199, 2012. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/metricas_do_portal_de_transparencia.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

NOVELLI, A. L. **O papel institucional da comunicação pública para o sucesso da governança**. Organicom: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, São Paulo, ano 3, n. 4. p.75-89, 2006. Disponível em: <<http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/56/190>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

O'DONNELL, Guillermo. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. Lua Nova, São Paulo, n. 44, p. 27-52, 1998.

PESSÔA, Iury da Silva. **Determinantes da transparência das universidades federais brasileiras**. 2013. 160f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Gestão Pública, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2013.

PINHO, J. A. G. **Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia**. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 3, p. 471- 93, 2008.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; VIEIRA, André Luiz. **Transparência das Contas Públicas: um enfoque do uso da internet como instrumento de publicidade na UFSC**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 1 n. 5, p. 135-146, jan./ jun.2006.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; ENSSLIN, Sandra Rolin; ENSSLIN, Leonardo. **Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira**. Contab. Vista & Rev, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./ mar.2007.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, Paloma Maria; BERNARDES, Marciele Berger; ROVER, Aires José. **Teoria e Prática de Governo Aberto: Lei de Acesso à Informação nos Executivos Municipais da Região Sul**. Florianópolis: Funjab, 2012.

SANTOS, Veríssimo Nascimento Ramos dos. **Transparência na gestão pública municipal na internet: análise dos portais eletrônicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: UFF, 2013.

SANTOS, Vinícius Menezes; SANTOS, Carlos Eduardo Ribeiro. **A Lei de Responsabilidade Fiscal Brasileira e sua Relação com os Gastos Públicos em Saúde, Educação e Pessoal**. IV Semana do Economista e IV Semana do Egresso. 07 a 10 de outubro de 2014. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2014.

SILVEIRA, Sebastião Sérgio da; MAZZEI, Marcelo Rodrigues. **O Direito de Acesso à Informação Pública como Instrumento de Controle social da Administração Pública**. 2014. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b1da5960a28a9deb>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

SILVEIRA, Marco Antonio Karam. **Lei de Acesso à Informações Públicas (Lei nº 12.527/2011) Democracia, República e Transparência no Estado Constitucional**. RPGE, Porto Alegre, v. 33, n. 69, p. 231-260, 2012.

SOUZA, Victor Roberto Corrêa de. **O acesso à informação na legislação brasileira**. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 19, n. 33, p. 161- 181, abr., 2012.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 1.832/2018 – Plenário**. 2018a. Disponível em <<https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/%252a/NUMACORDAO%253A1832%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%2520d>>

esc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/1/false>. Acesso em: 10 out.2018.

_____. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 1.855/2018 – Plenário**. 2018b. Disponível em https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1855%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%20desc,%20NUMACORDAOINT%20desc/0/%20?uuid=f40732f0-8f57-11e9-bba9-f999a13034d6>. Acesso em: 03 jun. 2019.

_____. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 506/2013 – Plenário**. Disponível em https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1855%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%20desc,%20NUMACORDAOINT%20desc/0/%20?uuid=f40732f0-8f57-11e9-bba9-f999a13034d6>. Acesso em: 29 mai. 2019.

_____. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União**. Versão 2 – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

TAKAHASHI, Tadeo. **Sociedade da Informação no Brasil Livro Verde**. Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIANA, Giovanni Bogéa. **Um Framework para Adaptação de Conteúdo e Navegação em Portais de Governo Eletrônico**. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

WASILEWSKI, Daniely; KOZIKOWSKI, Heitor Pacheco; PILLATI, Janinie Jurich, CHELSKI, Willian; SAMAHA, Michel Jorge. **Teoria da Agência e o Controle da Gestão Pública**. Revista Organização Sistêmica, vol.5 n.3. jan/jun 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: UFSC, 2009.

ZEPEDA, Jesús Rodríguez. **Estado y transparencia: un paseo por la filosofía política**. Cuadernos de Transparencia, v.4. Cidade do México, Institu federal de Acceso a la Información y Protección de Datos, 2012.

ZIELINSKI, Dioleno Zella; COSTADELLO, Angela Cassia. **Controle Social da Administração Pública. A Lei de Acesso à Informação como fator de atenuação da assimetria informacional característica das relações de agência**. Disponível em < <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9dcba86641df3c4e>> . Acesso em: 02 dez.2018

ZORZAL, Luzia; RODRIGUES, Georgete Medleg. **Disclosure e transparência no setor público: uma análise da convergência dos princípios de governança**. Inf. Inf., Londrina, v. 20, n. 3, p. 113 - 146, set./dez. 2015.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO 1 - IndexDUF

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
1	Organograma	Gráfico da estrutura forma da Universidade	Lei 12.527, art. 8.º	Organograma, Estrutura, Funções
2	Órgãos de gestão e funções	Lista nominal dos órgãos de gestão (Pró- reitorias, Conselhos, Direções, Departamentos, etc.) com suas respectivas funções	Lei 12.527, art. 8.º	Órgãos, Gestão, Direção, Administração, Estrutura, Funções
3	Acesso ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou Plano Operacional Anual	Documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos		Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano Operacional Anual, PDI
4	Acesso ao código de bom governo e código de ética	Documento com diretrizes que orientam as pessoas quanto às suas posturas e atitudes ideais, moralmente aceitas ou toleradas		Código de ética, Ética, Código de Bom Governo, Comissão de Ética
5	Lista de contatos de funcionários	Lista de contato nominal dos servidores		Contatos, Servidores, Funcionários

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
6	Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas (jornal de anúncios)	Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas como jornais, folhetins, boletins, etc.		Notícias, Jornal, Folhetim, Boletim, Informativo
7	Calendário de eventos e processos acadêmicos	Calendário de eventos e processos acadêmicos		Calendário, Eventos
8	Arquivos de reunião dos corpos colegiados	Arquivos de reunião dos corpos colegiados como atas das reuniões, portarias e decisões		Atas, Portarias, Decisões, Conselhos
9	Relação nominal e breve resumo/biografia dos diretores	Relação nominal e breve resumo do currículo dos ocupantes de cargos de direção		Currículo diretores, Currículo pró- reitores, Currículo reitor
10	Agenda do reitor	Agenda do reitor com seus compromissos oficiais		Agenda do reitor
11	Dados bibliográficos do reitor e vice-reitores	Dados bibliográficos do reitor e vice-reitores		Currículo reitor, Dados reitor
12	Informação sobre salários	Divulga informação sobre salários		Salários
13	Regulamentos emitidos	Regulamentos emitidos pela universidade, como normas, portarias, resoluções, decisões, instruções normativas, regimentos, estatutos, etc.		Regulamentos emitidos, Normas, Portarias, Resoluções, Decisões, Instruções Normativas, Regimentos, Estatutos
14	Estatuto da universidade	Estatuto da universidade		Estatuto

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
15	Bolsas de monitoria/ estágio universitárias	Divulga lista de bolsas de monitoria ou estágio oferecidas		Bolsas, Monitoria, Estágio
16	Como chegar a universidade	Divulga mapa ou passo a passo de como chegar à universidade		Como chegar, Mapa
17	Estatísticas sobre o número e tipo vagas em cada faculdade	Divulga quantidade de vagas e tipo de vagas por faculdade, centro ou curso		Vagas, Número de vagas, Vestibular, Candidato
18	Publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas)	Lista as publicações da universidade como periódicos, jornais, revistas e livros		Publicações, Periódicos, Jornais, Revistas, Livros
19	Endereços das unidades e setores da entidade	Divulga endereços das unidades e setores da entidade	Lei 12.527, art. 8.º	Endereços, como chegar
20	Telefones das unidades e setores da entidade	Divulga telefones das unidades e setores da entidade	Lei 12.527, art. 8.º	Telefones, Catálogo telefônico
21	Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	Divulga horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	Lei 12.527, art. 8.º	Horário de atendimento, Expediente, Funcionamento

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
22	Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses	Divulga lista das informações que tenham sido classificadas e/ou desclassificadas como sigilosas, por grau de sigilo nos últimos 12 (doze) meses	Lei 12.527, art. 30.º	Sigilosas, Acesso a informação, Serviço de Informações ao Cidadão, SIC
23	Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes sobre os solicitantes	Divulga a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes	Lei 12.527, art. 30.º	Pedidos de acesso à informação, Serviço de Informações ao Cidadão, SIC
24	Funcionários/ Faculdade	Divulga a quantidade de funcionários por faculdade, centro ou departamento		Funcionário por setor, Funcionário por faculdade
25	Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação	Relaciona os cursos de graduação e pós-graduação ofertados		Cursos de graduação, Cursos de pós-graduação, Mestrado, Doutorado
26	Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas	Se divulga ementas, programas de disciplinas e planos de estudos		Ementas, Programas de disciplinas, Planos de estudos
27	Enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós- graduação	Se divulga o número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação		Número de matriculados, Número de estudantes, Matriculados

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
28	Relação nominal ou numérica da composição docente	Se divulga a relação nominal de docentes da instituição		Relação de docentes, Relação de professores, Docentes, Professores
29	Descrição da qualificação dos docentes	Se divulga a descrição da qualificação dos docentes		Qualificação dos docente, Qualificação dos professores, Titulação
30	Editais públicos para a contratação docente	Se publica os editais públicos para a contratação docente		Edital, Concurso, Concurso professor, Concurso docente
31	Relação nominal de programas para a formação docente	Se publica a relação nominal de programas para a formação de docentes		Programas de formação docente, Programas de qualificação docente
32	Descrição de suas instalações	Se publica a descrição de suas instalações físicas: laboratórios, bibliotecas, salas de aulas, etc.		Estrutura física, Instalações físicas
33	Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, <i>e-learning</i> , entre outros)	Se disponibiliza o acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitem os processos acadêmicos, como biblioteca virtual, bases de dados, <i>e-learning</i> , entre outros		Biblioteca virtual, <i>E-learning</i> , Aprendizagem virtual
34	Formados	Se disponibiliza lista de alunos formados		Lista de formados, Lista de egressos

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
35	Emprego/destino dos estudantes egressos	Destino dos alunos egressos		Destino dos egressos, Destino dos alunos egressos, Destino dos formados, Destino dos alunos formados
36	Percentual de estudantes na faculdade (detalhamento da distribuição do corpo discente)	Divulga o percentual de estudantes na faculdade, detalhando a distribuição do corpo discente por cursos, centros e faculdades		Distribuição do corpo discente, Distribuição dos alunos, Alunos por curso, Centro, Faculdade
37	Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa	Divulga lista de alunos vinculados a projetos de pesquisa ou de assistentes de pesquisa		Projetos de pesquisa aluno, Projeto de pesquisa bolsista
38	Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa	Divulga relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa		Publicações de alunos, Artigos publicados de alunos, Trabalhos publicados de alunos
39	Relação das redes de pesquisa nas quais participam alunos ou assistentes de pesquisa	Divulga relação das redes de pesquisa nas quais participam alunos ou assistentes de pesquisa		Redes de pesquisa aluno, Redes de pesquisa bolsista

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
40	Relação de linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa	Divulga as linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa		Linhas de pesquisa, Grupos de pesquisa
41	Relação dos grupos de pesquisa	Divulga os grupos de pesquisa		Grupos de pesquisa
42	Relação dos projetos de pesquisa	Divulga os projetos de pesquisa		Projetos de pesquisa
43	Relação das redes de pesquisa nas quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores	Divulga a relação das redes de pesquisa nas quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores		Redes de pesquisa docente/professor, Grupos de pesquisa docente/professor
44	Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	Divulga a relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição		Patentes, Segredos industriais, Propriedade intelectual
45	Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal	Divulga a relação das revistas ou de documentos que a instituição utiliza para divulgar os resultados da pesquisa formal		Lista/relação de revistas, Lista/relação de periódicos, Lista/relação de congressos
46	Relação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	Divulga os programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	Lei 12.527, art. 8.º	Cursos/extensão/comunidade, Seminários/extensão/comunidade, Oficinas/extensão/comunidade

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
47	Relação de atividades de serviço tendentes a buscar o bem-estar da comunidade	Divulga as atividades de serviço tendentes a buscar o bem-estar da comunidade	Lei 12.527, art. 8.º	Projetos/ comunidade, Ações/ comunidade, Atividades/ comunidade
48	Relação de atividades de consultoria	Divulga as atividades de consultoria executadas		Consultoria, Atividades de consultoria
49	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	Se permite o acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	LRF, art. 48	Orçamento, Execução orçamentária, Balanço orçamentário
50	Modificações no orçamento	Se disponibiliza as modificações ocorridas no orçamento		Crédito suplementar, Crédito especial, Crédito extraordinário
51	Gastos executados	Gastos executados	LRF, Art. 48; Lei 12.527, art. 8.º	Gastos, Despesas
52	Receita executada	Se disponibiliza a receita executada	LRF, Art. 48	Receita executada, Receita orçamentária, Receita realizada
53	Indicadores Orçamentários	Se disponibiliza indicadores orçamentários (custo corrente por aluno, custo aluno-hora, Índice de execução orçamentária, etc.)		Indicadores orçamentários, Custo corrente por aluno, Custo aluno-hora, Índice de execução orçamentária
54	Fluxos de caixa	Se disponibiliza fluxos de caixa		Fluxo de caixa, Demonstração dos Fluxos de Caixa, DFC
55	Dívida ativa	Se disponibiliza valor da dívida ativa		Dívida ativa, Restos a pagar

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
56	Variação da dívida	Se disponibiliza a variação da dívida entre os anos		Dívida ativa, Restos a pagar
57	Ativos não correntes	Se disponibiliza o valor dos ativos não correntes, normalmente no balanço patrimonial		Ativos não correntes, Balanço patrimonial, Ativo permanente
58	Variação de ativos não correntes	Se disponibiliza a variação de ativos não correntes		Ativos não correntes, Balanço patrimonial, Ativo permanente
59	Indicadores financeiros (índices)	Se disponibiliza Indicadores financeiros (Índice de restos a pagar inscritos e não pagos, Índice de pagamentos realizados, Índice de eficiência de execução financeira, etc.)		Indicadores financeiros, Índice de restos a pagar inscritos e não pagos, Índice de pagamentos realizados, Índice de eficiência de execução financeira
60	Capital humano	Se disponibiliza informações de capital humano como formação, qualificação e capacitação de docentes e servidores		Capital humano, Formação de docentes/ servidores, Qualificação de docentes/ servidores, Capacitação de docentes/ servidores

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
61	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade	Se possibilita o acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade, no caso do ano de 2011, 2010 e anteriores		Orçamento, Execução orçamentária, Balanço orçamentário
62	Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano	Se possibilita o acesso aos demonstrativos contábeis do último ano, no caso o ano de 2012: Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Resultado Econômico (DRE)	LRF, art. 48	Demonstrativos contábeis, Demonstrações contábeis, Peças contábeis, Relatórios contábeis, Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Resultado Econômico (DRE)

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
63	Acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos	Se permite acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos: Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Resultado Econômico (DRE)		Demonstrativos contábeis, Demonstrações contábeis, Peças contábeis, Relatórios contábeis, Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Resultado Econômico (DRE),
64	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	Se disponibiliza o parecer de auditoria ou o parecer da CGU do último ano	LRF, art. 48	Parecer de auditoria, Parecer da CGU, Parecer da Controladoria Geral da União
65	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	Se disponibiliza o parecer de auditoria ou o parecer da CGU com dois ou mais anos		Parecer de auditoria, Parecer da CGU, Parecer da Controladoria Geral da União

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
66	Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	Se disponibiliza as políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil		Políticas contábeis, Critérios contábeis, Normas contábeis
67	Acesso ao informe de gestão do reitor		Lei 12.527, art. 8.º	
68	Acesso a indicadores de gestão	Se disponibiliza indicadores de gestão: aluno/professor, aluno/servidor, servidor/professor, taxa de sucesso na graduação		Indicadores de gestão, Aluno/ professor, Aluno/servidor, Servidor/professor, Taxa de sucesso na graduação
69	Divulgação de orientações para a contratação de terceiros	Se divulgação orientações para a contratação de terceiros, ou seja, critérios para a terceirização		Orientações para a contratação de terceiros, Critérios para a terceirização
70	Plano estratégico aprovado	Se divulga o plano estratégico aprovado ou o planejamento estratégico da instituição		Plano estratégico, Planejamento estratégico
71	Execução do plano estratégico	Se divulga a execução do plano estratégico, ou seja, disponibiliza o acompanhamento da execução do planejamento estratégico		Plano estratégico, Planejamento estratégico

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
72	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços	Se publica os editais de licitação da compra de bens e serviços	Lei 12.527, art. 8.º; Lei 8.666 art. 21	Editais de licitação, Licitações, Compras, Contratos de licitação
73	Execução de obras e serviços licitados	Se divulga a execução de obras e serviços licitados, permitindo acompanhar o status de execução desses contratos		Execução licitação, <i>Status licitação</i> , <i>Execução contratos</i> , <i>Status contratos</i>
74	Fornecedores-padrão	Divulga lista com critérios para a contratação de fornecedores		Critérios para contratação de fornecedores
75	Depreciação	Divulga o valor da depreciação de seus ativos		Depreciação
76	Custo unitário por estudante	Divulga o custo unitário por estudante		Custo por estudante
77	Subsídio para pesquisa	Divulga os valores de subsídio para pesquisa		Subsídio para pesquisa, Investimento em pesquisa
78	Alocação de custos indiretos	Divulga critérios utilizados para a alocação de custos indiretos		Custos indiretos, Critérios de alocação
79	Biblioteca	A biblioteca possui seção específica		Biblioteca
80	Investimentos	Divulga valores de investimentos		Investimentos
81	Compromissos e contingências	Divulga valores referentes a compromissos e contingências		Compromissos, Contingências

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
82	Emprego e informação do patrimônio educacional	Divulga detalhes sobre o emprego e informações do patrimônio educacional		Utilização do espaço físico, Utilização da infraestrutura, Utilização do patrimônio
83	Revisão financeira	Divulga detalhes referentes a revisões financeiras efetuadas		Revisão financeira
84	<i>Link</i> para a página denominada Transparência Pública	Divulga <i>link</i> para a página denominada Transparência Pública	Decreto 5.482/2005	Transparência Pública
85	<i>Link</i> para a página Processos de Contas Anuais	Divulga <i>link</i> para a página Processos de Contas Anuais	Portaria 262 CGU	Processos de Contas Anuais
86	Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	Divulga informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	Lei 12.527, art. 8.º	Repasses de recursos, Transferências de recursos
87	Resultados de licitação	Divulga os resultados de licitação	Lei 12.527, art. 8.º	Resultados de licitação, Vencedores de licitação, Licitação
88	Contratos de licitação	Divulga os contratos de licitação	Lei 12.527, art. 8.º	Contratos de licitação, Licitação

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
89	Caráter completo da informação: existe a possibilidade de consultar a contabilidade geral na página <i>web</i>	Divulga na íntegra a contabilidade geral em página <i>web</i> permitindo acessar todos os demonstrativos contábeis, critérios contábeis, depreciações, avaliações de ativos, etc.		Verificar se existe seção dedicada à contabilidade geral
90	Informação fornecida periodicamente	Divulga a informação financeira periodicamente sem lacunas na divulgação		Verificar se a informação financeira é divulgada sem lacunas de periodicidade na divulgação
91	Comparabilidade da informação: existe possibilidade de comparabilidade da informação	A informação financeira divulgada permite a comparabilidade da informação entre períodos		Verificar se existe a possibilidade de comparabilidade da informação entre períodos
92	Compreensibilidade da informação: se incluem índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira	A informação financeira inclui índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira		Verificar se a informação financeira inclui índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira
93	Relevância da informação: se oferece na internet informação segregada	A informação financeira é divulgada em seção segregada com os dados agrupados		Verificar se a informação financeira é divulgada em seção segregada com os dados agrupados

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
94	Confiabilidade da Informação: se oferece informação auditada	A informação financeira é auditada pela CGU ou outro órgão externo à instituição		Verificar se a informação financeira é auditada pela CGU ou outro órgão externo à instituição
95	Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica	Divulga informação sobre indicadores de responsabilidade econômica: critérios de avaliação de fornecedores, política do consumo consciente, etc.		Responsabilidade econômica, Critérios de avaliação de fornecedores, Política do consumo consciente
96	Responsabilidade social	Divulga informações sobre responsabilidade social: desenvolvimento de projetos sociais, impacto da instituição na comunidade de entorno, relações com organizações sociais, etc.		Responsabilidade social, Desenvolvimento de projetos sociais, Impacto da instituição na comunidade de entorno, Relações com organizações sociais

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
97	Responsabilidade ambiental	Divulga informações sobre responsabilidade ambiental: compromisso com tecnologias mais limpas, política de gestão ambiental, minimização do consumo de recursos naturais, etc. Existe selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou gestão acadêmica		Responsabilidade ambiental, Tecnologias mais limpas, Gestão ambiental, Consumo de recursos naturais
98	Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica			Selo de qualidade, Qualidade ISO, Certificação de qualidade, Certificação ISSO
99	Relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária	Divulga a relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária de qualidade		Certificação de qualidade
100	Acesso aos informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional ou de programas	Divulga os informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional ou de programas		Avaliação institucional, autoavaliação

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
101	Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica	Divulga relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica		Prêmios obtidos, Premiações
102	Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)	Divulga a relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)		ENADE, IGC, CPC, Exame de qualidade
103	É possível encontrar a informação em vários idiomas	Divulga as informações do <i>site</i> em vários idiomas		Verificar se divulga
104	Disponibiliza <i>links</i> para acessar <i>sites</i> vinculados à regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou <i>rankings</i> de universidades, entre outros	Idem à descrição		Regulação acadêmica, Gestão acadêmica, Avaliação da qualidade, <i>Rankings</i> de universidades
105	Inclui nas páginas a data da última atualização	Idem à descrição	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se inclui
106	Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde	Idem à descrição		Verificar se dispõe
107	Dispõe de uma seção específica de prestação de contas			
108	Disponibiliza um mapa da página <i>web</i>	Idem à descrição		Verificar se dispõe

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
109	Incorporação de motores de busca na página <i>web</i> para facilitar o acesso à informação	Idem à descrição	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se tem busca no <i>site</i>
110	Inclui suportes multimedia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis	Existe suporte em múltiplas mídias (vídeos, áudio, apresentações) para apresentar os dados financeiros		Verificar se existe suporte em múltiplas mídias (vídeos, áudio, apresentações) para apresentar os dados financeiros
111	Incorpora recursos que facilitem uma correta impressão da informação	Possui botão de impressão		Verificar se possui botão para a impressão das informações divulgadas
112	Permite o <i>download</i> de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	Permite baixar as informações divulgadas em múltiplos formatos (PDF, DOC, Excel, etc.)	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se permite baixar as informações divulgadas em múltiplos formatos (PDF, DOC, Excel, etc.)
113	Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contato da universidade	Idem à descrição		Verificar se disponibiliza
114	A segurança da página <i>web</i> está certificada por uma entidade independente e sólida	Idem à descrição	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se a página é certificada (HTTPS ou cita a empresa certificadora)
115	Há uma seção específica no <i>site</i> para acessar cada tipo de informação	O <i>site</i> possui seções que agrupam as informações por tipo		Verificar se o <i>site</i> possui seções que agrupam as informações por tipo

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
116	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras	As informações financeiras são divulgadas em múltiplos formatos (PDF, DOC, Excel, etc.)	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se as informações financeiras são divulgadas em múltiplos formatos (PDF, DOC, Excel, etc.)
117	É claramente diferenciada na <i>web</i> a existência de <i>links</i> externos e internos do ente público	Idem à descrição		Verificar se existe claramente diferenciado o acesso
118	A página <i>web</i> utiliza como ferramenta <i>hiperlinks</i> na informação financeira prestada	Existem <i>links</i> nos relatórios financeiros e demais informações financeiras divulgadas		Verificar a existência
119	Responsabilidade do conteúdo divulgado na página <i>web</i>	Apresenta o responsável (pessoa ou setor) por divulgar as informações		Verificar se divulga
120	A página <i>web</i> oferece a informação em formato de áudio e/ou vídeo	Idem à descrição		Verificar se disponibiliza
121	Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	Idem à descrição	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se há referência para acesso por aplicativos automatizados
122	Divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	Idem à descrição	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se divulga os detalhes do formato da informação

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
123	Há para <i>download</i> formulários e impressos para as tramitações administrativas da educação formal	Disponibiliza <i>downloads</i> de formulários para os alunos da graduação		Verificar se disponibiliza
124	Há para <i>download</i> formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento	Disponibiliza <i>downloads</i> de formulários para os alunos de cursos de aprimoramento		Verificar se disponibiliza
125	É possível realizar <i>online</i> transações administrativas da educação formal	É possível realizar procedimentos <i>online</i> na graduação		Verificar se é possível
126	É possível realizar <i>online</i> transações administrativas de cursos de aprimoramento	É possível realizar procedimentos <i>online</i> nos cursos de aprimoramento		Verificar se é possível
127	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas da educação formal	É possível tramitar <i>online</i> até o pagamento transações administrativas na graduação (pagamento de taxas, pagamento por serviços, etc.)		Verificar se é possível

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
128	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas de cursos de aprimoramento	É possível tramitar <i>online</i> até o pagamento transações administrativas nos cursos de aprimoramento (pagamento de taxas, pagamento por serviços, etc.)		Verificar se é possível
129	<i>E-learning</i> na educação formal	Utiliza ferramentas de <i>e-learning</i> (ambientes de aprendizagem virtual) na educação formal		Verificar se utiliza
130	<i>E-learning</i> em cursos de aprimoramento	Utiliza ferramentas de <i>e-learning</i> (ambientes de aprendizagem virtual) em cursos de aprimoramento		Verificar se utiliza
131	Caixa de reclamações ou sugestões	Disponibiliza <i>link</i> para sugestões e reclamações		Ouvidoria, <i>Ombudsman</i> , Sugestões, Reclamações
132	Foros de discussão na <i>web</i> da universidade	Disponibiliza foros de discussão institucionais		Foros de discussão
133	<i>Chat</i>	Disponibiliza <i>chats</i> institucionais		<i>Chat</i>
134	Pesquisas de opinião	Realiza no <i>site</i> pesquisas de opinião		Verificar se realiza
135	<i>Blog</i>	Disponibiliza <i>blogs</i> institucionais		<i>Blog</i>

	Itens	Descrição	Legislação de obrigatoriedade	Palavras-chave
136	A página web apresenta endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na universidade	Possui lista de contatos com serviços prestados e responsáveis		Serviços prestados, Lista de contatos, Catálogo de contatos, Catálogo de telefones
137	A página web permite a inclusão de um <i>mailing list</i> para permitir atualização de informação aos usuários que o solicitem	Possui <i>mailing list</i> ou <i>newsletter</i> institucional		<i>Mailing list, Newsletter</i>
138	A página web indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o <i>webmaster</i> para a solicitação de informação geral	Possui contato do <i>webmaster</i> ou responsável pelo conteúdo	Lei 12.527, art. 8.º	Verificar se possui
139	Apresenta seção com perguntas e respostas	Idem à descrição	Lei 12.527, art. 8.º	Perguntas e respostas, Perguntas frequentes, Questões frequentes, Dúvidas frequentes

Fonte: Adaptado pelo por Faraco (2015) a partir de Pessoa (2013).